

UNIVERSIDADE ABERTA



**Perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional: um estudo numa
escola profissional**

Ana Paula Almeida Lopes Medeiros

Mestrado em Administração e Gestão Educacional

2019

UNIVERSIDADE ABERTA



**Perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional: um estudo numa
escola profissional**

Ana Paula Almeida Lopes Medeiros

Mestrado em Administração e Gestão Educacional

Dissertação orientada por

Professora Doutora Darlinda Moreira

Professora Doutora Maria do Rosário Ramos

2019

1. Resumo

O presente trabalho foca-se nas atuais tendências do ensino profissional em Portugal, analisa o perfil de quem opta por esta via de ensino e averigua as diferentes perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional numa Associação de Formação para a Indústria que se destaca pelo trabalho que tem desenvolvido e pelos aspetos inovadores que proporciona, quer ao nível de infraestruturas e equipamentos que disponibiliza, quer ao nível do sistema do ensino que aplica - o ensino DUAL que concilia a formação teórica e prática em sala de aula, oficina ou laboratório, com a formação Prática em Contexto de Trabalho.

Em termos metodológicos, e após as devidas autorizações foi aplicado um inquérito por questionário a 144 formandos que frequentam os cursos das três modalidades de formação.

Depois de realizada a análise descritiva dos dados recolhidos, e como conclusões principais do estudo, destacamos as perspetivas dos formandos que afirmam que procuram esta via de ensino devido ao gosto que apresentam pela área do curso que frequentam e pela rápida integração no mercado de trabalho. Acresce ainda o facto do conhecimento teórico/prático adquirido nos cursos que os formandos frequentam ser considerado como essencial para o desempenho de uma profissão. Sobre o grau de satisfação em relação ao curso que frequentam, uma considerável percentagem de formandos afirma estar satisfeito e completamente satisfeito.

Palavras-chave: ensino-profissional; formandos; perfil; satisfação; questionário

2. Abstract

This work focuses on the current trends in vocational education in Portugal, analyses the profile of those who choose this route of teaching and investigates the different perspectives of trainees attending Vocational Education in an Training Association for Industry that stands out for the work it has developed and for the innovative aspects it provides, both at the level of infrastructure and equipment it provides and at the level of the education system it applies - the DUAL teaching that combines theoretical and practical training in the classroom, workshop or laboratory, with practical training in a Work Context. In methodological terms, and after the appropriate authorisations, a questionnaire survey was applied to 144 trainees attending the courses of the three training modalities.

After the descriptive analysis of the data collected and as main conclusions of the study, we highlight the perspectives of the trainees who affirm that they seek this teaching path due to their taste for the area of the course they attend and their rapid integration into the labour market. In addition, the theoretical/practical knowledge acquired in the courses that the trainees attend is considered essential for the performance of a profession. Regarding the degree of satisfaction with the course they attend, a considerable percentage of trainees claim to be satisfied and completely satisfied.

Keywords: vocational education; trainees; profile; satisfaction; questionnaire

3. Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu filho, Francisco Afonso

“Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objecto singular, um amigo - é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda.”

Antoine de Saint-Exupéry

4. Agradecimentos

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Antoine de Saint-Exupéry

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho:

Às orientadoras deste estudo, a Professora Doutora Darlinda Moreira e a Professora Doutora Maria do Rosário Ramos, pela disponibilidade, pelo profissionalismo e pelo conhecimento e apoio científico.

À coordenadora do Mestrado em Administração e Gestão Educacional, Professora Doutora Cláudia Neves, pelo constante apoio e incentivo demonstrado ao longo deste percurso.

Aos professores do 17^º. Mestrado em Administração e Gestão Educacional, pela partilha de conhecimentos e disponibilidade sempre demonstrada ao longo deste processo de Aprendizagem.

Aos meus colegas de curso, pela constante entreatajuda.

Aos formandos da ATEC que participaram neste estudo, pela disponibilidade e colaboração demonstradas e por apostarem no Ensino Profissional. Sem eles não seria possível realizar este estudo.

Ao meu marido Francisco, pelo constante apoio e incentivo.

Aos meus colegas do Porto, Sílvia Milhazes e Paulo Peixoto, pelo apoio.

À ATEC – Academia de Formação, entidade onde colaboro desde sempre, pela oportunidade, em especial à Doutora Ana Sofia Viçoso e ao Engenheiro João Carlos Costa.

Ao Engenheiro Manuel Francisco Tomás pela partilha da experiência da Ação-Piloto de Formação Profissional de Jovens na Fábrica Militar de Braço de Prata e pela dedicação que tem demonstrado ao longo destes anos ao Ensino Técnico-Profissional do nosso país.

A todos, Muito Obrigada!

5. Índice Geral

1. Resumo	iv
2. Abstract.....	v
3. Dedicatória.....	vi
4. Agradecimentos	viii
5. Índice Geral	ix
6. Índice de Tabelas	xii
7. Índice de Figuras	xiii
8. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xv
Capítulo I – Introdução	1
1.1. Objeto do estudo	2
1.2. Problema principal de investigação	2
1.2.1. Questões de investigação	3
1.2.2. Objetivos de investigação	3
1.2.2.1. Objetivo geral	3
1.2.2.2. Objetivos específicos	4
1.3. Justificação do estudo	4
1.4. Organização da dissertação	5
Capítulo II – Revisão da literatura.....	7
2.1. O ensino técnico e profissional em Portugal	8
2.1.1. Breve apresentação do desenvolvimento histórico	8
2.2. Ação-piloto de formação profissional de jovens em 1980	12
2.3. O ensino profissional na atualidade.....	13
2.4. O desenvolvimento económico do país e a necessidade de mão-de-obra qualificada	15
2.5. O sistema de ensino dual	16
2.6. Cursos de dupla certificação	17
2.6.1. Modalidades de formação de dupla certificação.....	18
2.7. Percentagem de formandos que frequentam o ensino profissional.....	20

2.8. O ensino profissional visto como uma segunda oportunidade	21
2.9. Perfil de competências dos professores/formadores do ensino profissional	23
2.10. Exemplo de uma escola profissional: a ATEC – Academia de Formação.....	27
2.10.1. Oferta formativa.....	28
2.10.2. Enquadramento legal dos cursos profissionais.....	28
2.10.3. Inovação pedagógica na sala de aula	29
2.10.4. Taxa de empregabilidade após conclusão dos cursos	33
Capítulo III – O perfil do formando / Orientação vocacional e profissional.....	35
3.2. O perfil do formando que opta pelo ensino profissional	36
3.1. O perfil do formando do século XXI	39
3.3. Orientação vocacional e profissional	41
Capítulo IV – Metodologia	44
4.1. Natureza do estudo.....	45
4.2. Relatório pré-teste, aplicação do questionário e recolha de dados.....	47
4.2.1. Relatório pré-teste	47
4.2.2. Aplicação do questionário e recolha de dados	51
4.3. Fiabilidade e validade do estudo	51
Capítulo V - Apresentação e análise dos resultados.....	53
5.1. Caracterização individual.....	54
5.2. Habilitações Literárias.....	56
5.3. Modalidades de formação	57
5.4. Percurso escolar	60
5.5. Habilitações Literárias do Encarregado de Educação	61
5.6. Orientação vocacional.....	63
5.7. Grau de satisfação em relação ao curso que frequenta	65
5.8. Estigma/preconceito em relação ao Ensino Profissional.....	76
5.9. Projeto futuro.....	79
Capítulo VI – Conclusões do estudo e Considerações finais	83
6.1. Conclusões do estudo	84
6.1.1. Perfil dos formandos que optam pelo Ensino Profissional	84

6.1.2. Fatores mais relevantes na decisão do percurso educativo/formativo	85
6.1.3. Interrupção no percurso escolar	85
6.1.4. Habilitações literárias dos encarregados de educação.....	85
6.1.5. Influência na escolha pelo Ensino Profissional	86
6.1.6. Orientação vocacional.....	86
6.1.7. Grau de satisfação em relação ao curso que frequenta na ATEC – Academia de Formação.....	86
6.1.8. O Ensino Profissional como alternativa ao ensino secundário e superior....	86
6.1.9. O motivo pelo qual optaram pela área do curso que se encontram a frequentar	87
6.1.10. Estigma sobre o Ensino Profissional.....	87
6.1.11. Projeto futuro.....	87
6.1.12. Considerações finais.....	88
Referências bibliográficas	93
Legislação	99
Anexos.....	100
Anexo I – Oferta formativa da ATEC – Academia de Formação	101
Anexo II – Inquérito por questionário	104
Anexo III – Pedido de autorização para a realização do estudo na ATEC – Academia de Formação	113
Anexo IV – Naturalidade dos formandos inquiridos.....	115
Anexo V – Residência dos formandos inquiridos	117

6. Índice de Tabelas

Tabela 1- Habilitações Literárias do Encarregado de Educação	61
--	----

7. Índice de Figuras

Figura 2.1 - Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas ofertas do ensino secundário orientadas para jovens, no Continente (2006/07 a 2016/17)	18
Figura 2.2 – Requisitos habilitacionais para os formadores do Ensino profissional nas modalidades de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos e Especialização Tecnológica	25
Figura 2.3 - Os cinco domínios e os dois eixos considerados no referencial de competências	26
Figura 2.4 - Placa <i>Micro:bit</i>	31
Figura 2.5 - Projeto <i>Micro:bit</i>	31
Figura 2.6 - Construção do edifício ATEC pela turma de Aprendizagem TET PL 0917	32
Figura 2.7 - Taxa de Empregabilidade Janeiro a Outubro de 2018	34
Figura 3.8 - Esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória	40
Figura 5.9 – Distribuição dos formandos por género	54
Figura 5.10 – Distribuição das idades dos formandos	55
Figura 5.11 - Habilitações Literárias dos formandos	57
Figura 5.12 - Modalidades de formação que os formandos se encontram a frequentar ...	58
Figura 5.13 – Via de ensino de conclusão do 9º ou 12º ano	59
Figura 5.14 – Fatores relevantes na decisão para a frequência do Ensino Profissional na ATEC	60
Figura 5.15 – Quem teve influência na escolha pelo Ensino Profissional na ATEC	62
Figura 5.16 – Área de aptidão e preferência que resultou dos testes	64
Figura 5.17 – O resultado coincidiu com as suas preferências?	64
Figura 5.18 – Seguiu por essa via?	65
Figura 5.19– Compreensão dos temas	66
Figura 5.20– Possibilidade de adquirir novos conhecimentos	67
Figura 5.21– Aplicabilidade dos conhecimentos teóricos ministrados à prática	68
Figura 5.22– Adequação das metodologias pedagógicas utilizadas.....	68
Figura 5.23 – Relação com os colegas	69

Figura 5.24 – Relação com os formadores	70
Figura 5.25 – Infraestruturas e adequação dos meios necessários utilizados – salas, equipamentos, meios-audiovisuais e manuais.....	70
Figura 5.26 – Expetativas – como corresponde o resultado às expetativas iniciais.....	71
Figura 5.27 – Duração total do curso.....	72
Figura 5.28 – Média do grau de satisfação em relação ao curso que frequenta	72
Figura 5.29 - Considera que o Ensino ProfissionaI pode ser uma boa alternativa ao ensino secundário ou ensino superior?	73
Figura 5.30 - Por que motivo.	74
Figura 5.31 - Por que motivo escolheu a área do curso que se encontra a frequentar neste momento na ATEC.	75
Figura 5.32 - Refira qual a área.....	76
Figura 5.33 – Considera que ainda existe estigma ou preconceito em relação ao Ensino ProfissionaI?.....	77
Figura 5.34- Já alguma vez sentiu esse estigma/preconceito?	77
Figura 5.35 – Descreva como.....	78
Figura 5.36– Quando terminar o curso na ATEC tenciona.....	79
Figura 5.37- Profissão que gostaria de desempenhar no futuro.....	80
Figura 5.38 – Considera que o curso que está a frequentar na ATEC poderá ser uma mais-valia para desempenhar essa profissão.....	81
Figura 5.39– Explique porquê.	82

8. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CQEP (Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional)

DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho)

INOFOR (Instituto para a Inovação da Formação)

ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional)

SNQ (Sistema Nacional de Qualificações)

IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional)

DGEEC (Direcção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência)

GEPE (Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação)

CET (Cursos de Especialização Tecnológica)

Capítulo I – Introdução

1.1. Objeto do estudo

Na tomada de decisão sobre o tema a escolher para o desenvolvimento deste projeto de investigação, não hesitei em identificar um tema que estivesse relacionado com o Ensino Profissional, pois considero que este é um tema que deve ser aprofundado e debatido nos dias de hoje.

“Perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional: um estudo na ATEC – Academia de Formação” pareceu enquadrar-se neste objetivo, pois trata-se de um tema que tenho particular interesse e que julgo ser importante explorar, dado que trabalho na área do Ensino Profissional há 17 anos e convivo diariamente com estes formandos, observando as suas dificuldades, conflitos e também satisfação pessoal.

Fazer parte da ATEC – Academia de Formação, enquanto colaboradora não docente, possibilitou que este estudo fosse realizado nesta entidade formativa.

1.2. Problema principal de investigação

A oferta formativa do Ensino Profissional é bastante diversificada e abrange várias modalidades de formação, entre os quais se destacam, os cursos de Aprendizagem, Especialização Tecnológica e Educação e Formação de Adultos.

Numa altura em que 45% dos alunos (Agência Lusa, Público Notícias, 04-04-2017) terminam o ensino secundário em cursos profissionais, é necessário repensar na eficácia desta via de ensino para os jovens e adultos que procuram uma dupla certificação que lhes proporcione uma equivalência escolar e uma qualificação profissional, tanto mais que o ensino profissional tem sido encarado como uma via de ensino de segunda oportunidade para os jovens que apresentam mais dificuldades de aprendizagem.

De referir que, de acordo com as modalidades de formação, os jovens e adultos podem obter uma dupla certificação que é traduzida numa certificação profissional e num nível de qualificação, sendo, que o nível 4 equivale ao ensino secundário e o nível 5, ao pós-secundário. A conclusão de qualquer um dos cursos permite entrar no mercado de trabalho e/ou prosseguir estudos de nível superior.

Neste quadro, este trabalho pretende investigar quais são as perspetivas dos formandos que optaram pelo Ensino Profissional, neste caso específico pela ATEC, uma Associação de Formação para a Indústria.

1.2.1. Questões de investigação

- a) Qual o perfil dos formandos que optam pelo Ensino Profissional na ATEC – Academia de Formação?
- b) Quais os fatores mais relevantes na decisão do percurso educativo/formativo?
- c) Houve alguma interrupção no seu percurso escolar?
- d) Quais as habilitações literárias dos Encarregados de Educação?
- e) Quem teve influência na escolha pelo Ensino Profissional? Em que medida foi exercida essa influência?
- f) Os formandos realizaram as provas de Orientação Vocacional? Os resultados foram ao encontro dos seus interesses e preferências?
- g) Qual o seu grau de satisfação dos formandos em relação ao curso que frequentam?
- h) O Ensino Profissional poderá ser uma boa alternativa ao ensino secundário e superior?
- i) Por que motivo escolheu a área do curso que se encontra a frequentar neste momento?
- j) Existe na perspetiva dos formandos um estigma/preconceito associado ao Ensino Profissional?
- k) Quais os projetos futuros dos formandos que terminam os cursos profissionais?

1.2.2. Objetivos de investigação

1.2.2.1. Objetivo geral

Determinar quais são as perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional na ATEC – Academia de Formação.

1.2.2.2. Objetivos específicos

- a) Analisar o perfil de quem opta por esta via de ensino;
- b) Verificar quais os fatores mais relevantes na decisão do percurso educativo/formativo;
- c) Apurar se houve alguma interrupção no percurso escolar anterior;
- d) Aferir as habilitações literárias dos Encarregados de Educação;
- e) Perceber se foi exercido algum tipo de influência na escolha pelo Ensino Profissional;
- f) Averiguar se os formandos realizaram provas de Orientação Vocacional, e em caso afirmativo apurar se os resultados corresponderam às suas expectativas;
- g) Aferir o grau de satisfação dos formandos em relação ao curso que frequenta na ATEC;
- h) Perceber se o Ensino Profissional poderá ser uma alternativa ao ensino secundário e superior;
- i) Conferir o motivo pelo qual escolheram a área do curso que se encontram a frequentar;
- j) Analisar as perspetivas dos formandos em relação ao estigma do Ensino Profissional;
- k) Conhecer, em termos gerais, as perspetivas futuras dos formandos após terminarem o curso profissional;
- l) Aferir as preferências dos formandos relativamente à atividade profissional que gostariam de desempenhar após terminarem o curso profissional;
- m) Avaliar a perceção dos formandos sobre a utilidade do curso profissional para o desempenho da profissão que anseiam.

1.3. Justificação do estudo

O Ensino Profissional tem desempenhado uma função cada vez mais significativa na vida dos jovens e adultos que procuram por esta via obter uma qualificação escolar e profissional.

Numa altura em que a economia se encontra em processo de retoma e como consequência verificamos uma maior procura de mão-de-obra qualificada, o Ensino Profissional ganha uma importante missão neste campo de atuação.

A necessidade de aprender uma profissão e integrar mais rapidamente no mercado de trabalho torna-se deste modo uma prioridade.

Apesar de ganhar um maior destaque na obtenção de um futuro profissional, esta via de ensino é ainda considerada como uma via de segunda oportunidade para os alunos que apresentam mais dificuldades de aprendizagem, entre outros fatores (Agência Lusa, Diário de Notícias, 06-07-2017).

Será assim interessante aprofundar as perspetivas que os formandos têm sobre o Ensino Profissional, neste caso em específico na ATEC – Academia de Formação que atualmente se destaca pela elevada taxa de empregabilidade, e verificar se este tipo de preconceito existe e qual a sua abrangência.

1.4. Organização da dissertação

A estrutura da dissertação é composta por 6 capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à introdução, onde é mencionado o objeto de estudo e enunciado o problema principal da investigação. De seguida são definidas as questões de investigação e estabelecidos os objetivos. Por fim é justificada a pertinência científica do estudo.

O segundo capítulo é referente à revisão da literatura, onde é dada a conhecer a origem e a evolução do Ensino Profissional em Portugal.

De seguida é descrito como funciona o Sistema de Ensino DUAL, um modelo de Aprendizagem diferente do tradicional.

A importância do Ensino Profissional para o desenvolvimento económico do país é um tema destacado neste capítulo, assim como alguns temas relacionados com a sua organização e funcionamento.

Ainda neste capítulo é analisada a percentagem de formandos que frequentam esta via de ensino e entendido por que motivo esta via é considerada como uma segunda oportunidade.

O capítulo termina com a definição do perfil de competências dos professores/formadores do Ensino Profissional.

O terceiro capítulo trata do perfil do formando do século XXI e do perfil do formando que opta pelo Ensino Profissional. A orientação profissional e vocacional e a sua importância para definição de percursos escolares e profissionais é igualmente abordada neste capítulo, bem como o tema sobre a inovação pedagógica.

O quarto capítulo indica o desenho metodológico do estudo, realizado na ATEC – Academia de Formação. Como tal, neste capítulo são referidos temas como, a natureza do estudo, a população e amostra, o relatório pré-teste, aplicação do inquérito por questionário e recolha de dados e por último a fiabilidade e validade do estudo.

O quinto capítulo apresenta e analisa os resultados do estudo, destacando a caracterização individual dos formandos inquiridos, o percurso escolar, habilitações literárias do encarregado de educação, opção pelo Ensino Profissional, orientação vocacional, grau de satisfação em relação ao curso que frequentam na ATEC, estigma relativo a esta via de ensino e projeto futuro.

Para finalizar, o sexto capítulo conclui o estudo com as conclusões, referindo as considerações finais e as propostas para posteriores estudos.

Capítulo II – Revisão da literatura

2.1. O ensino técnico e profissional em Portugal

2.1.1. Breve apresentação do desenvolvimento histórico

O Ensino Técnico-Profissional surgiu em Portugal na segunda metade do século XVIII pela mão de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), enquanto Secretário de Estado e Ministro do Reino (1750 – 1777).

Durante o seu mandato, Pombal, influenciado pelo Iluminismo, foi responsável por grandes reformas políticas, administrativas, económicas, sociais, e também educativas, área anteriormente dominada pelos Jesuítas (Companhia de Jesus - Ordem Religiosa) que privilegiavam a Educação Formal, um ensino gratuito e aberto a todas as classes sociais.

O seu grande objetivo seria o de impulsionar a economia e recuperar o país do atraso em que se encontrava, em comparação com outros países da Europa, nomeadamente a Inglaterra, país onde esteve em missão diplomática.

Neste sentido, procurou industrializar o país, fundando a Companhia dos Vinhos do Douro e incentivando a produção agrícola e a construção naval, decretando altos impostos sobre os produtos importados (Seco & Amaral, 2002).

No que respeita à Educação, a mudança passou pela definição de uma Reforma e Política Educativa que passou para a responsabilidade do Estado.

A partir deste período, o Ensino Profissional passou por diferentes marcos históricos, caracterizados por uma série de avanços e recuos, relacionados com a evolução política do país, onde são destacados os seguintes momentos (O Sistema de Formação Profissional em Portugal, 1999):

Em 1759, Marquês de Pombal institui a Aula do Comércio, através do Alvará 19, de Maio de 1759, considerada como a primeira escola oficial de ensino do comércio Técnico-Profissional na Europa. Na sua génese estaria a necessidade de formar profissionais qualificados na área da contabilidade, capazes de desenvolver o comércio e a indústria do país;

Mais tarde, no século XIX, o Ensino Técnico-Profissional ganha um maior destaque, como resultado da Revolução Industrial, que atribuía uma maior importância ao ensino científico e técnico;

No início da década de 60, a reconversão de adultos desempregados surge como necessidade de resposta às novas condições económicas e sociais do país que identificam insuficiência quantitativa de Formação Profissional, nomeadamente, uma maior procura de mão-de-obra qualificada, o aumento do êxodo rural, o aumento da emigração de destino europeu e os problemas causados pela mobilização militar para a guerra das colónias". É então criado, em 1962, um Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, financiado pelo Fundo de Desemprego e das Empresas. Durante o mesmo ano é criado o Instituto de Formação Profissional Acelerada com o objetivo de elevar o nível profissional dos trabalhadores;

No início dos anos 70 do século XIX são criados os cursos gerais do ensino técnico nas áreas da agricultura, mecânica, eletricidade, química, construção civil, têxtil, administração e comércio, formação feminina e artes visuais, aproximando as duas vias do secundário, equivalentes ao quinto ano do liceu. Com a conclusão dos cursos gerais, os alunos poderiam prosseguir os seus estudos para os cursos complementares da respetiva área profissional e ingressarem no ensino superior.

Entre 1974 e 1976, a revolução de 25 de Abril e conseqüentemente a democratização do país altera significativamente a Educação, sendo o ensino secundário técnico aproximado aos conteúdos do ensino geral (liceal), condição que levou ao progressivo desaparecimento dos cursos técnicos;

Contudo, em 1979 é criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional, como necessidade de reativação da ação formativa, por meio da integração das componentes do emprego e da formação e de uma ação mais descentralizada;

Em 1980 é restabelecido o Ensino Profissional com a criação do 12.º ano do ensino secundário, propondo 31 cursos de formação pré-profissional.

Este ano é marcado ainda pelo início da Ação-Piloto de Formação Profissional de Jovens maiores de 14 anos, com o objetivo de ligar as empresas ao sistema escolar (Comissão de Controlo de Formação – Ministério da Educação e Ciência – Ministério do Trabalho, 1980). Uma ação conjunta entre os Ministérios de Educação e Ciência e Trabalho e a Fábrica Militar Braço de Prata, o Arsenal do Alfeite, a Siderurgia Nacional, E. P. e a Setenave –

Estaleiros Navais, E. P. Mais à frente terei a oportunidade de dar a conhecer mais detalhadamente o propósito deste projeto;

Em 1983 é criado o projeto denominado “Ensino Técnico-Profissional” que proporciona oferta formativa, a partir da conclusão da escolaridade obrigatória, na época, o 9.º ano do ensino secundário, possibilitando uma saída profissional.

Em 1984 é criada a Formação Profissional em Regime de Alternância ou Sistema de Aprendizagem, gerida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional que incluía uma tripla componente de formação – escolar, profissional e na empresa.

Em 1986 a adesão à União Europeia permitiu o acesso ao financiamento para atividades de formação inicial e contínua, desenvolvidas por entidades privadas, por meio do Fundo Social Europeu, e a promulgação da Lei nº. 46/86 – Lei de Bases do Sistema Educativo que cria as condições necessárias à programação das escolas de Educação Profissional;

Em 1988 é criado o Gabinete para o Ensino Tecnológico Artístico Profissional com o objetivo de reestruturar o ensino técnico e desenvolver o ensino artístico, e o estudo de um novo modelo de escolas. O gabinete tem como propósito o lançamento de escolas profissionais, na sua maioria privadas, destinadas à execução do ensino secundário técnico e implementadas por promotores de cada região e sector, e é apenas em 1989 que o Decreto-Lei nº. 26/89, de 21 de janeiro que cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior;

Em 1991 é criada a Direção-Geral do Emprego e Formação-Profissional que tem como “objetivo conceber políticas e prestar apoio técnico e normativo nos domínios do emprego e da Formação Profissional” (O Sistema de Formação Profissional em Portugal, 1999: 47);

Em 1992 é criado o Sistema Nacional de Certificação Profissional. É também o início da transição dos cursos técnico-profissionais para os cursos tecnológicos que têm uma duração de três anos, constituídos pela componente de formação geral, componente específica e componente técnica que conferem uma dupla certificação: diploma de ensino secundário e uma qualificação profissional, permitindo o acesso ao ensino superior;

Em 1997 é criado o Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR) e o estabelecimento das normas e processos de acreditação de entidades formadoras;

Em 1998 é criado o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e da Formação de Adultos;

Em 2002 é publicada a Lei Orgânica do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº. 208/2002) que destaca o papel de Portugal na União Europeia e no Mundo, no que respeita ao reforço das qualificações dos Recursos Humanos como alcance da competitividade da economia global;

Em 2004 é publicado o Decreto-Lei nº. 74/2004, de 26 março que regula os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo e enfatiza a necessidade de qualificar os jovens e combater o insucesso e abandono escolar, diversificando deste modo a oferta educativa e destacando a abertura dos cursos profissionais de nível secundário (Portaria nº. 550-C/2004, de 21 maio);

Em 2005 a Portaria nº. 256/2005, de 16 de março aprova a Classificação Nacional de Áreas de Formação, designadamente no âmbito do Fundo Social Europeu, dos inquéritos e estudos e da identificação da oferta formativa;

Em 2007 a Resolução do Conselho de Ministros nº. 173/2007, de 7 novembro consagra a certificação de entidades formadoras e aprova a Reforma da Formação Profissional e a aprovação do Decreto-Lei nº. 396/2007, de 31 de dezembro estabelece o Sistema Nacional de Qualificações;

Em 2009 a Portaria nº. 781/2009, de 23 de julho estabelece a estrutura e a organização do Catálogo Nacional de Qualificações e o Despacho nº. 978/2011, de 12 de janeiro caracteriza os níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificação;

Em 2010 é aprovada a Portaria nº. 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria nº. 208/2013, de 26 de junho, que regula o sistema de certificação, inserido na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras.

A Portaria nº. 1100/2010, de 22 de outubro aprova o programa de formação em competências básicas em cursos de Educação e Formação de Adultos ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico;

Em 2011 é aprovada a Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego, pelo Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de dezembro, que determina a reestruturação da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), serviço da administração direta do Estado

que tem por missão apoiar a conceção das políticas relativas ao emprego, formação e certificação profissional e às relações profissionais.

A Portaria nº. 211/2011, de 26 de Maio regula a certificação de competências profissionais resultantes do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, nomeadamente em contextos de trabalho;

Em 2013 a Portaria nº. 135-A/2013, de 28 de março regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP);

Presentemente, o Ensino Profissional tem uma função fundamental nas políticas públicas da Educação e Formação, designadamente como estratégia para o desenvolvimento económico do país.

2.2. Ação-piloto de formação profissional de jovens em 1980

E se o local de ensino fosse na empresa e não na escola? Foi exatamente o que a Fábrica Militar Braço de Prata propôs, em parceria com os serviços oficiais dos Ministérios da Educação e Ciência e do Trabalho e um grupo de empresas, um facto inédito no nosso país, decorria o ano de 1980.

Detalhando um pouco mais este facto, em 1980, os despachos conjuntos dos Secretários de Estado da Educação e do Emprego, de 21 de Fevereiro de 1980, formalizaram um acordo para o desenvolvimento de uma ação-piloto de formação profissional de jovens.

Esta ação-piloto surgiu com a necessidade de “se lançarem esquemas de formação profissional”, com o objetivo de preparar jovens para a entrada na vida ativa, e em simultaneamente, proporcionar à indústria e ao desenvolvimento do país uma mão-de-obra qualificada (Comissão de Controlo de Formação – Ministério da Educação e Ciência – Ministério do Trabalho, 1980).

De destacar que, de acordo com a Comissão de Controlo de Formação (1980),

o vetor fundamental desta experiência-piloto é a complementaridade entre a escola e o trabalho, pois que se pretende uma perfeita sintonia entre as necessidades qualitativas das empresas e a formação a dispensar àqueles que serão os seus futuros trabalhadores, os quais se pretendem ao nível da Europa. Daqui a imperiosa necessidade de se implementarem sistemas de formação profissional de jovens, que cubram outros extratos etários e outras áreas profissionais.

Um protocolo celebrado entre os Ministérios da Educação e Ciência e do Trabalho e as empresas Fábrica Militar de Braço de Prata, Arsenal do Alfeite, Siderurgia Nacional, E.P. e Setenave – Estaleiros Navais de Setúbal, E. P., onde serão contempladas as seguintes profissões: Serralheiros Mecânicos, Serralheiros de Tubos, Fresadores, Montadores de Estruturas Metálicas, Torneiros Mecânicos, Retificadores, Fundidores, Carpinteiros de Moldes, Soldadores, Eletricistas e Desenhadores.

Os destinatários desta ação-piloto eram jovens com idades compreendidas, entre os 14 e os 15 anos, que tivessem completado a escolaridade obrigatória, na altura considerada como o 6º. ano de escolaridade do Ensino Unificado.

Em termos estatísticos, o processo de recrutamento e seleção de jovens, obteve centenas de candidatos que na sua maioria passaram pela 1ª. Fase dos exames psicológicos e em número mais reduzido pela 2ª. Fase de exames médicos para se apurarem os 160 jovens que integrariam o 1º. Grupo da ação-piloto (Comissão de Controlo de Formação – Ministério da Educação e Ciência – Ministério do Trabalho, 1980).

Uma experiência que teve a duração de 5 anos, correspondendo à admissão de formandos de 1º. Ano durante 3 anos.

Os cursos tiveram a duração de 3 anos e proporcionaram a obtenção de um certificado de aptidão profissional e de um diploma com a equivalência ao 9º. ano de escolaridade. Os jovens teriam ainda a possibilidade de continuarem os estudos (Despacho Conjunto, de 21 de fevereiro de 1980, publicado na II Série do Diário da República de 26 de março de 1980). Como o resultado final foi bastante positivo, os formandos desta ação-piloto ficaram, na sua maioria, integrados nas empresas e a ação-piloto foi replicada noutras empresas.

2.3. O ensino profissional na atualidade

O desenvolvimento económico do país depende, essencialmente, do capital humano que é traduzido no nível de competências e qualificações da população ativa. Fatores como, a elevada taxa de desemprego dos jovens, os jovens “NEEF” (nem emprego, educação ou formação) que não se encontram nem em emprego, educação ou formação, os trabalhos precários, a emigração, o absentismo e o abandono escolar e o insucesso escolar são entendidos como problemas atuais de uma sociedade que se está a tornar cada vez mais

complexa. As políticas educativas devem dar especial atenção a estas situações, definir estratégias eficazes para elevar as qualificações dos portugueses e combater o desemprego. Porém, existe uma clara carência de mão-de-obra qualificada em áreas técnicas e tecnológicas, numa altura em que as áreas com maior procura no Ensino Profissional estão relacionadas com a indústria 4.0, automação e informática, devido à rápida evolução das tecnologias. Por conseguinte, o Ensino Profissional tem sido, ao longo dos anos, destacado como fundamental para o desenvolvimento económico do país e no combate ao desemprego.

Na sequência da elevada taxa de desemprego que se mantinha em 15,7% em 2012, Álvaro Santos Pereira (2012), anterior Ministro da Economia, referia que

o combate ao desemprego passa por retomarmos o crescimento económico, pela formação profissional, pelo ensino técnico-profissional, pela aposta no sistema de aprendizagem e por todas as reformas económicas, que foram feitas no último ano e que são fundamentais para voltarmos a crescer.

(Agência Lusa, Diário de Notícias, 31-08-2012)

Em 2013, o anterior Ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, considerava o Ensino Profissional como uma “arma fundamental” para combater o desemprego, afirmando ser “uma necessidade imediata” criar ofertas profissionais para quem termina o ensino obrigatório, sendo o Ensino Profissional “uma das armas fundamentais” (Semanário SOL, 25-10-2013).

Do mesmo modo, Margarida Segard, diretora-adjunta da entidade especialista em serviços de inspeção e formação do Grupo ISQ (Instituto de Soldadura e Qualidade) e vice-presidente da EVBB (*European Association of Institutes for Vocational Training*), relembra que Portugal é o terceiro país europeu com maior taxa de desemprego jovem e acredita que a formação profissional é parte da solução para este problema (Mateus, Expressoemprego, 01-07-2016).

2.4. O desenvolvimento económico do país e a necessidade de mão-de-obra qualificada

A falta de profissionais especializados e técnicos tem sido uma constante preocupação para as empresas especializadas em Recrutamento e Seleção, e consequentemente para os diversos sectores industriais.

Um estudo recente (*Talent Shortage Survey, 2018*), realizado por uma conceituada empresa no mercado de trabalho, refere que 46% das empresas nacionais denunciam dificuldades no recrutamento de profissionais qualificados e 35% admite que os candidatos não possuem as competências necessárias, dificultando desta forma o processo de recrutamento e seleção (*ManpowerGroup*).

O mesmo estudo refere um “*ranking*” com as funções mais procuradas e que necessitam de um conhecimento mais técnico e tecnológico, entre as quais são destacados, os eletricitistas, soldadores, mecânicos, controladores de qualidade, especialistas em cibersegurança, administradores de rede, técnicos de suporte e operadores de produção e máquinas.

Estas funções requerem Formação Profissional, após conclusão do ensino secundário e nem sempre um diploma de ensino superior é valorizado, uma vez que os quadros intermédios representam cerca de 40% dos empregos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. De acordo com o mesmo estudo, “na era digital o emprego nem sempre exigirá um diploma universitário, mas dependerá fortemente do desenvolvimento contínuo de habilidades” (*Talent Shortage Survey, 2018: 6*). As habilidades ganham assim um especial destaque, como indicado no estudo:

Globalmente, mais da metade (56%) dos empregadores dizem que as habilidades de comunicação, escritas e verbais, são as suas forças humanas mais valiosas, seguido de colaboração e resolução de problemas.

¹(*Talent Shortage Survey, 2018: 7*)

Para além das competências, outras aptidões são igualmente relevantes no desempenho de uma profissão, dado que o desenvolvimento económico e social do país depende também do seu Capital Humano, nomeadamente do seu nível de qualificações, uma vez que se considera o Capital Humano como um fator que determina a capacidade de um país atingir taxas de crescimento do produto mais elevadas no longo prazo (Becker, 1993, *apud* por Lourenço, 2015: 5).

Lourenço elaborou um relatório sobre “A importância da Formação Profissional enquanto investimento de Capital Humano” onde concluiu:

Assim, por análise do inquérito e respetivo tratamento de dados, foi possível retirar algumas conclusões relativamente à frequência de Formação Profissional, nomeadamente, o facto de no geral os indivíduos terem classificado este meio de ensino como útil, ou mesmo muito útil. Assim, consideraram a sua frequência desta modalidade de ensino como um meio de aquisição de novas competências e de valorização de currículo, ou inclusive como uma nova oportunidade de qualificação.

(Lourenço, 2015: 39 e 40)

Neste seguimento, e de acordo com o mencionado por Medeiros, Moreira & Ramos,

As Políticas Educativas da União Europeia defendem, através da Estratégia Europa 2020, que a Educação, a Formação e a Aprendizagem ao Longo da Vida desempenham uma função crucial para o desenvolvimento económico e social dos países, assim como para a aquisição de competências e qualificações que possam dar uma resposta eficaz às necessidades do mercado de trabalho que está em constante evolução.

(Medeiros, Moreira & Ramos, 2018: 2)

No sumário executivo do Guia da Implementação para a Estratégia de Competências é igualmente reforçada a necessidade de que "Uma mão-de-obra altamente qualificada, é fundamental para ajudar Portugal a recuperar da última recessão e responder aos desafios de uma economia cada vez mais global e digital" (Guia de Implementação para a Estratégia de Competências para Portugal, 2018: 3, *apud* por Medeiros, Moreira & Ramos, 2018: 2)."

2.5. O sistema de ensino dual

O Sistema Dual é um modelo de Aprendizagem utilizado com sucesso em países como a Alemanha e Áustria e aplicado em diversas entidades formativas em Portugal, que tem como propósito capacitar os formandos de capacidades, conhecimentos e competências necessárias para o exercício de uma atividade profissional qualificada que procure dar uma resposta eficaz ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento económico do país.

É designado por Dual, dado que a formação ocorre em dois locais de Aprendizagem, mais precisamente, na escola profissional e na empresa.

Aprender Fazendo (*Learning by Doing*), caracteriza este peculiar processo de Aprendizagem.

Lidar com tarefas concretas, promove a autonomia e a responsabilidade, a resiliência, o

pensamento crítico e a resolução de problemas, consideradas como qualidades essenciais para o desempenho de uma profissão.

Ao aplicar na empresa o conhecimento adquirido na escola profissional, o formando experiencia em Contexto Real de Trabalho o sucesso do seu percurso formativo.

O objetivo do Ensino Profissional é proporcionar um programa de formação sistemático, utilizando métodos e equipamentos avançados, para a aquisição de saberes e competências sociais e técnicas para o desenvolvimento profissional do formando, de acordo com as reais necessidades do mercado de trabalho.

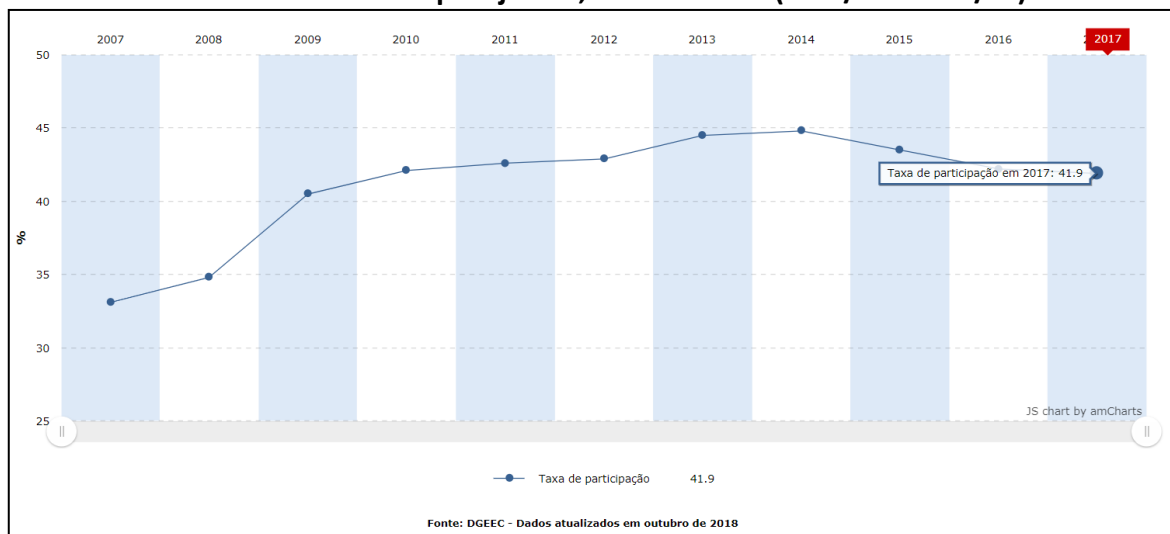
2.6. Cursos de dupla certificação

Os cursos de dupla certificação conferem, em simultâneo, uma certificação escolar e uma qualificação profissional, pois asseguram as competências necessárias nos mais variados perfis profissionais, dando ainda a possibilidade de prosseguimento de estudos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007).

Os percursos de dupla certificação, escolar e profissional, têm vindo a ganhar um maior destaque, uma vez que apresentam indicadores de realização acima da média, no que refere aos jovens que completam o ensino secundário por esta via de ensino.

Neste domínio, o governo pretende cumprir a meta para 2020 de pelo menos 50% dos alunos do ensino secundário a optarem pelo Ensino Profissional. No entanto, constatamos, através do gráfico representado na figura 2.1, que no ano letivo 2016/2017 apenas 41,9% dos jovens frequentaram cursos de dupla certificação, enquanto no ano letivo de 2013/2014 a taxa de participação foi de 44,8% (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), ou seja, a taxa de participação em cursos de dupla certificação tem vindo a decrescer, desde 2014.

Figura 2.1 - Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas ofertas do ensino secundário orientadas para jovens, no Continente (2006/07 a 2016/17)



Fonte: DGEEC (2018)

Contudo, efetuar uma análise ao perfil dos alunos, através dos testes de orientação vocacional é imprescindível, uma vez que os alunos podem ser orientados adequadamente, em função das suas aptidões e preferências profissionais, fator que pode reduzir a taxa de abandono e insucesso escolar e conseqüentemente aumentar a taxa de participação em cursos de dupla certificação.

2.6.1. Modalidades de formação de dupla certificação

As Modalidades de Formação são tipologias de organização da formação definidas em função de características específicas, designadamente, objetivos, destinatários, estrutura curricular, metodologia e duração. As modalidades de formação de dupla certificação (Decreto-Lei n.º 14/2017 de 26 de janeiro e Portal do IEFP) são as seguintes:

Cursos Profissionais - cursos de nível secundário de educação, vocacionados para a formação inicial de jovens, privilegiando a sua inserção na vida ativa e permitindo o prosseguimento de estudos;

Cursos de Aprendizagem – os cursos de formação profissional inicial de jovens, em alternância, permitem a obtenção de um certificado escolar e profissional e privilegiam a inserção dos jovens na vida ativa e permitem o prosseguimento de estudos de nível superior. Destinam-se a jovens com idade inferior a 25 anos, com o 9º. ano de escolaridade ou superior, sem conclusão do 12º. ano.

Cursos de Educação e Formação para Jovens - os cursos de formação profissional inicial para jovens que abandonaram ou estão em risco de abandonar o sistema regular de ensino, privilegiando a sua inserção na vida ativa e permitindo o prosseguimento de estudos. Destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos e habilitação escolar ao nível do 6º, ou inferior e o ensino secundário;

Cursos de Educação e Formação para Adultos - cursos permitem elevar os níveis de habilitação escolar e profissional. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, não qualificados ou sem qualificação adequada, para efeitos de inserção, reinserção e progressão no mercado de trabalho e que não tenham concluído o ensino básico ou o secundário;

Cursos de Especialização Tecnológica - cursos de nível pós-secundário não superior que permitem a obtenção de uma qualificação com base em formação técnica especializada. Visam responder às necessidades do mercado de trabalho, ao nível de quadros intermédios. Destinam-se a jovens e adultos com a frequência ou conclusão do 12º. ano de escolaridade;

Formações Modulares Certificadas - inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, no quadro da Formação Contínua, permitem atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos dos adultos, assim como elevar o nível de habilitação escolar e profissional. Destinam-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, empregados ou desempregados que pretendam melhorar as suas competências de âmbito geral ou específico de uma profissão;

Cursos de Ensino Artístico Especializado – cursos orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos. Proporcionam aos jovens uma cultura visual e estética que permita desenvolver capacidades de expressão e comunicação, dotando-os de competências técnico-artísticas inerentes à área de cada curso. Destinam-se a jovens com o 9º. Concluído ou formação equivalente (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional).

2.7. Percentagem de formandos que frequentam o ensino profissional

Por meio do “Programa Nacional de Reformas”, o governo apresentou as estratégias de médio prazo do XXI Governo Constitucional para o desenvolvimento do país, valorizando assim “Mais Crescimento, Melhor Emprego, Maior Igualdade” (Programa Nacional de Reformas, 2016).

De entre as estratégias, o governo destaca a Qualificação dos Portugueses. As medidas que integram este pilar passam pela Redução do Insucesso e Abandono Escolar, a Ativação dos Jovens NEEF (nem emprego, educação ou formação), a Qualificação de Adultos, a Promoção de Competências Digitais e o Combate à Precariedade do Mercado de Trabalho (Programa Nacional de Reformas, 2016).

Atualmente é perceptível o défice estrutural de qualificações, dado que se constata que cerca de 52% dos adultos (25 a 64 anos) não completou o ensino secundário; 45% da força de trabalho detém poucas ou nenhuma competências digitais e apenas 26% da população empregada tem formação superior (Programa Nacional de Reformas, 2016).

Assim, é imperativo dar uma resposta eficaz a este problema e no que respeita ao Ensino Profissional, de acordo com o Programa Nacional de Reformas (2016), as metas passam pela:

- Consolidação do alargamento e diversificação da oferta formativa no ensino secundário, através da aposta e valorização do Ensino Profissional e do reforço da permeabilidade entre vias de ensino, valorizando os percursos de dupla certificação e o ajustamento da oferta formativa às necessidades regionais e setoriais do mercado de trabalho;

- Dinamização do Sistema de Aprendizagem, enquanto plataforma por excelência da formação de dupla certificação para jovens, no contexto de uma estratégia global de promoção do sucesso escolar e da empregabilidade dos jovens;
- Criação de condições para o reforço do acesso ao ensino superior dos estudantes provenientes das vias profissionalizantes do ensino secundário, bem como o ingresso de estudantes fora da idade de referência, em especial os maiores de 23 anos.

No que respeita à Educação e Formação de Adultos, a taxa de participação de adultos com idades compreendidas entre os 25 aos 64 anos, em atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida correspondeu em 2016 a 9,6%, comparando com a média da União Europeia que é de 10,8%. Ainda assim o objetivo da Comissão Europeia é de 15% para os estados membros e conjunto da UE (ANQEP, 2018). A Aprendizagem ao Longo da Vida abrange a Aprendizagem Formal e Não-Formal integrada nos Sistemas de Educação e Formação.

2.8. O ensino profissional visto como uma segunda oportunidade

O Ensino Profissional tem como principal objetivo proporcionar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho e constitui uma boa aposta para os jovens e adultos que o procuram, por considerarem que faz sentido para a sua vida e percurso profissional. De acordo com o sustentado por Madeira sobre o Ensino Profissional,

espera-se que contribua também para o desenvolvimento económico e para a minimização do desemprego jovem, reduza o insucesso escolar e seja uma forma de normalizar o acesso ao ensino superior, atenuando a pressão da procura, ao desviar os alunos para outras alternativas.
(Madeira, 2006: 122)

No entanto, existem, fortes convencionalismos sobre esta possibilidade de ensino que se encontram relacionados com inúmeros fatores, entre os quais, sociais, culturais e profissionais e com sentimentos preconceituosos, e de vergonha, entre outros, frequentemente sentidos no dia-a-dia.

Enquanto colaboradora não docente de uma entidade formativa, deparou-me com alguma frequência com este tipo de preconceito, relacionado com os cursos profissionais, pois os pais nem sempre aceitam as opções dos seus filhos pelos percursos do Ensino Profissional. Estes fatores podem estar também relacionados com a conceção criada no passado, na altura designado como ensino técnico.

No passado, o ensino técnico constituiu um meio de seleção escolar precoce reproduzindo, maioritariamente, a origem social. Os jovens pertencentes às classes mais baixas eram orientados para este tipo de ensino, tendo em vista a necessidade de emprego a curto prazo. O ensino técnico promovia uma formação de espectro estreito, sem grandes possibilidades de adaptação a novas situações nem ao progresso tecnológico e não dava acesso direto ao ensino superior. As marcas classistas e sociais do ensino técnico tornaram-no num ensino desprestigiado relativamente ao ensino liceal.

(Madeira, 2006: 122)

Este ensino “desprestigiado”, como mencionado por Madeira (2006) é ainda refletido nos dias de hoje. O Ensino Profissional continua a ser visto com alguma incerteza e hesitação, como se existisse um certo preconceito ou estigma em torno deste tipo de ensino.

O preconceito ou estigma que existe em torno do Ensino Profissional é igualmente evidente para a Presidência da República e para o Ministério da Educação, pois Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, defende que “O ensino profissional não pode ser visto como um ensino de segunda oportunidade, um ensino para os mais carenciados, um caminho a percorrer pelos alunos do insucesso escolar. Esta explicação está ultrapassada. A meu ver nunca teve razão de ser, corresponde a um preconceito social, e os jovens que o digam, e os professores que o digam, e a sociedade que o proclame permanentemente” (Agência Lusa, Diário de Notícias, 06-07-2017).

João Costa, Secretário de Estado da Educação, afirma que “Portugal ainda não meteu na cabeça que o 12.º ano do curso de pastelaria é tão válido e tão digno como o 12.º ano do curso de línguas e humanidades. Portugal tem de meter isto na cabeça e quem tem de começar a meter isto na cabeça, em primeiro lugar, são as escolas” (Agência Lusa, Público Notícias, 08-03-2017). De igual modo, é com frequência que a comunicação social dá a conhecer notícias como, o “Governo quer combater o “estigma” dos cursos profissionais” (TSF Rádio Notícias, 03-04-2017) e que “Governo diz que é preciso acabar com o preconceito no ensino profissional” (Agência Lusa, Público Notícias, 08-03-2017). Nesta

última notícia, é ainda referido que o secretário de Estado da Educação, João Costa (2017), defende que "Não é aceitável ter alunos a quem se diz 'tu tens boas notas, não vás para o ensino profissional'. E isto é dito a alunos e não é digno nem para o ensino profissional, nem para o aluno nem para ninguém", no âmbito da sua presença na sessão de apresentação do Perfil do Aluno para o Século XXI.

Neste seguimento, é constatado que o governo está bastante empenhado em acabar com este tipo de preconceito e que, inclusivamente, tem como objetivo atingir os 50% de alunos matriculados no ensino profissional. Esta situação é encarada pelo governo como uma solução eficaz para os problemas de insucesso e abandono escolar, uma vez que se verifica que “metade dos alunos nacionais não consegue completar o ensino secundário no espaço de três anos e 35% deixa a escola, dois anos depois, sem esse diploma” (Silva, Público Notícias, 13-09-2017).

2.9. Perfil de competências dos professores/formadores do ensino profissional

A oferta formativa, cada vez mais abrangente dos cursos profissionalizantes de dupla certificação, é acompanhada por um acréscimo de saídas profissionais e, conseqüentemente pela necessidade de mobilizar profissionais das mais diversificadas qualificações, dado que

O objetivo de expansão da oferta de cursos profissionalizantes se articula, simultaneamente, com os objetivos de reforço da capacidade de resposta do sistema de educação e formação às necessidades do mercado de trabalho e de uma maior eficácia no combate ao abandono escolar precoce.

(Referencial de Competências e de Formação para o Professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base, 2015: 53)

As modalidades de formação do Ensino Profissional que permitem a obtenção de uma Qualificação Profissional requerem assim, por parte dos professores/formadores, competências técnicas específicas nos domínios profissionais, especialmente na vertente técnica e tecnológica do plano curricular dos cursos.

No que diz respeito à qualificação dos professores/formadores, no quadro legal aprovado, para o exercício da docência e a qualidade no ensino nos estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos, no âmbito da educação pré-escolar, dos ensinos

básico e secundário e da formação profissional que confere certificação escolar nos níveis básico e secundário, o Decreto-Lei nº. 79/2014, de 14 de maio, Artigo 4.º, determina que “têm habilitação profissional para a docência em cada grupo de recrutamento os titulares do grau de mestre na especialidade correspondente constante do anexo do presente decreto-lei”.

No que concerne aos cursos profissionais, a legislação que regula a criação, organização e funcionamento destes cursos, prevê que “a docência da componente de formação tecnológica e prática é assegurada, preferencialmente, por formadores que tenham experiência profissional ou empresarial e sejam detentores de adequada formação pedagógica”, esta última entendida como a obtenção do Certificado de Competências Pedagógicas, uma certificação que habilita qualquer profissional a exercer a atividade de formador (Decreto-Lei nº. 92/2014, Artigo 31º.).

Neste seguimento, a Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio, estabelece o regime de formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvam a sua atividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), de acordo com as componentes de formação a ministrar.

O quadro abaixo (figura 2.2) exemplifica as habilitações necessárias para o exercício da função de professor/formador no Ensino Profissional para as modalidades de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos e Especialização Tecnológica, de acordo com a legislação em vigor.

Modalidade de Formação	Componente de Formação	CCP	Habilitação Literária	Formação Profissional	Experiência	Regulamentação
Cursos de Aprendizagem	Sociocultural e Científica	Sim	Licenciatura em Ensino da especialidade a lecionar do 3º. Ciclo e Secundário; Titulares do grau de mestre na especialidade correspondente	N/A	N/A	Portaria nº. 1497/2008, de 19 de Dezembro Regulamento Específico da Aprendizagem
	Tecnológica	Sim	12º. Ano de escolaridade	Nível 4 no domínio da formação a desenvolver	1 Ano de experiência profissional	
	Prática	Sim	12º. Ano de escolaridade	Nível 4 no domínio da formação a desenvolver	3 Anos de experiência profissional	
Cursos de Educação e Formação de Adultos	Formação de Base	Sim	Licenciatura em Ensino da disciplina a lecionar do 3º. Ciclo e Secundário; Titulares do grau de mestre na especialidade correspondente	N/A	N/A	Portaria nº. 230/2008, de 7 de Março Guia de operacionalização de cursos de educação e formação de adultos
	Tecnológica	Sim	12º. Ano de escolaridade	Nível 4 no domínio da formação a desenvolver	2 Anos (profissional ou de formação)	
Cursos de Especialização Tecnológica	Geral e Científica	Sim	Habilitação académica adequada às Unidades Temáticas em que o formador ministra a formação	N/A	N/A	Decreto-Regulamentar nº. 66/94 (com alterações do Decreto-Regulamentar nº. 26/97)
	Tecnológica (teórica)	Sim	12º. Ano de escolaridade	Nível 5 no domínio da formação a desenvolver	1 Ano de experiência profissional	
	Tecnológica (prática)	Sim	12º. Ano de escolaridade	Nível 5 no domínio da formação a desenvolver	3 Anos de experiência profissional	

Figura 2.2 – Requisitos habilitacionais para os formadores do Ensino profissional nas modalidades de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos e Especialização Tecnológica

De referir que o Ensino Profissional requer uma forte ligação com o mercado de trabalho que está em constante evolução. Por este motivo exige diferentes necessidades, facto que coloca um conjunto de desafios às políticas de ensino e formação profissional, e por conseguinte aos professores/formadores, dado que é fundamental “garantir uma aprendizagem alinhada com os contextos produtivos” (Referencial de Competências e de Formação para o Professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base, 2015: 53).

Assim, é fundamental fornecer aos professores/formadores o *feedback* necessário para que se possam desenvolver profissionalmente, mostrando os seus pontos fortes e dando suporte para que trabalhem os seus pontos fracos e melhorem desta forma o seu desempenho em sala de aula, laboratório ou oficina.

No mesmo seguimento, e não menos importante será o de promover a formação contínua dos professores/formadores para melhorar a qualidade e a eficácia do Ensino Profissional, uma vez que a atualização dos conhecimentos e o desenvolvimento de competências, bem como a adequação e inovação de práticas pedagógicas e didáticas (Referencial de Competências e de Formação para o professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base, 2015), são relevantes para garantir que o processo de ensino-aprendizagem decorra de uma forma efetiva.

Profissionalizar mais o exercício do papel do professor do ensino profissional, estabelecendo padrões de desempenho que permitam desenvolver as suas competências, constitui um importante recurso para valorizar as ofertas de dupla certificação no contexto do sistema de educação e formação.

(Referencial de Competências e de Formação para o professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base, 2015: 56)

Por conseguinte, e como resposta a estes desafios, o Referencial de Competências e de Formação para o professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base (2015: 71) apresenta um modelo de referencial, organizado em cinco domínios, para a certificação de professores/formadores do ensino e formação profissional, conforme ilustrado na figura 2.3.

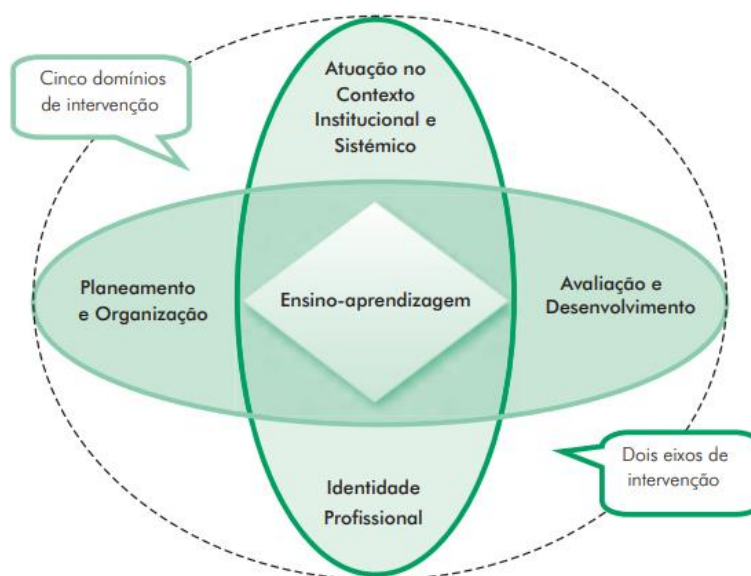


Figura 2.3 - Os cinco domínios e os dois eixos considerados no referencial de competências
Fonte: Referencial de Competências e de Formação para o Professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base, 2015: 71

Com efeito, a elaboração do modelo de referencial teve como pressupostos: a organização por resultados de aprendizagem; centralidade no aluno/formando e na sua aprendizagem ativa; afirmação do ensino técnico e profissional como modalidade com características diferenciadoras e específicas; alteração do papel do professor/formador do ensino profissional (Referencial de Competências e de Formação para o Professor/formador do Ensino Profissional: Estudo de base, 2015: 64 - 65).

De referir que este estudo retoma a metodologia de associar os referenciais de formação à prévia definição de referenciais de competências para os professores/formadores (Quatenaire Portugal, 2015).

2.10. Exemplo de uma escola profissional: a ATEC – Academia de Formação

A ATEC é uma Associação de Formação para a Indústria que tem como principal objetivo qualificar jovens e adultos para o mercado de trabalho em áreas Técnicas e Tecnológicas, reguladas pelo Catálogo Nacional de Qualificações e certificadas pelo IEFP.

Sendo uma Associação privada sem fins lucrativos, fruto de uma *joint-venture* entre a Volkswagen, a Siemens, a Bosch e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-alemã, a ATEC tem como principais objetivos:

- Fortalecer a indústria através da formação e transferência de conhecimento;
- Expandir a formação orientada para a prática;
- Desenvolver formação, de acordo com *standards* alemães;
- Qualificar para o mercado.

De modo a proporcionar uma formação de referência, a nível de infraestruturas e equipamentos, a ATEC está presente em 6 cidades portuguesas por onde passam cerca de 1 250 formandos por dia, possui nas suas instalações um total de 15 oficinas, 34 laboratórios e 28 salas teóricas.

Como oferta formativa a ATEC oferece duas possibilidades: a Qualificação Profissional, dirigida a jovens e adultos em situação de desemprego que pretendam obter uma qualificação e a Formação e Consultoria dirigida para empresas e particulares.

A vertente da Qualificação Profissional tem uma parceria com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A formação profissional ministrada pela ATEC promove um sistema de aprendizagem DUAL que concilia a componente teórica com a prática em laboratório/oficina e em Contexto Real de Trabalho nas empresas parceiras, razões que justificam a aplicação de metodologias pedagógicas que estejam adaptadas às necessidades do atual mercado de trabalho.

2.10.1. Oferta formativa

Proporcionar uma sólida aprendizagem aos formandos é o principal propósito da ATEC – Academia de Formação, cuja oferta formativa é bastante diversificada e abrange várias modalidades de formação, entre as quais se destacam, os cursos de Aprendizagem, Especialização Tecnológica e Educação e Formação de Adultos.

De acordo com as modalidades de formação, os jovens e adultos podem obter uma dupla certificação, escolar e profissional, de nível 4 que corresponde ao ensino secundário e de nível 5 que corresponde ao ensino pós-secundário.

A conclusão dos cursos permite a entrada no mercado de trabalho e/ou prosseguimentos dos estudos no mesmo tipo de ensino ou no ensino superior.

O Plano Curricular dos cursos é composto por componentes de formação que visam a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e aptidões necessárias para o desempenho da vida pessoal e profissional.

De destacar que toda a estrutura curricular dos cursos abrange as várias dimensões do Saber: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser. Estas dimensões preparam os formandos para a aquisição de um conjunto de competências, como sejam, os conhecimentos, as capacidades e as atitudes, para que possam desempenhar o seu papel na sociedade, como cidadãos ativos, participativos e críticos, em relação a todas as áreas das suas vidas (Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, 2017).

Do mesmo modo, os objetivos, conteúdos e metodologias utilizados neste sistema de aprendizagem, desenvolvem nos formandos as competências científicas e técnicas necessárias, relevantes para o exercício de diversificados percursos profissionais. A oferta formativa é diferenciada, incidindo sobretudo em cursos profissionais (anexo I – Oferta formativa na ATEC – Academia de Formação).

2.10.2. Enquadramento legal dos cursos profissionais

Os cursos ministrados na ATEC estão regulamentados pela ANQEP (Agência Nacional de Qualificação e Ensino Profissional, entidade que coordena a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos, através do Catálogo Nacional de

Qualificações, instrumento de gestão estratégica de qualificações de nível não superior que integra o Sistema Nacional de Qualificações.

Certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), como Entidade Formadora e reconhecida como uma Instituição de Utilidade Pública, a ATEC possui um Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela norma ISO 9001.

A oferta formativa na ATEC está certificada nas seguintes Áreas de Educação e Formação, de acordo com a Classificação das Áreas de Educação e Formação, Portaria 256/2005: Eletrónica e Automação (523), Metalurgia e Metalomecânica (521), Construção e Reparação de Veículos a Motor (525) e Ciências Informáticas (481).

Os cursos de Aprendizagem são regulados pela Portaria nº. 1497/2008 de 19 de dezembro. Promovem a formação inicial de jovens tendo em vista aumentar a sua empregabilidade face às necessidades do mercado de trabalho e, além disso, possibilitam a progressão escolar e profissional (Portaria nº. 1497/2008 de 19 de dezembro).

Os cursos de Especialização Tecnológica são regulados pelo Decreto-Lei nº. 88/2006 de 23 de maio. Objetivam elevar os níveis de escolaridade das novas gerações, mas também garantir que estas não entrem para o mercado de trabalho sem uma prévia qualificação profissional orientada para os perfis profissionais em défice (Decreto-Lei nº. 88/2006 de 23 de maio).

Os cursos de Educação e Formação de Adultos são regulados pela Portaria nº. 283/2011 de 24 de outubro altera a Portaria nº. 230/2008 de 7 de março). Procuram captar novos públicos para a educação e formação de adultos e dar resposta às suas necessidades e especificidades contribuindo, assim, para o aumento da qualificação da população adulta (Portaria nº. 283/2011 de 24 de outubro altera a Portaria nº. 230/2008 de 7 de março).

2.10.3. Inovação pedagógica na sala de aula

Devido à rápida evolução das tecnologias, torna-se necessário adaptar as metodologias pedagógicas mais tradicionais, que se vão tornando obsoletas e pouco dinâmicas, a metodologias mais inovadoras num contexto presente, o da era digital.

Por este motivo, integrar as tecnologias na prática formativa pode melhorar significativamente o processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente o interesse e motivação dos formandos e os resultados esperados.

Por conseguinte, a ATEC pensou em novas formas e estratégias de transmitir o conhecimento, que possam dar resposta às exigências de uma sociedade da informação e de uma população jovem, muito familiarizada com a internet, designada por Geração Z, de modo a garantir o seu sucesso educativo.

Neste processo de aprendizagem, o formando pesquisa, reflete e critica a informação, construindo desta forma o seu conhecimento. Comunica e partilha ideias com o formador e os colegas, aprende com a descoberta e resolve problemas.

Assim, a ATEC utiliza duas ferramentas pedagógicas inovadoras, o *Micro:bit* e *Minecraft*, que têm demonstrado resultados bastante positivos, uma vez que a sua aplicação contribui significativamente para uma aprendizagem mais envolvente e facilitadora, dado que

O aluno de hoje, de todos os níveis de ensino, com o acesso (maior ou menor) às novas tecnologias em seu cotidiano, começa a desempenhar um novo papel no contexto escolar. Apresenta vantagens em relação ao aluno de dez anos atrás, porque traz para a escola maior conhecimento factual e demonstra necessidades e expectativas mais objetivas quanto à sua formação.

(Rezende, 2002: 83)

O *Micro:bit*

Ilustrado na figura 2.4 é um pequeno computador de código de bolso, criado pela BBC e *Microsoft*. Possui deteção de movimento e mede 4 cm por 5 cm e dispõe tecnologia *bluetooth* e um *software* programável de fácil utilização, acessível em microbit.org.

O equipamento tem como objetivo inspirar os jovens a serem criativos no mundo digital e a desenvolverem os seus próprios projetos.

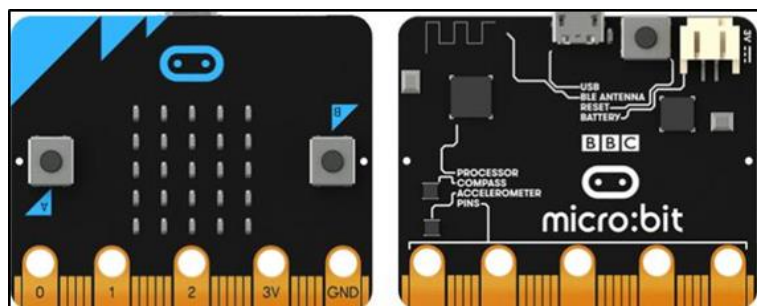


Figura 2.4 - Placa *Micro:bit*

Fonte: *Micro:bit Educational Foundation*

As funcionalidades do *Micro:bit* são imensas e podem ser aplicadas em diversos projetos. Um exemplo de um projeto *Micro:bit*, desenvolvido pelos formandos dos cursos de Aprendizagem da ATEC está ilustrado na figura 2.5.

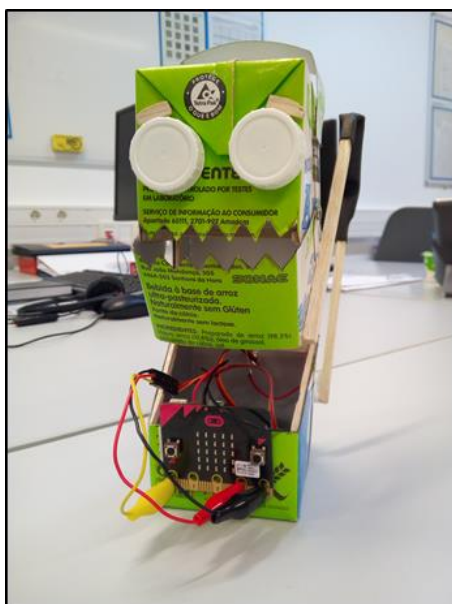


Figura 2.5 - Projeto *Micro:bit*

Fonte: Fotografia elaborada pela autora

O Minecraft

O Minecraft: Education Edition, ilustrado na figura 2.6, desenvolvido pela *Microsoft Studios* e *Mojang*, é um jogo eletrónico, especificamente projetado para o uso em sala de aula. Pode ser utilizado para promover habilidades nos formandos, como a criatividade, colaboração, resolução de problemas e o pensamento crítico, essenciais para a aprendizagem *STEM* (*Science, Technology, Engineering, and Mathematics*).



Figura 2.6 - Construção do edifício ATEC pela turma de Aprendizagem TET PL 0917
Fonte: ATEC em *Minecraft* (YouTube)

O *Minecraft* é um jogo bastante apreciado pelos jovens e consiste na destruição e construção de blocos. Uma ferramenta educativa que proporciona uma aprendizagem imersiva e permite ao formador criar um único ambiente e assim colocar todos os formandos no mesmo “cenário”, dentro do jogo para trabalharem em colaboração.

O formador pode estabelecer restrições, em relação ao que os formandos conseguem ou não fazer no ambiente, como por exemplo, impossibilitar que um formando destrua blocos criados por outro colega.

Uma nova funcionalidade, recentemente adicionada a esta versão do jogo, é designada por Criador de Códigos. Esta nova funcionalidade possibilita aos formadores e formandos escreverem códigos com o objetivo de explorarem, criarem e aprenderem no mundo de *Minecraft* (MSN Notícias, 2018).

O jogo *Minecraft* apresenta as seguintes características (*Bigbrain Education*):

- Neste jogo não existem regras, a exploração é livre;
- O jogo não tem fim, o limite é a criatividade;
- Não existe competição, é a colaboração que impera;
- As habilidades do século XXI estão no jogo;
- A arte de aprender e ensinar está sempre presente;
- Liga o mundo virtual ao real;

- O jogador sente o sabor da superação;
- São infinitas as possibilidades e o melhor é solucionar desafios.

A utilização das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem proporciona novas formas de ensinar e representa uma verdadeira transformação nas práticas educacionais e na aquisição do conhecimento.

2.10.4. Taxa de empregabilidade após conclusão dos cursos

Após a conclusão dos cursos na ATEC é aplicado aos formandos um Inquérito de Empregabilidade que visa apurar a situação face ao emprego.

No caso do formando não ficar colocado é aplicado novamente o inquérito, após um período de 3, 6 e 9 meses sucessivamente, até que se constate a empregabilidade e se afira a taxa de empregabilidade.

Em simultâneo, o formando é convidado a aceder ao Portal de Emprego da ATEC para verificar as ofertas de emprego existentes.

Conforme constatamos no gráfico representado na figura 2.7, entre o período de Janeiro a Outubro de 2018, que abrangeu um total de 585 formandos que terminaram a sua formação, a taxa de empregabilidade para os cursos de Aprendizagem e Especialização Tecnológica incidiu nos 96% e para os cursos de Educação e Formação de Adultos nos 79%, resultando numa média de Taxa de Empregabilidades de 90%.

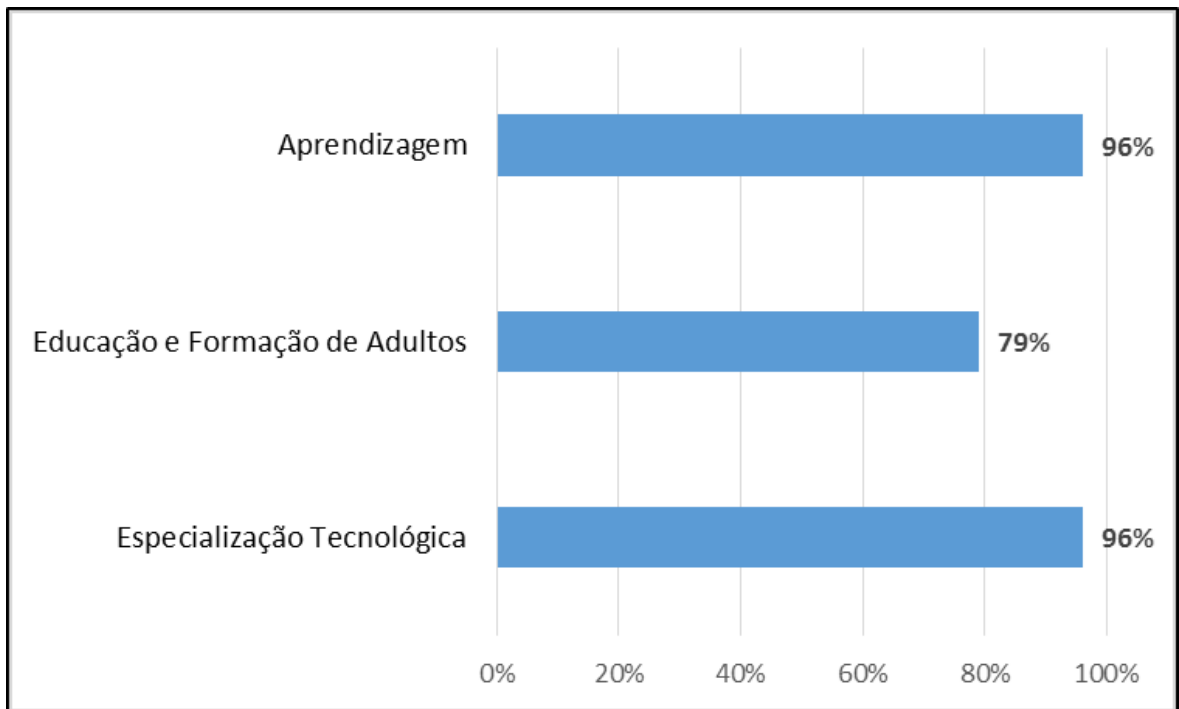


Figura 2.7 - Taxa de Empregabilidade Janeiro a Outubro de 2018

Capítulo III – O perfil do formando / Orientação vocacional e profissional

3.2. O perfil do formando que opta pelo ensino profissional

De um modo geral, os jovens e adultos que optam pelo Ensino Profissional, procuram por meio desta via de ensino uma rápida integração no mercado de trabalho e/ou continuar os estudos no ensino superior.

O Ensino Profissional integra a componente teórica e prática no processo de aprendizagem, muito orientada para a integração no mercado de trabalho. Aprender uma profissão é o que define essencialmente o Ensino profissional.

A formação prática em contexto de trabalho (estágio) possibilita uma experiência única, uma vez que os formandos têm oportunidade de colocar em prática os conhecimentos apreendidos em sala de aula/laboratório/oficina, assim como reforçar as suas competências sócio-emocionais e comportamentais, para além das competências profissionais, como descreve o Ministério da Educação, *citado* por Fernandes,

Centra-se essencialmente na aquisição de saberes e competências profissionais e tecnológicas que permitem ir ao encontro das necessidades impostas pelo mercado de trabalho atual. As escolas profissionais foram então concebidas neste contexto teórico, caracterizando-se por potenciar uma oferta formativa com uma forte ligação ao mercado de trabalho, proporcionando aprendizados que valorizam a aquisição de competências para o exercício de uma profissão.

(Ministério da Educação, 2003: 140 *apud* por Fernandes, 2014: 24)

De referir, que o ingresso ao ensino superior, em particular, para os titulares de um diploma de Especialização Tecnológica é feito através de um concurso especial, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 113/2014 de 16 de julho, fator que motiva a passagem por um curso profissional de Especialização Tecnológica.

Para tentarmos perceber melhor o perfil dos formandos que optam pelo Ensino Profissional vamos analisar o número de formandos matriculados nesta via de ensino nos últimos 8 anos, o seu passado escolar, a taxa de sucesso, a situação após 3 anos dos formandos que ingressaram no ensino secundário profissional, assim como os dados relativos à idade e ao género.

De acordo com o estudo, os “Alunos matriculados no ensino secundário público: total e por modalidade de ensino entre 2010 e 2017”, elaborado pela Pordata (2018), onde são destacadas as modalidades do Ensino Profissional, como os cursos Profissionais,

Aprendizagem e Tecnológicos, em comparação com os cursos Gerais, onde constatamos que o número de matrículas nos cursos Profissionais e de Aprendizagem obtiveram um valor máximo no ano 2014, com 69 730 e 35 309 matrículas, respetivamente. A partir deste ano reduziram gradualmente, mais significativamente para os cursos de Aprendizagem que tinham vindo a aumentar gradualmente, desde 2010, formando apenas um total de 24 202 matrículas em 2017. Por outro lado, os cursos Tecnológicos sofreram uma redução bastante considerável no número de matrículas, tendo no ano de 2010 reunido um total de 12 301 matrículas e no ano 2017, um total de 2 107.

Esta redução pode ser justificada pelo fato do Ensino Profissional continuar a ser visto como um ensino de segunda oportunidade, um ensino que serve “para tudo e para todos”, como destaca Joaquim Azevedo (Observatório dos Recursos Educativos, 2018), investigador da Universidade Católica que acompanha de perto a realidade do Ensino Profissional. Joaquim Azevedo destaca ainda que os alunos que não são bem-sucedidos no ensino básico, são muitas vezes desviados para o Ensino Profissional, após completarem o 9º. ano, onde se repete novamente o insucesso e muitos acabam mesmo por abandonar a escola (Observatório dos Recursos Educativos, 2018).

Quanto aos dados relativos ao género, constatamos, através do estudo realizado pela DGEEC (2016/2017), sobre os “Alunos matriculados, por NUTS I e II, sexo e oferta de educação e formação no Ensino Secundário – Ensino Público e no Ensino Privado Independente do Estado” que o masculino é o género que mais predomina na opção pelo Ensino Profissional nas ofertas formativa dos cursos Profissionais, de Aprendizagem e Tecnológicos, uma vez que a segregação profissional de género ainda persiste em determinadas profissões, fator que poderá justificar esta tendência.

No que respeita ao ensino secundário profissional será interessante analisarmos alguns indicadores relativos à situação após 3 anos dos alunos que ingressaram por esta via, bem como a sua idade média.

Nesta perspetiva será importante repararmos nos resultados dos alunos que concluíram o ensino básico, correspondente ao 9º. ano de escolaridade e que ingressaram no ensino secundário profissional, mais precisamente, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14 e 2014/15, de forma a concluirmos sobre a taxa de sucesso de conclusão no tempo normal

de 3 anos, assim como, aferir a taxa de alunos que estavam matriculados nesta via de ensino e não concluíram em tempo útil.

Assim, constatamos pelo estudo efetuado pela DGEEC (2018, p. 3), sobre a “Situação após 3 anos dos alunos que ingressam no ensino secundário profissional, que a percentagem de alunos que terminou o ensino secundário profissional em 3 anos, por ano de ingresso”, correspondente ao 12.º de escolaridade, tem vindo a aumentar, sendo que para os alunos que ingressaram no ano letivo 2012/13, a percentagem correspondeu a 53%, tendo-se verificado gradualmente uma subida nos anos letivos seguintes, de 56% e 60% respetivamente.

Para além desta via de ensino ser frequentada, na sua maioria, por alunos vindos do ensino básico geral, os alunos dos Cursos de Educação e Formação (CEF) e dos Cursos Vocacionais também optam por esta via. Porém, os alunos que provêm do ensino básico geral são mais novos, em termos de idade, em média menos de 16 anos e são os que obtêm uma maior taxa de sucesso, de cerca de 70%, enquanto os alunos provenientes dos CEF (Cursos de Educação e Formação) e dos Cursos Vocacionais, as idades variam entre os 16,9 e 17,3 anos e não conseguem, em tempo útil, concluir o ensino secundário, ou acabam mesmo por abandonar os estudos (DGEEC, 2018).

Constatamos que este perfil vai ao encontro do estudo realizado por Silva (1999), apud por Santos (2016: 31) e também por Santos (2016: 31), ao concluir que o “aluno/a do ensino profissional”, na sua maioria é do género masculino, com o argumento de que o género feminino tende a optar por outras áreas de formação que são menos valorizadas social e economicamente (Silva, *apud* por Santos, 2016: 31).

No mesmo sentido, a afirmação de Azevedo (2018), que refere que os alunos que não são bem-sucedidos no ensino básico, são muitas vezes desviados para o Ensino Profissional, onde se repete novamente o insucesso e muitos acabam mesmo por abandonar a escola, corrobora com os estudos referenciados na revisão da literatura e com o estudo de Santos (2016), onde se verifica que a maioria dos inquiridos já reprovou, pelo menos uma vez, antes de frequentarem um curso profissional.

No que respeita à idade, o mesmo estudo mostra que a idade média dos alunos inscritos nos cursos profissionais no ano letivo 2014/2015, correspondia aos 17,7 anos, fator que

indicia insucesso escolar para estes alunos, enquanto que para os alunos inscritos nos CEF (Cursos de Educação e Formação) e Cursos Vocacionais, a idade média correspondia aos 16,2 anos (Santos, 2016). O estudo realizado pela DGEEC (2018) continua a conferir esta conclusão, dado que alguns alunos não conseguem concluir o ensino secundário em tempo útil.

Quanto à opção pelo Ensino Profissional e o que se pretende alcançar, é evidente no estudo realizado por Santos (2016: 87) “que um terço dos jovens pretende prosseguir estudos para o ensino superior. Não obstante, metade dos inquiridos tenciona encontrar trabalho dentro da sua área de formação”, pois consideram que a formação que frequentam lhes irá qualificar adequadamente para entrarem o mais rapidamente possível no mercado de trabalho. O mesmo estudo refere ainda que “o gosto pela área de formação do curso e o carácter prático destes cursos são também fatores tidos em conta pelos jovens” (Santos, 2016: 85).

3.1. O perfil do formando do século XXI

O “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017 26 de julho, é uma matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas. No âmbito da escolaridade obrigatória, constitui-se como um documento de referência para as decisões a adotar por decisores e atores educativos, ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem (O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017).

Se por um lado o mundo está em constante mudança, no que respeita à evolução científica e tecnológica e a um ritmo bastante acelerado, por outro lado, torna-se fundamental, desenvolver nos alunos valores e competências que lhes permitam responder às imprevisibilidades que resultam dessa evolução (O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017). Por este motivo, surgem inúmeros desafios para os Sistemas de Educação e Formação.

Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos.

(Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017: 5)

Constituindo-se como uma matriz, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, destaca um conjunto de competências que o aluno do século XXI deve possuir. Competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, entre as quais são destacadas, a informação e comunicação, o raciocínio e a resolução de problemas, o pensamento crítico e criativo, o saber científico, técnico e tecnológico, o desenvolvimento pessoal e a autonomia (Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, 2017).

O Esquema Concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, representado na figura 3.8, é sustentado pelos Princípios e a Visão, nos quais a ação educativa se pauta e pelos Valores e Áreas de Competência a desenvolver nos alunos (Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, 2017: 11).

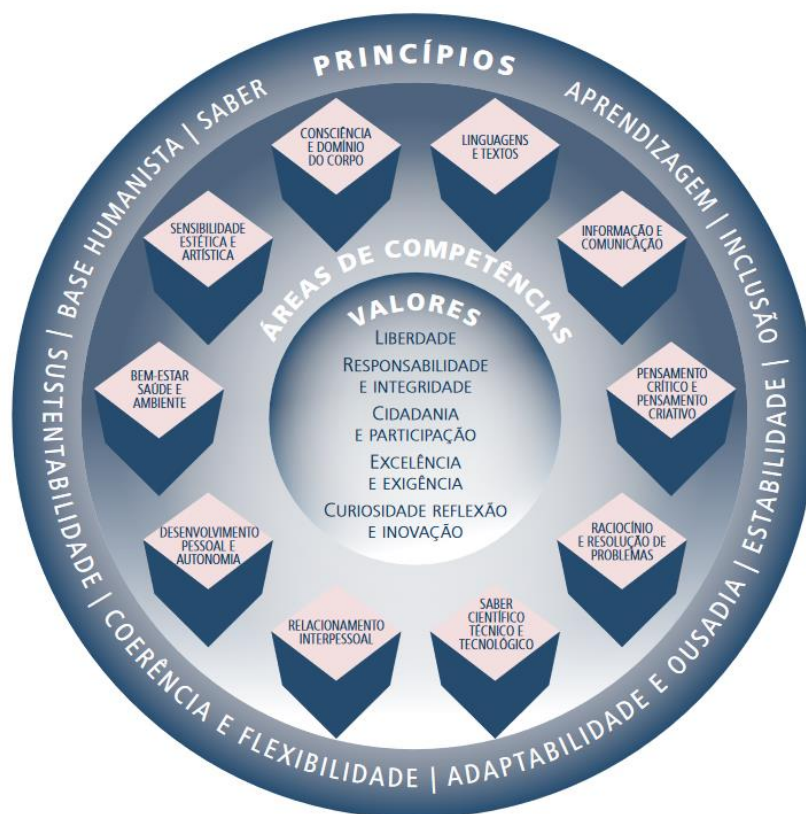


Figura 3.8 - Esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
 Fonte: Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al. 2017: 11)

3.3. Orientação vocacional e profissional

É na fase da adolescência que surgem as dúvidas quanto às perspectivas do futuro profissional e como tal, o processo de Orientação Vocacional e Profissional tem como objetivo auxiliar o jovem na tomada de decisão sobre o seu percurso escolar e profissional. Em Portugal, este processo é assegurado pelos serviços de Psicologia e Orientação do Ministério da Educação pois

Proporcionam o acesso a serviços de apoio educativo especializados que asseguram uma intervenção pedagógica individualizada ou em grupo e que apoiam os jovens nas opções que tomam ao longo do seu percurso escolar, facilitando assim o desenvolvimento da uma identidade pessoal e a construção de um projecto de vida pessoal.

(GEPE, Ministério da Educação, 2009: 6).

De acordo com Primi, Moggi e Casellato (2004: 38), *apud* por Noronha e Ottati (2010: 38) “a escolha envolve o comprometimento com um determinado caminho, que implicará em preparação para o ingresso em uma profissão específica”.

Para esse fim, são utilizados instrumentos de avaliação, bem como outras técnicas e outros materiais de apoio para que se afira os campos profissionais mais adequados para cada caso.

A orientação é a chave do sucesso do aluno, como tal há um estudo sistemático dos alunos que integram a escola, há um apoio prestado por vários intervenientes, bem como se proporcionam materiais e atividades que ajudam os alunos a conhecerem as suas aptidões, capacidades e necessidades.

(Tavares, 2009: 24)

Os pais ou encarregados de educação desempenham uma função importante na escolha de uma profissão, uma vez que desejam que os seus filhos ou educandos obtenham sucesso no mercado do trabalho e conseqüentemente, obtenham ascensão social.

Angelini e Agatti (1984), *apud* por Noronha e Ottati (2010: 38), realizaram um estudo sobre as “relações entre aptidão intelectual e as discrepâncias entre variáveis relativas às aspirações e expectativas profissionais, de pais e adolescentes”, e concluíram que “os filhos aspiravam profissões superiores a dos pais e eles, por sua vez, aspiravam para os filhos, as profissões mais altas, independentemente da capacidade intelectual dos filhos”.

Para além dos psicólogos e pais e/ou encarregados de educação, os professores e os diretores de turma exercem igualmente uma função complementar na promoção do desenvolvimento de carreira para com os seus alunos, como seja

no acompanhamento dos alunos, na clarificação da trajetórias possíveis, na articulação com outros serviços de apoio socioeducativo, na proposta e celebração de protocolos entre escolas e serviços diferentes, empresas e outros agentes da comunidade ao nível local.

(GEPE, Ministério da Educação, 2009: 6)

Devido ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que exige intensas mudanças no mercado de trabalho, os jovens de hoje deparam-se com uma multiplicidade de profissões, bem como diversificadas áreas de educação e formação, fatores que causam confusão, diante de tal complexidade.

Por este motivo têm surgido ferramentas digitais que procuram facilitar a promoção do autoconhecimento, sugerindo profissões, de acordo com o perfil dos utilizadores.

A plataforma digital *Design the Future* foi desenvolvida pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e propõe um Motor de Exploração Vocacional. Trata-se de uma ferramenta organizada por categorias, das quais constam, interesses, capacidades e ambientes de trabalho, utilizando deste modo, diversos filtros, com o objetivo de orientar o utilizador num percurso único de autorreflexão vocacional.

O portal da Oferta Educativa e Formativa e o portal Infoescolas do Ministério da Educação apresentam, de igual modo, uma orientação escolar e profissional, de acordo com a oferta disponível no ensino regular e ensino profissional.

Os utilizadores podem, desta forma, encontrar o perfil vocacional que melhor se adapta às suas características pessoais. Contudo, de acordo com o estudo realizado por Andrade, Meira & Vasconcelos,

O momento de decisão profissional é muito difícil para o adolescente, porque implica a escolha de um futuro. O jovem, juntamente com as pessoas que estão à sua volta, espera uma decisão definitiva, fato que muitas vezes não acontece, já que a identidade vocacional de uma pessoa é delineada ao longo de sua vida, à medida em que vai tendo consciência das suas características de personalidade.

(Andrade, Meira & Vasconcelos, 2002)

Pois, como afirma Müller (1988: 18) citado por Andrade, Meira & Vasconcelos (2002),

a nossa identidade profissional se constrói laboriosamente em um processo contínuo, permanente, sempre factível de ser revisado, pelo qual podemos dizer que nossa aprendizagem é perpétua.

No que respeita à opção pelo Ensino Profissional, por apresentar uma componente mais prática e preparar eficazmente os jovens para a entrada no mercado de trabalho, José Luís Presa (2016), Presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais, defende numa entrevista para a EDUCARE.PT, que “informar e encaminhar os alunos de acordo com os seus interesses vocacionais é fundamental”, todavia, acrescenta, “infelizmente, não é feita uma verdadeira orientação vocacional e a informação que chega aos alunos e famílias é, muitas vezes, completamente deturpada nas escolas do ensino básico que frequentam” (EDUCARE.PT).

Esta afirmação é constatada devido à ideia de que o Ensino Profissional é encarado como um ensino de segunda, enquanto o ensino científico-humanístico como um ensino de primeira.

Capítulo IV – Metodología

4.1. Natureza do estudo

Como já referido na introdução deste trabalho, a questão principal é saber quais são as perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino profissional na ATEC – Academia de Formação sobre várias dimensões do seu percurso formativo. Segundo Rudduck & Hopkins, citado por Pata,

(...) investigação é um questionamento sistemático, planeado e crítico, sujeito a apreciação crítica pública; como questionamento que é, tem as suas raízes na curiosidade e no desejo de compreender [algo]; mas trata-se de uma curiosidade estável, sistemática na medida em que é sustentada por uma dada estratégia.

(Rudduck & Hopkins, 1985, apud por Pata, 2012: 40)

Investigar é um fenómeno que requer a escolha de uma metodologia adequada, por forma a responder ao problema principal da investigação.

Neste estudo a metodologia selecionada foi a quantitativa, pois permite recolher um maior número de dados quantificáveis, assim como, encontrar relações entre variáveis e explicar fenómenos, recorrendo ao tratamento estatístico.

Na maior parte dos casos, um inquérito propõe-se obter informações a partir de uma seleção representativa da população e, a partir da amostra, tirar conclusões consideradas representativas da população como um todo”

(Bell, 1993: 26)

O inquérito por questionário foi assim o instrumento escolhido para este estudo, dado que permite recolher um maior número de respostas num curto período de tempo, assim como permite o tratamento de dados de uma forma mais geral.

População e amostra

A população consiste em 1 250 formandos que frequentam os cursos na ATEC. Dado que sou colaboradora não docente nesta entidade tive a possibilidade de elaborar este estudo nesta Academia de Formação que é reconhecida no mercado de trabalho, condição que facilitou na tomada de decisão sobre a população a aplicar o estudo.

Apesar da ATEC estar presente em seis localidades, optei por centrar o estudo nas localidades onde se encontram as instalações da ATEC e o maior número de formandos, mais precisamente em Palmela e no Porto.

Por conseguinte, delimitou-se a população alvo do estudo aos formandos da ATEC que frequentam os cursos das três modalidades de formação, ministradas nas instalações de Palmela e do Porto, constituídas pelos cursos de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos e Especialização Tecnológica.

Considerei importante incluir os formandos que frequentam as três modalidades de formação pelo facto de apresentarem diferentes requisitos, tanto na entrada para os cursos, como em termos de idades e habilitações literárias, e obter deste modo respostas mais abrangentes.

Neste contexto a amostragem aleatória simples, aplicada sobre os estratos que são as três modalidades de formação, seria o método ideal de amostragem, com o objetivo de conseguir uma amostra representativa da população em estudo. Os dados amostrais foram recolhidos entre os meses de Outubro e Novembro de 2018. O tamanho da amostra (144 formandos de uma população de 1 250 formandos) não foi o idealizado previamente, tendo dependido do número de respostas válidas ao instrumento de recolha de dados disponibilizado. A amostra é constituída por formandos com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos, e corresponde a uma taxa de resposta de 11,5%. O valor calculado para a margem de erro do Intervalo de 95% de confiança é de cerca de 7-8% (embora não seja o n ideal, o facto de posteriormente não se verificar muita dispersão nas opiniões nos estratos ajudou a confiar que a amostra é robusta e representativa).

Durante o período de tempo definido para o preenchimento do inquérito por questionário houve a necessidade de ir reforçando o pedido de resposta para a obtenção de um número aproximado de 150 respostas, dado que o tempo estava a terminar e nem todos os formandos estavam a responder ao questionário.

4.2. Relatório pré-teste, aplicação do questionário e recolha de dados

4.2.1. Relatório pré-teste

A definição e conceção do instrumento da recolha de dados, inquérito por questionário, foi o instrumento selecionado, de entre os métodos disponíveis, por ser o mais adequado ao tipo de dados que se pretendia analisar, dado que “permite a recolha de dados fiáveis e razoavelmente válidos de forma simples” (Anderson, 1998: 170, apud Coutinho, 2008: 3). O inquérito por questionário proporciona uma preparação atempada das questões chave a colocar aos inquiridos que poderão posteriormente ser testadas e melhoradas ou alteradas, caso se justifique.

Decidido o instrumento de recolha de dados, inquérito por questionário, foi necessário pesquisar outros estudos que estivessem relacionados com o mesmo tema (Silva, 2013 e Santos, 2016), para verificar se poderia adaptar o inquérito por questionário a um já existente.

O inquérito elaborado por Santos (2016) pareceu adequar-se ao pretendido, tendo sido necessário adaptá-lo aos objetivos deste estudo.

Com o objetivo de analisar a fiabilidade e validade do inquérito por questionário, foi aplicado um pré-teste do inquérito por questionário em papel a uma turma de Especialização Tecnológica do curso Técnico Especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial, constituída por doze formandos.

A consistência interna das respostas foi calculada através do coeficiente de fiabilidade Alfa de Cronbach, tendo sido obtido o resultado de 84% aplicado às questões do grupo 5.6 (grau de satisfação), o que indica uma boa consistência das respostas às questões para avaliar a satisfação dos formandos.

A decisão de aplicar o pré-teste a uma turma de Especialização Tecnológica está relacionada com a idade, dado que as idades dos formandos desta modalidade de formação coincidem com as idades da população que se pretendia estudar, ou seja, pertencem a uma faixa etária bastante alargada.

Os formandos que participaram no pré-teste responderam dentro do tempo previsto, estimado numa duração média de 20 minutos e não demonstraram dificuldade em entender as questões colocadas.

Ao obter as respostas do pré-teste, por parte dos formandos, verifiquei que teria que acrescentar a opção “Ensino Profissional”, pois constatei que estava em falta esta opção, em termos de habilitações literárias que correspondiam a alguns formandos. As respostas ao inquérito por questionário destes formandos foram igualmente consideradas na amostra.

Da mesma forma, foi solicitada a colaboração de três colegas que pertencem à Direção e aos Recursos Humanos para darem um parecer sobre o instrumento a ser aplicado.

Os colegas que deram o parecer transmitiram um *feedback* positivo e não identificaram nenhuma melhoria, mas antes demonstraram curiosidade sobre o resultado final.

O inquérito por questionário (anexo II – Inquérito por Questionário) é constituído por dezasseis partes, distribuídas da seguinte forma:

Parte I – Características dos formandos

Caraterizar o grupo de formandos inquiridos que frequentam os cursos profissionais, no que respeita ao género, idade, naturalidade e local de residência.

Parte II – Habilitações Literárias

Determinar que habilitações literárias possuem os formandos, aquando da entrada para um curso profissional.

Parte III – Modalidade de Formação que o formando está a frequentar

Questionar qual a modalidade de formação que os formandos se encontram a frequentar na ATEC – Academia de Formação.

Parte IV – Via de ensino de conclusão do 9º. ou 12º. ano

Averiguar a via de ensino que os formandos optaram para o seu percurso escolar, antes de enveredarem por esta via de ensino, mais especificamente se provêm do ensino regular, profissional ou outro tipo de ensino.

Parte V – Fatores importantes na decisão para a frequência do ensino profissional

Apurar quais os fatores mais relevantes que os formandos consideraram na tomada de decisão pelo ensino profissional.

Parte VI – Percurso escolar

Constatar se o percurso escolar dos formandos sofreu alguma interrupção, como reprovação ou desistência. Em caso positivo, averiguar o ano escolar e o motivo.

Parte VII – Habilitações literárias do Encarregado de Educação

Averiguar as habilitações literárias dos encarregados de educação para aferir o grau de escolaridade em relação à opção/influência nos seus educandos pelos seus percursos escolares.

Parte VIII – Influência na escolha pelo ensino profissional

Procurar saber quem influenciou na tomada de decisão por um curso profissional e em que medida essa influência foi exercida.

Parte IX - Orientação vocacional

Verificar se os formandos receberam orientação vocacional no 9º ano e se os resultados dos testes tiveram influência na tomada de decisão pela frequência de um curso profissional. Conferir ainda se os resultados coincidiram com as suas preferências e as opções e se acabaram por seguir por essa via.

Parte X - Grau de satisfação em relação ao curso que frequenta na ATEC

Avaliar o grau de satisfação em relação ao curso profissional que frequenta, em relação aos seguintes itens:

Compreensão dos temas; Possibilidade de adquirir novos conhecimentos; Aplicabilidade dos conhecimentos teórico ministrados à prática; Adequação das metodologias pedagógicas utilizadas; Relação com os colegas; Relação com os formadores;

Infraestruturas (salas, equipamentos, meios audiovisuais e manuais); Expectativas;
Duração total do curso.

Parte XI - O ensino profissional como uma alternativa ao ensino secundário ou superior
Perceber se o ensino profissional poderá ser uma boa alternativa ao percurso escolar tradicional e por que motivo.

Parte XII - Motivo que levou o formando a optar pelo curso que se encontra a frequentar e o que espera obter no final
Conferir as expectativas que o formando tinha quando optou por um curso profissional e procurar apurar o que pretende alcançar a nível escolar ou profissional, referindo a área de opção.

Parte XIII – Estigma/preconceito em relação ao ensino profissional
Procurar saber se os formandos alguma vez sentiram algum tipo de preconceito ou estigma em relação ao ensino profissional e de que forma sentiram.

XIV – Projeto futuro
Conferir quais os planos que os formandos projetam para o futuro quando terminarem o curso que se encontram a frequentar.

XV – A profissão que o formando gostaria de desempenhar no futuro
Questionar os formandos sobre a profissão que gostariam de desempenhar no futuro e verificar se está relacionada com a opção de curso.

XVI – A frequência num curso na ATEC como uma mais-valia para desempenhar a profissão que o formando ambiciona.
Verificar a relação entre o curso que o formando frequenta e a profissão que gostaria de desempenhar.

A opção de conciliar perguntas fechadas e abertas apresenta igualmente algumas vantagens, sendo que as perguntas fechadas possibilitam uma fácil quantificação dos resultados e simplificam a análise de respostas, e as perguntas abertas apresentam uma maior variedade de respostas e liberdade de expressão para o formando inquirido.

4.2.2. Aplicação do questionário e recolha de dados

Previamente à aplicação do questionário, entre Outubro e Novembro de 2018, foi efetuado um pedido de autorização para a realização do estudo ao Diretor Geral da ATEC – Academia de Formação, o qual foi aceite (anexo III – Pedido de autorização para a realização do estudo).

Introduzidas no questionário as alterações obtidas na fase do pré-teste chegou o momento de enviar por *e-mail* o questionário à população alvo, tendo para tal sido criada uma versão online, disponibilizada em <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScLRV8K2tvreNKYaGZnKAWdwTg2bc-9NMh9O4Y1OTgUaYGcZg/closedform>, durante um período de um mês.

A recolha de dados foi realizada com o recurso à ferramenta Google Docs, que permitiu que o inquérito por questionário fosse aplicado *online*, processo que facilitou a importação dos dados para o software SPSS, e conseqüentemente a análise e interpretação desses mesmos dados.

Para a análise das respostas às perguntas abertas do inquérito por questionário e a sua categorização, foi utilizada a Análise de Conteúdo, um procedimento de análise interpretativa de textos, realizado através de um processo sistemático e objetivo de descrição do conteúdo de textos.

4.3. Fiabilidade e validade do estudo

De acordo com Bell (1993: 97), “a fiabilidade de um teste ou de outro processo de recolha de dados, consiste na sua capacidade de fornecer resultados semelhantes sobre condições constantes em qualquer ocasião”.

Conforme referido anteriormente, para determinar a fiabilidade do inquérito por questionário, foi utilizado o coeficiente de fiabilidade Alfa de Cronbach, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\alpha = \frac{K}{K - 1} \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^K \sigma_{Yi}^2}{\sigma_X^2} \right) \quad (1)$$

α - coeficiente de fiabilidade de Alfa de Cronbach / K - número de questões consideradas no cálculo / σ_{Yi}^2 - variância de cada uma das questões / σ_X^2 - variância dos resultados totais observados por formando

Ainda de acordo com Bell, a validade “diz-nos se um método mede ou descreve o que supostamente deve medir ou descrever” acrescentando “se um método não é fiável, também não é válido, mas um método fiável não é necessariamente válido” (Bell, 1993: 98).

Para examinar a validade, informei três colegas sobre os objetivos do estudo e como já referido, solicitei um parecer sobre se as questões formuladas no inquérito por questionário eram as mais adequadas para medir as perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional – um estudo na ATEC – Academia de Formação.

Como mencionado anteriormente, os colegas transmitiram um *feedback* positivo e não identificaram nenhuma melhoria, mas antes demonstraram curiosidade sobre o resultado final.

Capítulo V - Apresentação e análise dos resultados

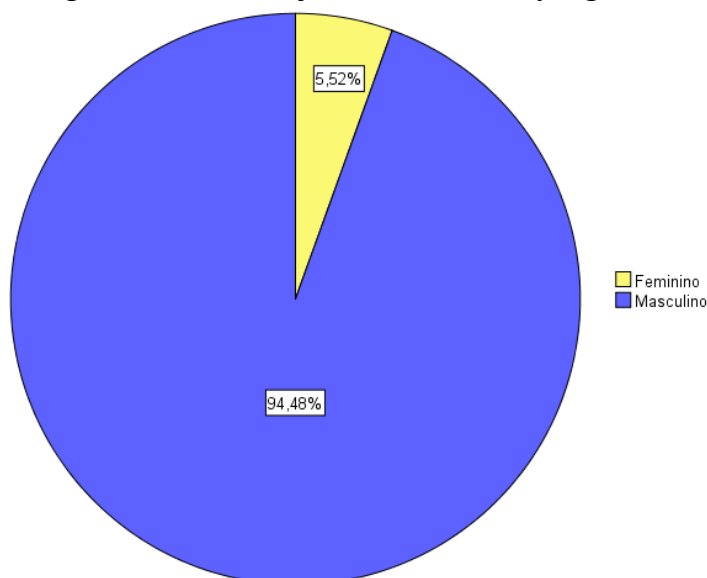
Neste capítulo apresentamos e analisamos os resultados do inquérito por questionário, onde foram recolhidas 144 respostas de formandos que frequentam os cursos nas instalações de Palmela e do Porto, durante um período de 30 dias, tempo em que o questionário esteve disponível em linha.

Como referido na secção do Relatório Pré-teste, foi realizada uma validação do instrumento a adotar, tendo sido avaliada a consistência do questionário na amostra de pré-teste. Contudo é fundamental que a confiabilidade seja novamente verificada sobre as respostas obtidas após a aplicação efetiva do inquérito por questionário. A consistência interna das respostas foi avaliada pelo coeficiente de fiabilidade Alfa de Cronbach, o qual teve um valor global de 0,93 quando aplicado sobre as questões do grupo 5.6 (grau de satisfação), o que indica uma classificação muito robusta, e logo confiabilidade para os passos seguintes.

5.1. Caraterização individual

Os jovens e adultos que participaram no estudo são na sua maioria do género “masculino” (94,48%), enquanto o género “feminino” representa apenas 5,52%, como representado na figura 5.9.

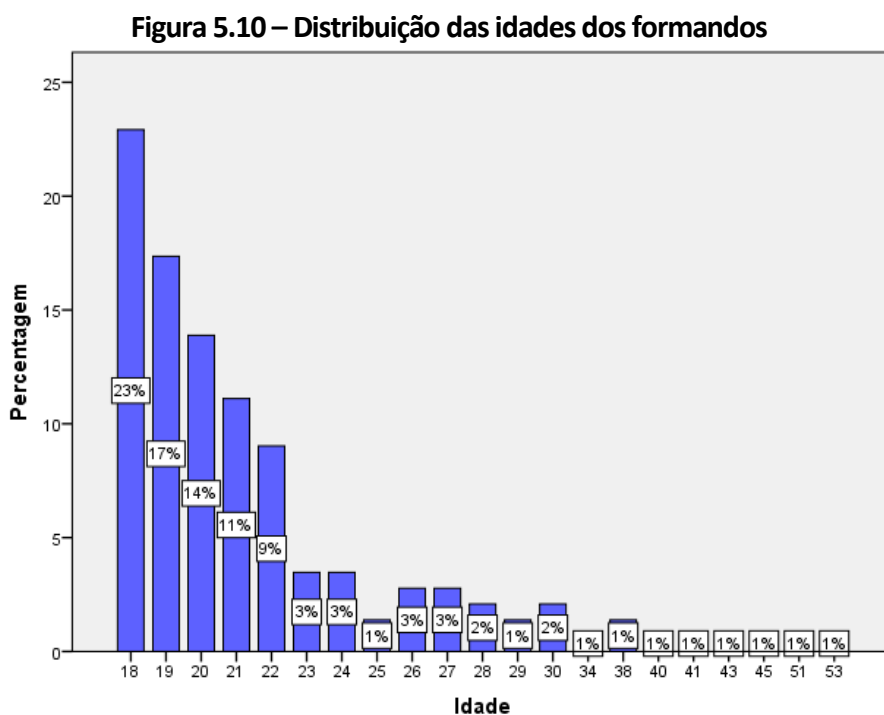
Figura 5.9 – Distribuição dos formandos por género



Dado que a ATEC qualifica para o mercado, nomeadamente para a indústria em geral, os cursos profissionais são mais procurados pelo género masculino, pois tradicionalmente este é um sector marcado pelo género.

Uma constatação que vai ao encontro do estudo elaborado por Santos (2016: 31), dado que o género feminino tende a optar por outras áreas de formação que são menos valorizadas social e economicamente (Silva, 1999, citado por Santos, 2016), conforme referido anteriormente.

Os 144 formandos questionados estão agrupados por três modalidades de formação: Cursos de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos e Especialização Tecnológica.



A população inquirida possui idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos (ver figura 5.10), sendo que a idade dos 18 anos é a mais predominante, correspondendo a 23%.

Entre os 23 e os 53 anos a percentagem desce consideravelmente, situando-se entre os 3% e 1%.

Naturalidade

No que respeita à naturalidade dos formandos inquiridos (anexo IV – Naturalidade dos formandos inquiridos), uma vez que o inquérito por questionário foi aplicado na ATEC de Palmela e do Porto, a naturalidade concentra-se na sua maioria, junto destas localidades, no entanto, é constatado que alguns formandos provêm de outros locais do país como “Faro”, “Coimbra” e “Porto Santo”, assim como de outros países, cerca de 1% dos formandos, como é o caso de “África do Sul”, “Angola”, “Bélgica”, “Brasil”, “Moçambique” e “Ucrânia”. Um dos formandos não respondeu à questão, tendo considerado NA. É no “Porto” (11%) e em “Matosinhos” (9%) de onde provêm a maioria dos formandos da região do norte (Porto), bem como “Barreiro” e “Setúbal” (6%) na região do centro (Palmela).

Residência

Relativamente à residência destes jovens e adultos (anexo V – Residência dos formandos inquiridos), e um pouco à semelhança da naturalidade, a residência tende a ser igualmente próxima às instalações da ATEC em Palmela e no Porto. Alguns formandos encontram-se deslocados das suas áreas de residência e por este motivo usufruem do subsídio de alojamento, um dos apoios sociais a que têm acesso. Para os formandos que se encontram mais próximo das instalações, é aplicado o subsídio de transporte público ou próprio. Como verificado no anexo 5, “Maia” (10%) e “Gondomar” (8%) representam as localidades onde reside uma maior percentagem de formandos na região do Porto, assim como “Sesimbra” e “Palmela” (6%) na região de Palmela.

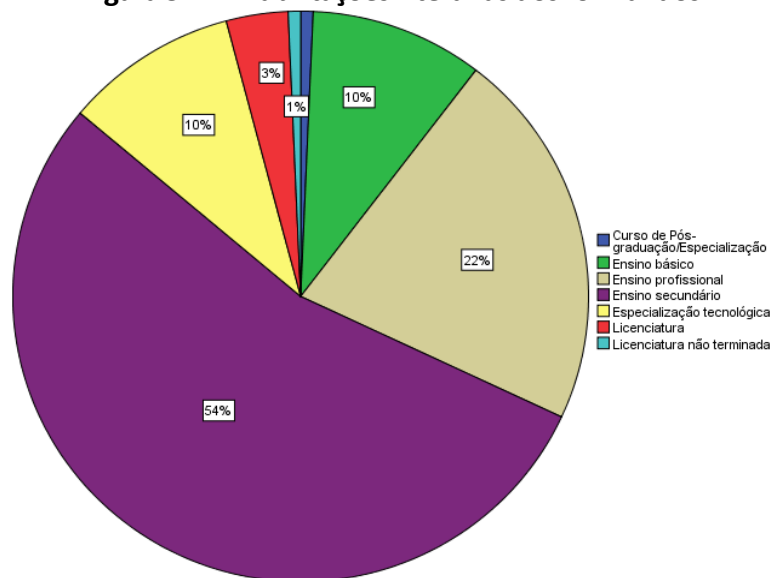
5.2. Habilitações Literárias

As habilitações literárias dos candidatos determinam a modalidade de ensino que irão frequentar, sendo que os candidatos que possuem o 9º. ano, integram os cursos de Aprendizagem ou Educação e Formação de Adultos e os candidatos que possuem a frequência ou a conclusão do 12º. ano, Licenciatura ou Mestrado, integram os cursos de Especialização Tecnológica.

Neste sentido, quanto às habilitações literárias que os formandos inquiridos possuíam, aquando do início da frequência de um curso profissional na ATEC, 54% dos inquiridos responderam o “ensino secundário”. A frequência ou conclusão do ensino secundário é um

requisito necessário para a frequência de um curso de Especialização Tecnológica. Os formandos vindos do “ensino profissional” representam 22%, e de acordo com o apurado neste estudo, acabaram por continuar os seus estudos pela mesma via de ensino. Já os formandos que representam os 10% do “ensino básico” correspondem aos jovens que terminaram o 9º. ano por esta via de ensino e ingressaram na ATEC por um curso de Aprendizagem que lhes permite a obtenção de uma dupla certificação. De entre os formandos, uma pequena percentagem (3%) possui uma “Pós-Graduação/Especialização” ou não concluiu uma Licenciatura (1%). O nível 6 de qualificação (Licenciatura) está igualmente representado na figura 5.11, com 3% dos formandos a frequentarem um curso de Especialização Tecnológica. De referir que os 10% correspondentes à Especialização Tecnológica referem-se a formandos que frequentam esta modalidade de formação e que a consideraram como sendo as suas habilitações literárias.

Figura 5.11 - Habilitações Literárias dos formandos



5.3. Modalidades de formação

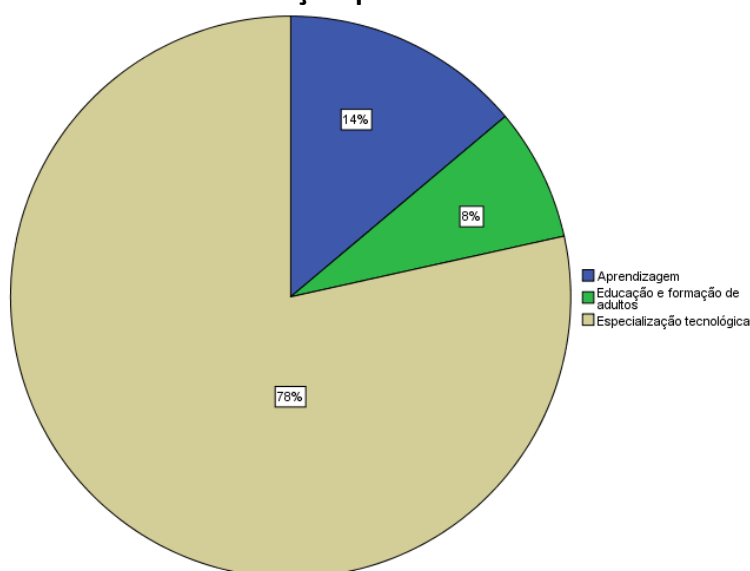
Como referido anteriormente, as habilitações literárias que os candidatos possuem quando efetuam a sua candidatura para um curso profissional na ATEC, determinam a modalidade de formação que irão frequentar.

As três modalidades de formação representadas na ATEC são constituídas pelos cursos de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos e Especialização Tecnológica.

Ao analisarmos a figura 5.12, concluímos que 78% dos formandos inquiridos frequentam um curso de “Especialização Tecnológica”, 14% frequentam um curso de “Aprendizagem” e 8% um curso de “Educação e Formação de Adultos”.

Como exemplo, os 78% dos formandos que frequentam os cursos de Especialização Tecnológica, provêm do ensino secundário, especialização tecnológica, pós-graduação/especialização, licenciatura concluída e não concluída e uma percentagem do ensino profissional.

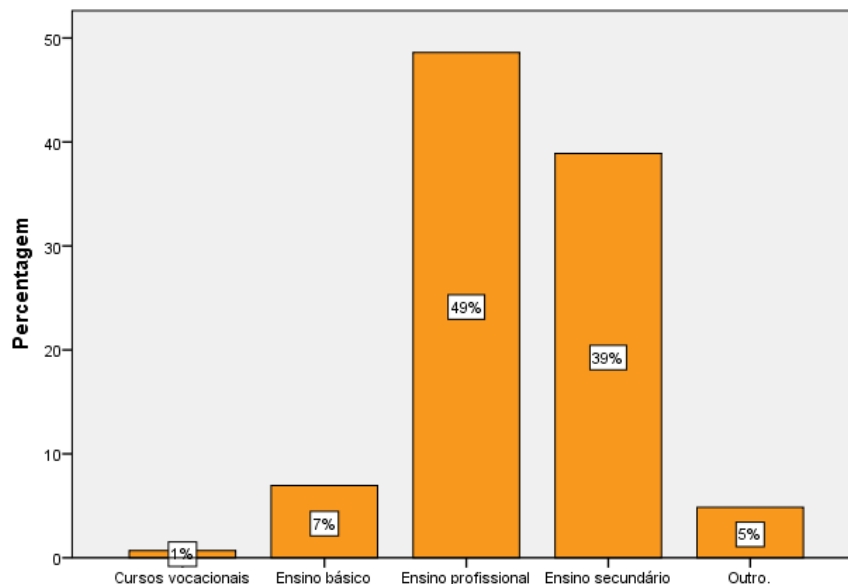
Figura 5.12 - Modalidades de formação que os formandos se encontram a frequentar



Quanto à via de ensino de conclusão do 9.º ou 12.º ano, os formandos provêm essencialmente do Ensino Profissional (49%) e do ensino secundário (39%). O ensino básico (7%) e os cursos vocacionais (15%) representam uma minoria dos alunos que provêm destas vias, como representado na figura 5.13.

É importante referir que alguns formandos dos cursos da Aprendizagem e de Educação e Formação de Adultos que concluíram na ATEC seguirão posteriormente para os cursos de qualificação superior (nível 5), neste caso de Especialização Tecnológica, igualmente realizados na ATEC.

Figura 5.13 – Via de ensino de conclusão do 9º ou 12º ano



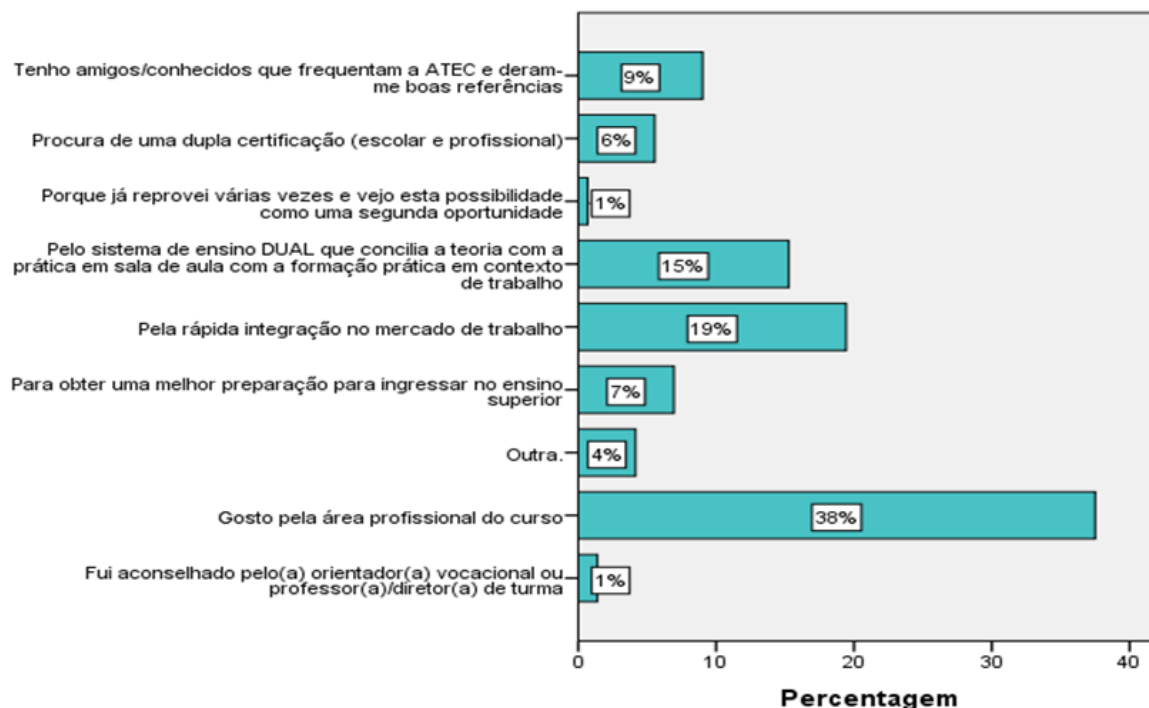
O “gosto pela área profissional do curso” que frequentam ganha um especial destaque quando os formandos são questionados sobre os fatores relevantes na decisão para a frequência e Ensino Profissional na ATEC, representando 38%. Este aspeto remete-nos para a questão das preferências e dos interesses profissionais, descritas no tema sobre a Orientação Vocacional e Profissional, pois é de extrema importância que os formandos optem por percursos escolares e profissionais com os quais se identifiquem para que o sucesso seja facilitado.

A “rápida integração no mercado de trabalho” justifica o segundo fator para a frequência de um curso profissional na ATEC (19%), uma vez que muitos jovens e adultos optam por esta via de ensino pela falta de profissionais especializados e técnicos em determinadas áreas, razão que garante uma rápida integração numa atividade laboral, como referido anteriormente no tema sobre “O desenvolvimento económico do país e a necessidade de mão-de-obra qualificada”.

O “Sistema do Ensino Dual que concilia a teoria com a prática” fundamenta o terceiro fator para 15% dos formandos, seguido do facto dos formandos terem “amigos/conhecidos que

frequentam a ATEC” e lhes deram boas referências (9%) e do interesse em obter uma “melhor preparação para ingressarem no ensino superior” (7%) (ver figura 5.14).

Figura 5.14 – Fatores relevantes na decisão para a frequência do Ensino Profissional na ATEC



5.4. Percurso escolar

Relembramos que as interrupções no percurso escolar são por vezes traduzidas por reprovações e desistências, sendo que, de acordo com as respostas dadas neste inquérito por questionário, a reprovação sucedeu quando os alunos obtiveram um fraco desempenho escolar ou excederam o limite de faltas, a desistência quando os alunos revelaram pouco interesse pela escola, pretenderam mudar de área e ainda por motivos pessoais. Não foi possível, no entanto, apurar em que anos escolares ocorreram as interrupções.

Assim, quando inquiridos sobre o seu percurso escolar, 54% dos formandos afirmam, de uma forma positiva, um histórico de reprovações, enquanto 46% dos formandos conferem não ter tido nenhuma interrupção no seu percurso escolar. Será importante referir que esta constatação demonstra que uma percentagem de formandos que não tiveram interrupções no seu percurso optaram da mesma forma pelo Ensino Profissional, situação

que contraria o estigma existente em torno desta via de ensino, ou seja, alguns alunos bem-sucedidos também escolhem os cursos profissionais.

Contudo, creio que a elevada percentagem de reprovações e desistências podem justificar a opção pelo Ensino Profissional, dado que proporciona um sistema de ensino diferenciador e eficaz, como o Sistema de Ensino DUAL, capaz de atrair e motivar os formandos e baixar significativamente as taxas de abandono e insucesso escolar.

5.5. Habilitações Literárias do Encarregado de Educação

Tabela 1- Habilitações Literárias do Encarregado de Educação

Percentagem	Habilitações Literárias do Encarregado de Educação
38%	Ensino Secundário (12º. ano)
22%	Ensino Básico – 3º. Ciclo (9º. ano)
15%	Ensino Superior (Bacharelato / Licenciatura)
10%	Ensino Básico – 2º. Ciclo (6º. ano)
9%	Ensino Básico – 1ª. Ciclo (antiga 4ª. classe)
5%	Ensino Superior (Mestrado / Doutoramento)
1%	Não completou o 1º. Ciclo (antiga 4ª. classe)

Como referido anteriormente, no tema “Orientação Vocacional e Profissional” os pais ou encarregados de educação desempenham uma função importante na escolha de uma profissão dos seus filhos ou educandos, uma vez que desejam que obtenham sucesso no mercado do trabalho e consequentemente, obtenham ascensão social.

De acordo com o constatado por Angelini e Agatti (1984), *apud* por Noronha e Ottati (2010: 38), “os filhos aspiravam profissões superiores a dos pais e eles, por sua vez, aspiravam para os filhos, as profissões mais altas, independentemente da capacidade intelectual dos filhos”.

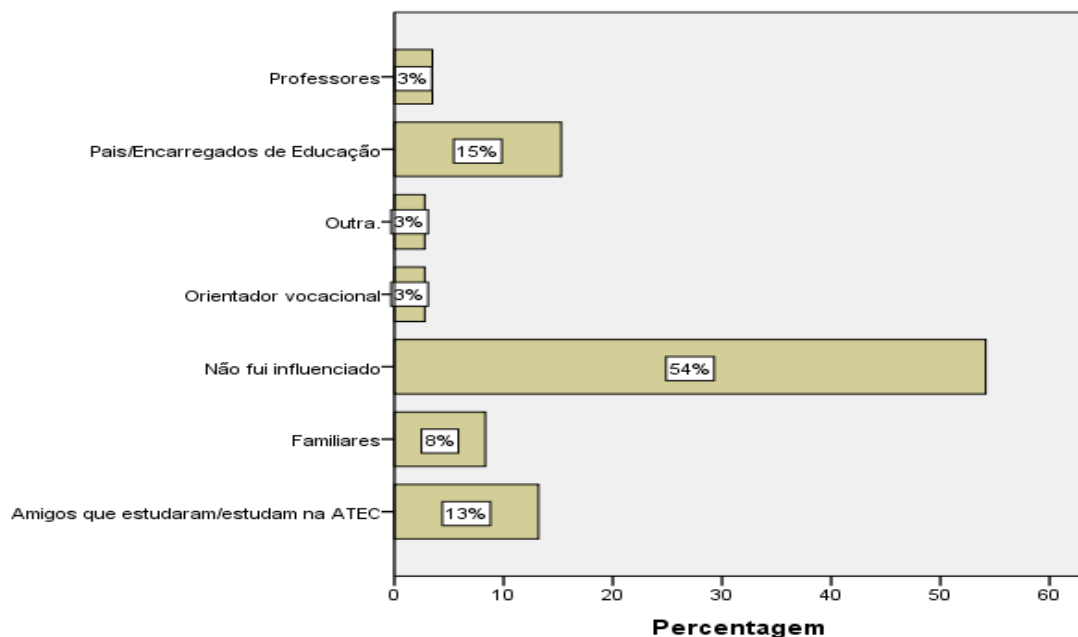
Alguns estudos destacam que o desempenho educacional dos alunos está relacionado com a escolaridade dos pais ou encarregados de educação, como é o caso da conclusão do estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século XX em Portugal,

“Reproduzir ou contrariar o destino social? (2015)”, coordenado por Anália Torres e Henrique de Barros. A escolaridade elevada dos pais ou encarregados de educação pode contribuir para que os seus filhos ou educandos não queiram ter uma escolaridade inferior à dos seus ascendentes ou encarregados de educação.

Em relação a este estudo podemos verificar na tabela 1, que 38% dos encarregados de educação possuem o ensino secundário completo, seguido dos 22% que possuem o ensino básico completo, enquanto 15% possuem o ensino superior (Bacharelato/Licenciatura) e apenas 5% possuem Mestrado ou Doutoramento.

Na figura seguinte iremos concluir de que modo os pais ou encarregados de educação, dos inquiridos neste estudo, poderão ter influência na escolha pelo Ensino Profissional.

Figura 5.15 – Quem teve influência na escolha pelo Ensino Profissional na ATEC



No que refere à influência exercida aquando da opção pelo Ensino Profissional, os inquiridos responderam, na sua maioria, que não foram influenciados (54%), seguido de 15% dos inquiridos que responderam terem sido influenciados pelos pais ou encarregados de educação e 8% por familiares. No estudo é ainda constatado que 13% dos formandos foram influenciados pelos seus amigos/pares que estudam ou estudaram na ATEC (figura 5.15).

Tendo em conta a resposta anterior, em que medida foi exercida essa influência?

Analisando os 46% de respondentes que manifestaram ter sido influenciados, na generalidade a influência foi exercida através de aconselhamento (76%) de familiares, professores, pais / encarregados de educação e amigos, devido ao conhecimento direto ou indireto que têm sobre ATEC.

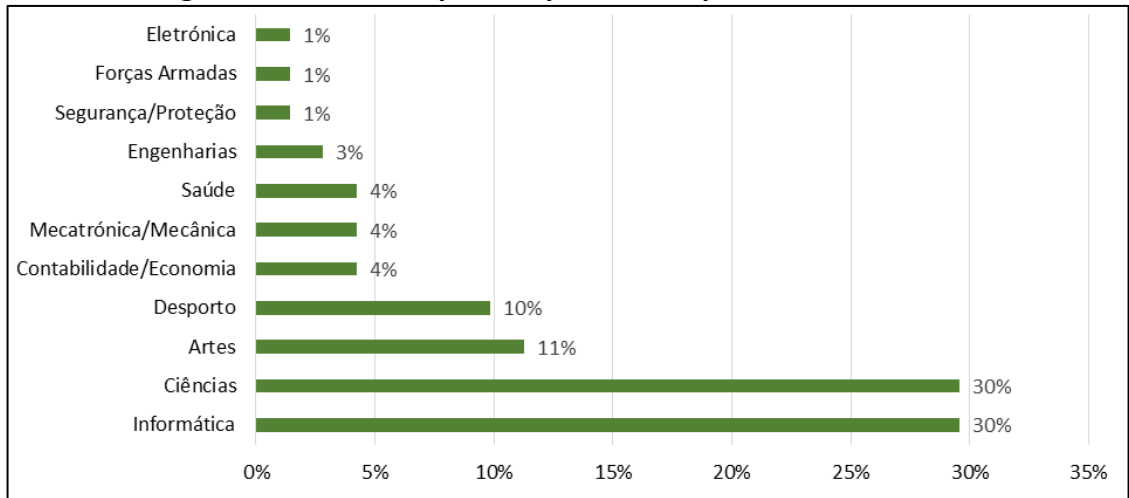
5.6. Orientação vocacional

Como já referido, o processo de Orientação Vocacional é de extrema importância, dado que tem como objetivo auxiliar o jovem na tomada de decisão sobre o seu percurso escolar e profissional.

No entanto, concluímos, através dos resultados, que apenas 53% dos formandos receberam esta orientação. Lamentavelmente, cerca de metade dos formandos (47%), não tiveram a oportunidade de aferir o campo profissional mais adequado para a sua situação. Face a esta circunstância, para os cursos de Aprendizagem, a ATEC aplica aos candidatos um questionário que tem como objetivo avaliar os interesses e as preferências profissionais dos jovens, tomando em consideração profissões representativas de cada campo profissional, assim como as principais tarefas que lhe estão subjacentes.

É entendido ainda que o conhecimento geral sobre o curso que se pretende seguir (objetivos, descrição, plano curricular e saídas profissionais), assim como a motivação para o frequentar são cruciais para o sucesso do formando.

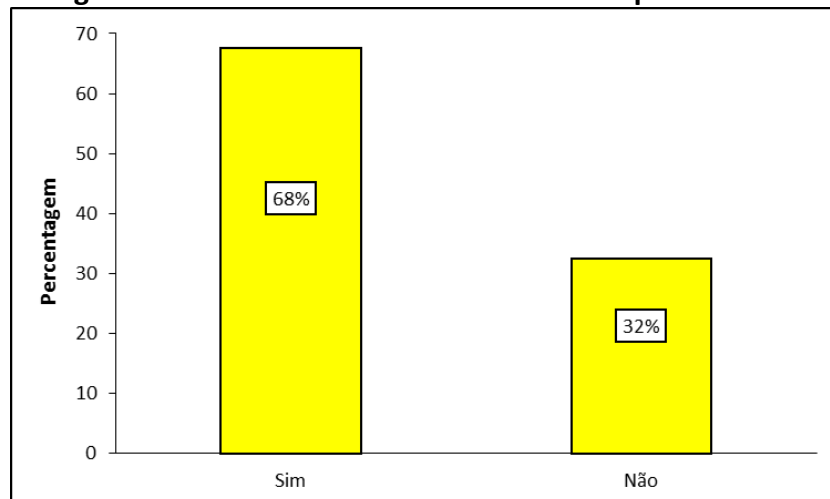
Figura 5.16 – Área de aptidão e preferência que resultou dos testes



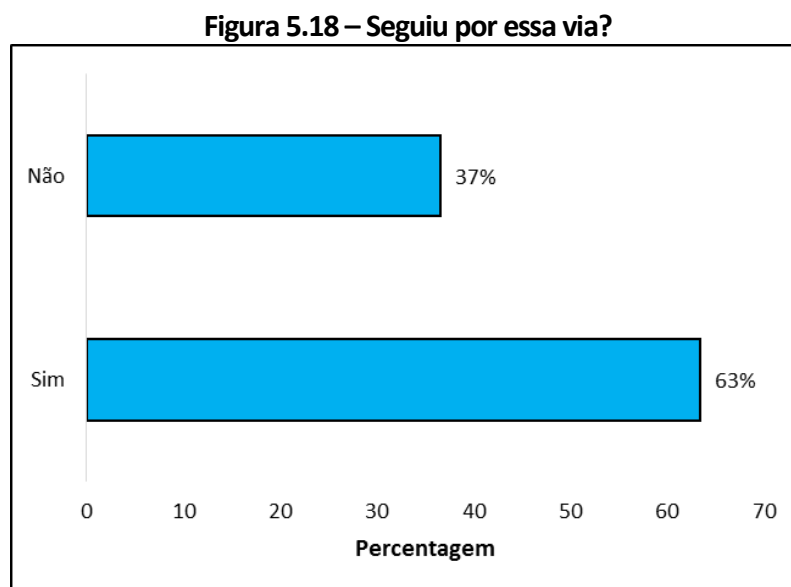
Quando questionados sobre a área que resultou, após a realização do processo de Orientação Vocacional, verificámos que “Informática” (30%) e “Ciências” (30%) eram as áreas mais destacadas, seguidas de “Artes” (11%) e “Desporto” (10%).

As áreas de “Mecatrónica/Mecânica” (4%) e “Eletrónica” (1%), para além da área de “Informática”, são as áreas que estão relacionadas com a oferta formativa da ATEC, ainda assim, verificamos que apesar de em alguns casos terem resultado noutras áreas, os formandos acabaram por optar por um curso profissional na ATEC (figura 5.16).

Figura 5.17 – O resultado coincidiu com as suas preferências?



Tendo em consideração a resposta anterior, foi averiguado se o resultado do processo de Orientação Vocacional foi ao encontro das preferências dos formandos, ao qual 68% responderam que “sim”, enquanto 32% responderam que “não” (figura 5.17).



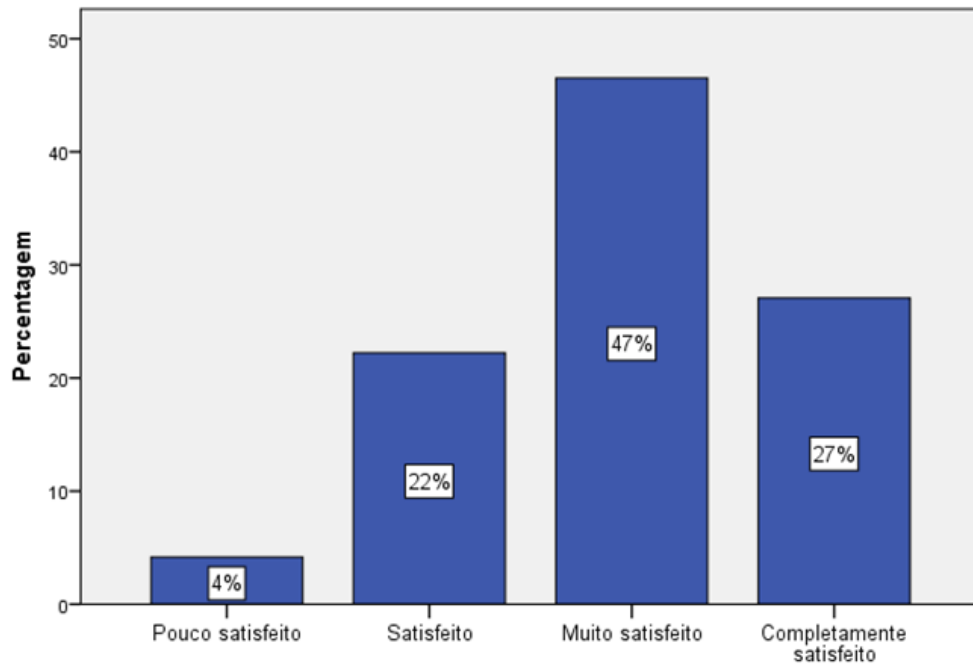
De acordo com as respostas dadas, 63% dos formandos, cujo resultado da Orientação Vocacional coincidiu com as suas preferências, afirmam ter seguido pela via que resultou deste processo (figura 5.18), significando que de entre os 77 formandos (53%) que realizaram Orientação Vocacional, 33 formandos acabaram por seguir essas vias/áreas.

5.7. Grau de satisfação em relação ao curso que frequenta

Por forma a avaliar o grau de satisfação pela frequência de um curso profissional na ATEC, os formandos inquiridos assinalaram, dentro de uma escala de Pouco Satisfeito a Completamente Satisfeito as suas opiniões.

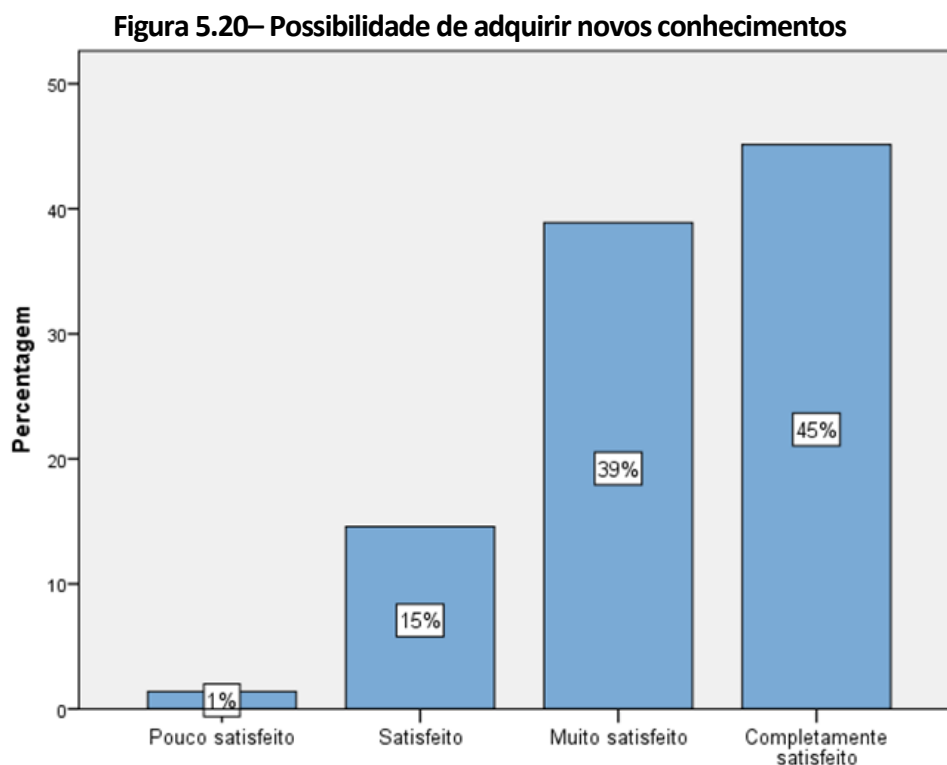
As questões colocadas estavam relacionadas com a prática diária do processo de ensino e aprendizagem: Compreensão dos temas – Possibilidade de adquirir novos conhecimentos – Aplicabilidade dos conhecimentos teóricos ministrados à prática – Adequação das metodologias pedagógicas utilizadas – Relação com os colegas – Relação com os formadores – Infraestruturas (salas, equipamentos, meios audiovisuais e manuais) – Expetativas – Duração total do curso.

Figura 5.19– Compreensão dos temas



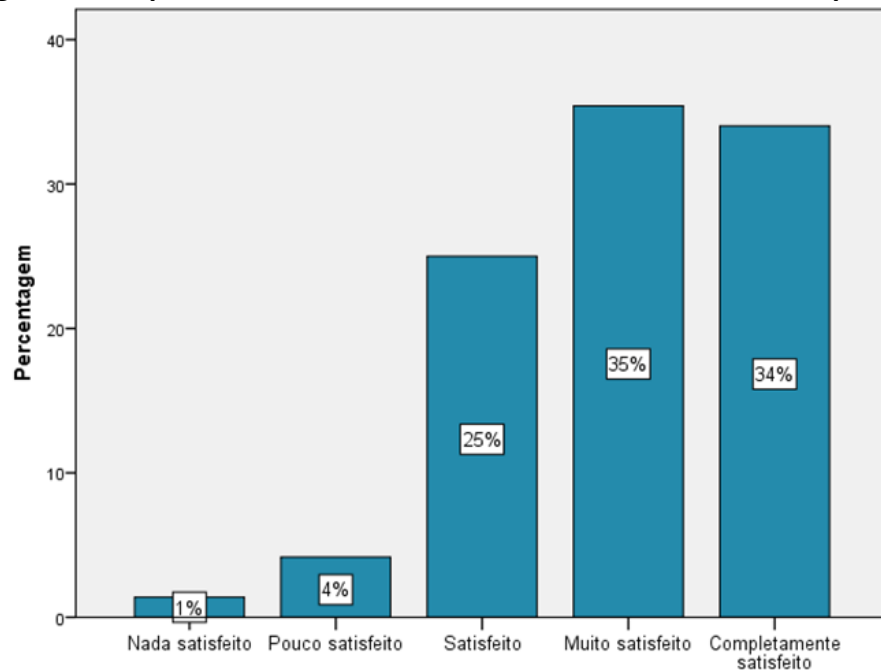
Quando questionados sobre a compreensão dos temas ministrados nos vários domínios do plano curricular do curso que frequentam, 47% dos formandos responderam estarem “Muito Satisfeitos”, enquanto 27% responderam estarem “Completamente Satisfeitos” e

22% consideram estar “Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 4% dos formandos afirmam estarem “Pouco Satisfeitos” (figura 5.19).



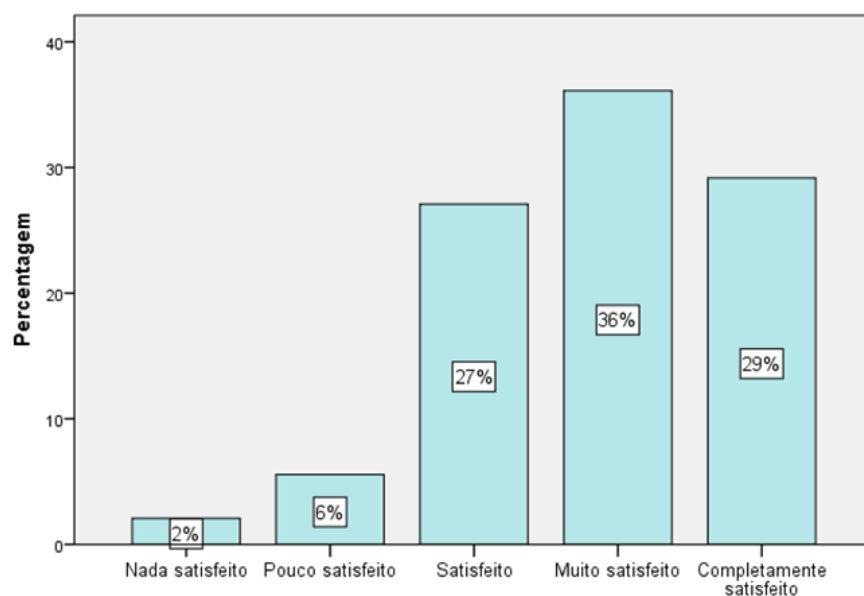
Quando questionados sobre a possibilidade de adquirirem novos conhecimentos com a frequência no curso que frequentam, 45% dos formandos responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, enquanto 39% responderam estarem “Muito Satisfeitos” e 15% consideram estar “Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 1% dos formandos afirmam estarem “Pouco Satisfeitos” (figura 5.20).

Figura 5.21– Aplicabilidade dos conhecimentos teóricos ministrados à prática

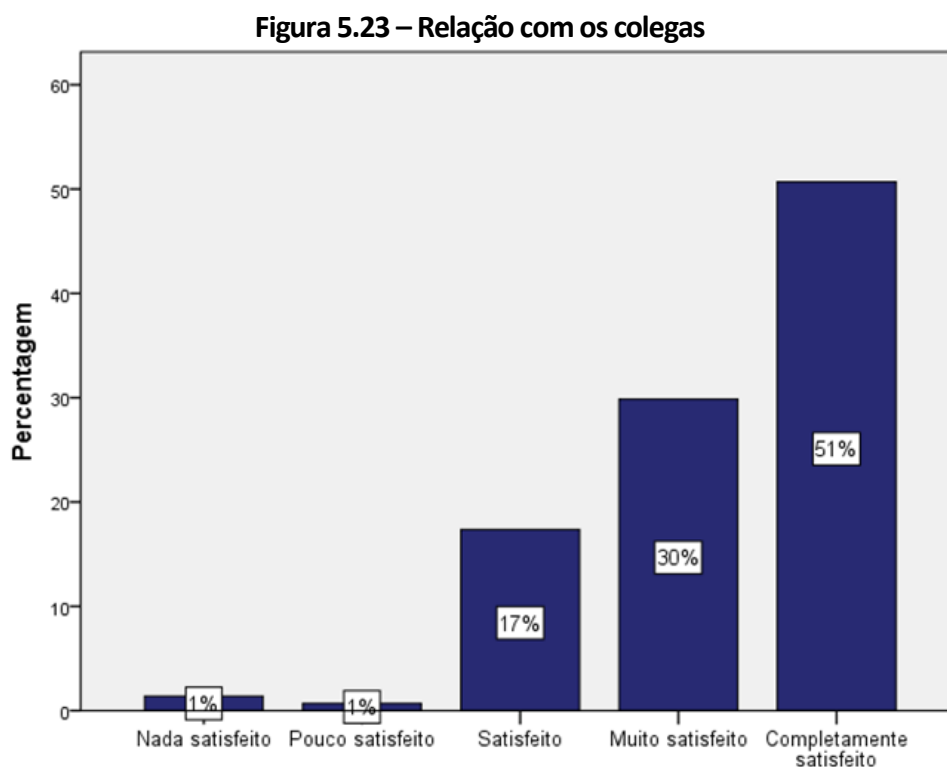


Quando questionados sobre a aplicabilidade dos conhecimentos teóricos ministrados à prática, 35% dos formandos responderam estarem “Muito Satisfeitos”, enquanto 34% responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, 25% consideram estar “Satisfeitos” e 4% “Pouco Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 1% dos formandos afirmam estarem “Nada Satisfeitos” (figura 5.21).

Figura 5.22– Adequação das metodologias pedagógicas utilizadas

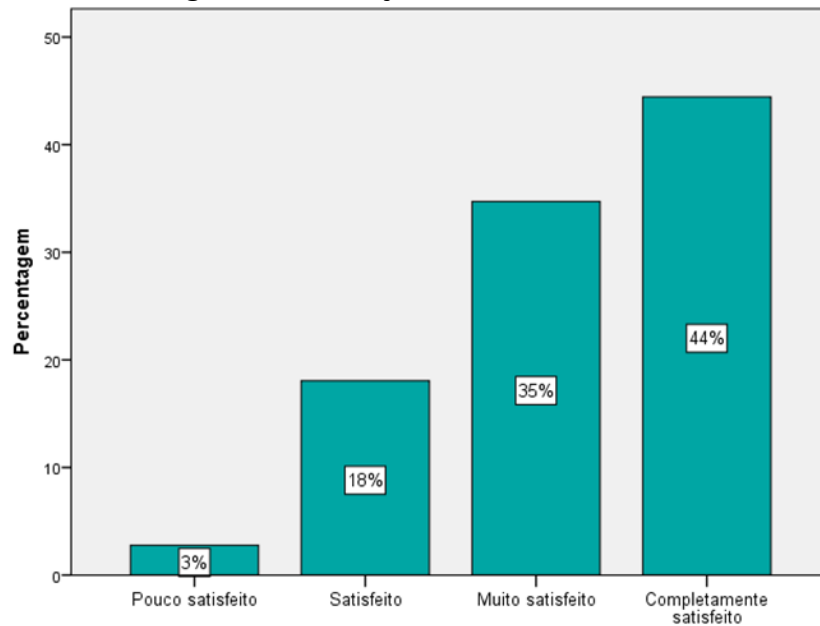


Quando questionados sobre a adequação das metodologias pedagógicas utilizadas, 36% dos formandos responderam estarem “Muito Satisfeitos”, enquanto 29% responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, 27% consideram estar “Satisfeitos” e 6% “Pouco Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 2% dos formandos afirmam estarem “Nada Satisfeitos” (figura 5.22).



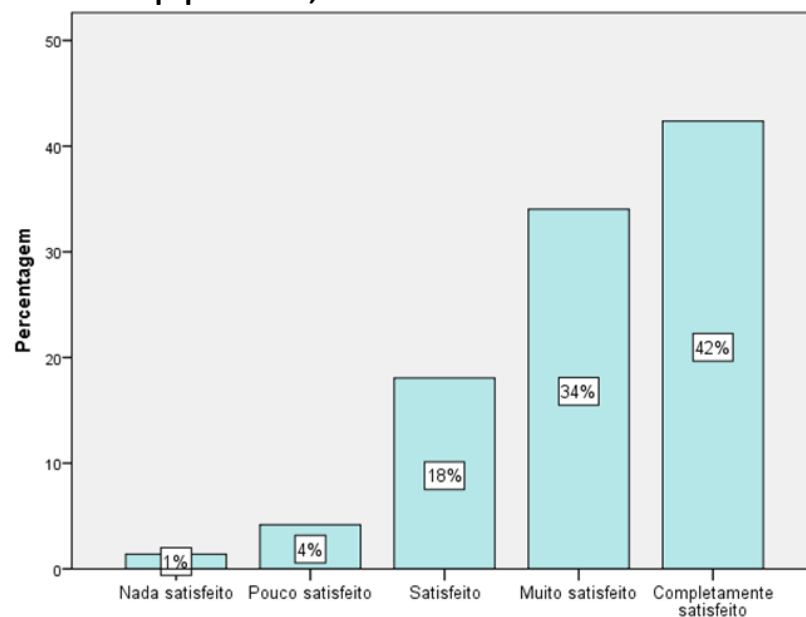
Quando questionados sobre o relacionamento intergrupar, neste caso em concreto com os seus colegas, 51% dos formandos responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, enquanto 30% responderam estarem “Muito Satisfeitos” e 17% consideram estar “Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 1% dos formandos afirmam estarem “Pouco Satisfeitos” e “Nada Satisfeitos” (figura 5.23).

Figura 5.24 – Relação com os formadores



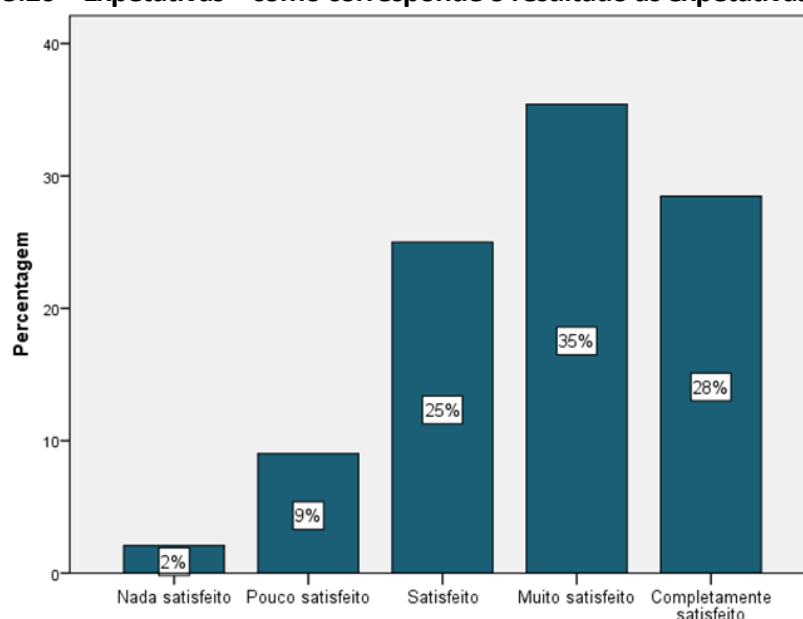
Quando questionados sobre o relacionamento intergrupar, neste caso em concreto com os formadores, 44% dos formandos responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, enquanto 35% responderam estarem “Muito Satisfeitos” e 18% consideram estar “Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 3% dos formandos afirmam estarem “Pouco Satisfeitos” (figura 5.24).

Figura 5.25 – Infraestruturas e adequação dos meios necessários utilizados – salas, equipamentos, meios-audiovisuais e manuais



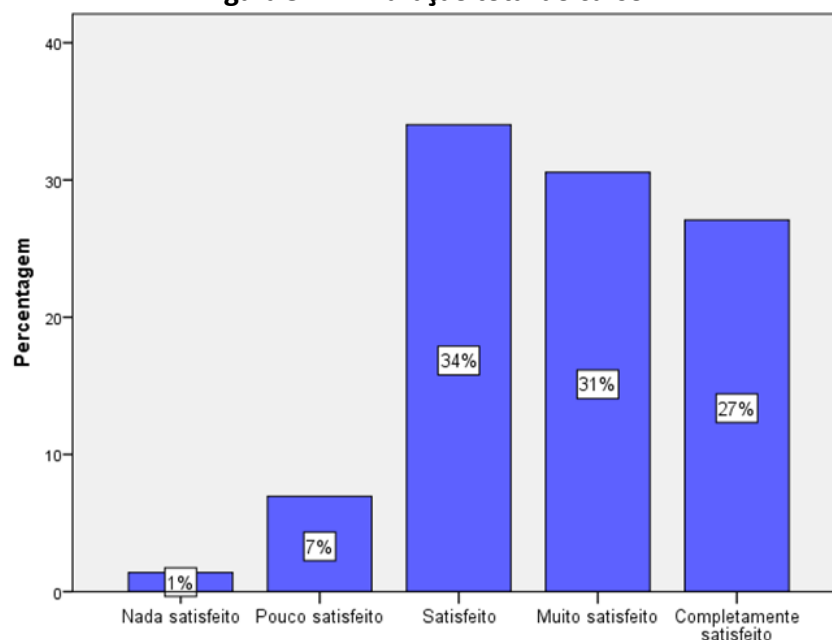
Quando questionados sobre as infraestruturas e adequação dos meios necessários utilizados, mais especificamente sobre as salas, equipamentos, meios-audiovisuais e manuais, 42% dos formandos responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, enquanto 34% responderam estarem “Muito Satisfeitos” e 18% consideram estar “Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 4% dos formandos afirmam estarem “Pouco Satisfeitos” e 1% “Nada Satisfeitos” (figura 5.25).

Figura 5.26 – Expetativas – como corresponde o resultado às expetativas iniciais



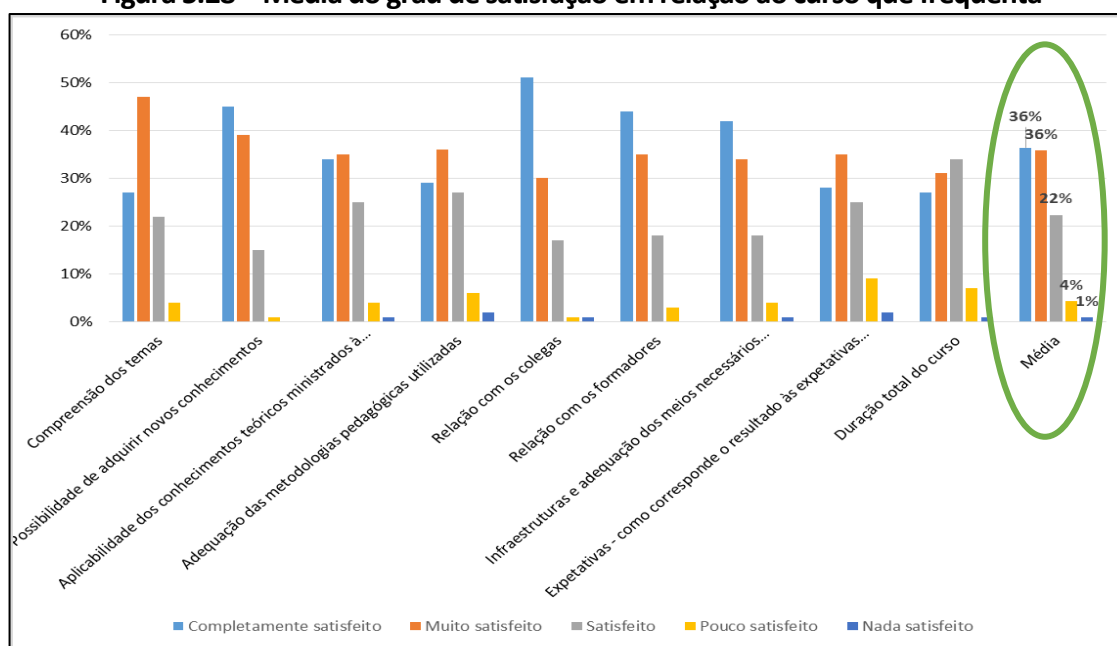
Quando questionados sobre como corresponde o resultado do curso às expetativas iniciais, 35% dos formandos responderam estarem “Muito Satisfeitos”, enquanto 28% responderam estarem “Completamente Satisfeitos”, 25% consideram estar “Satisfeitos” e 9% “Pouco Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 2% dos formandos afirmam estarem “Nada Satisfeitos” (figura 5.26).

Figura 5.27 – Duração total do curso



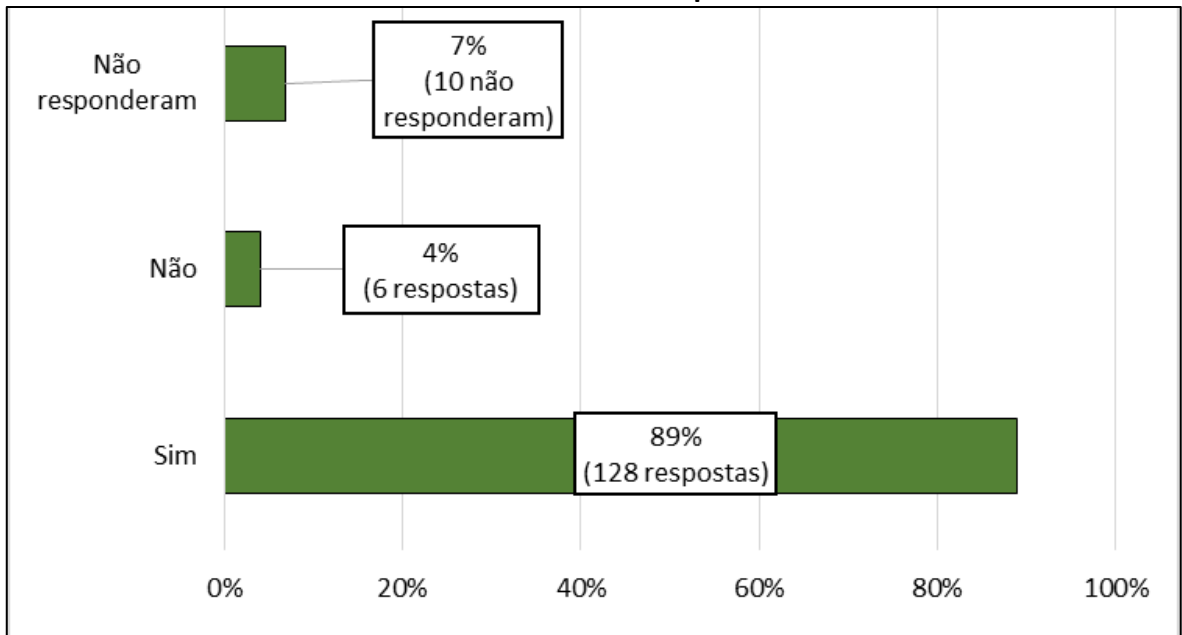
Quando questionados sobre a duração total do curso, 34% dos formandos responderam estarem “Satisfeitos”, enquanto 31% responderam estarem “Muito Satisfeitos”, 27% consideram estar “Completamente Satisfeitos” e 7% “Pouco Satisfeitos”. Ainda que em menor percentagem, mas ainda assim significativa, 1% dos formandos afirmam estarem “Nada Satisfeitos” (figura 5.27).

Figura 5.28 – Média do grau de satisfação em relação ao curso que frequenta



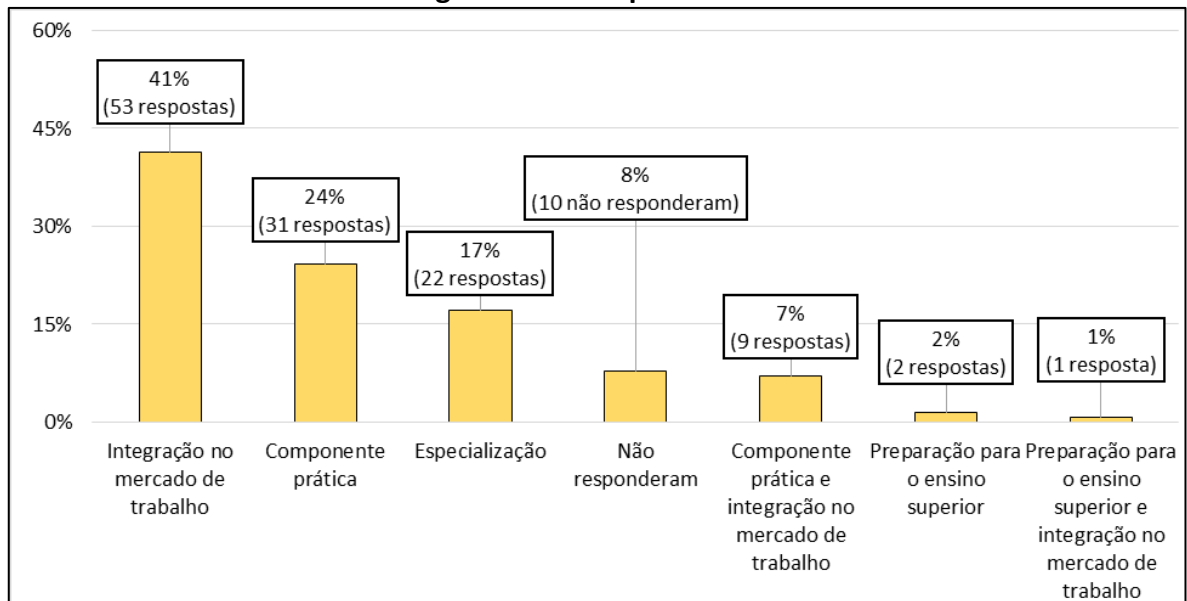
De um modo geral, os formandos responderam, de uma forma bastante positiva, ao grau de satisfação sobre o curso que frequentam na ATEC. Na escala de “Pouco Satisfeito” a “Completamente Satisfeito”, 94% dos formandos afirmaram estar entre “Satisfeitos” a “Completamente Satisfeitos” com o curso que frequentam (figura 5.28).

Figura 5.29 - Considera que o Ensino Profissional pode ser uma boa alternativa ao ensino secundário ou ensino superior?



Ao questionar os formandos inquiridos se consideravam o Ensino Profissional como uma boa alternativa ao ensino secundário ou ensino superior, 89% dos formandos responderam de uma forma positiva, enquanto 4% dos formandos responderam “não” considerar o Ensino Profissional como uma boa alternativa (figura 5.29).

Figura 5.30 - Por que motivo.

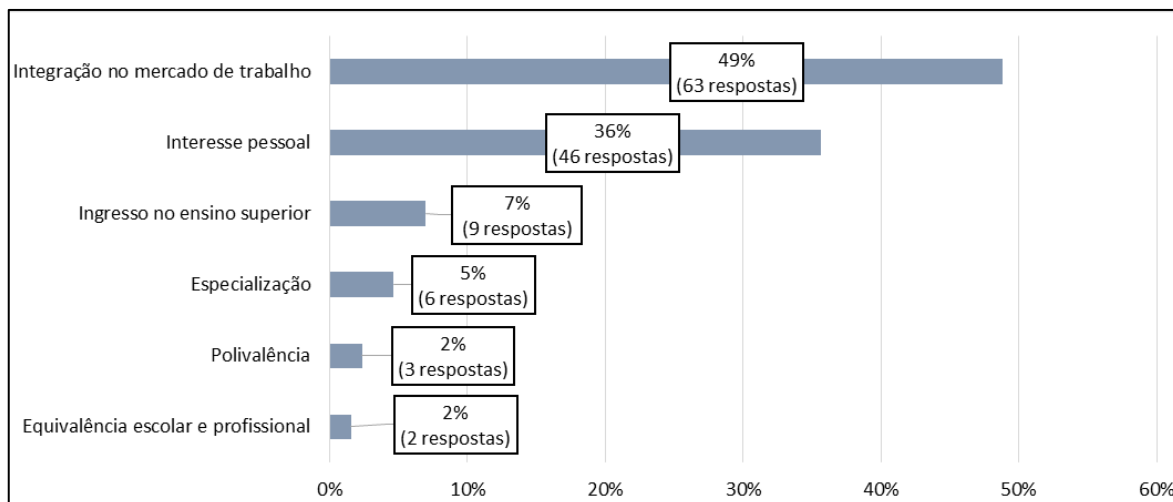


Nos resultados apresentados na figura anterior (figura 5.30) é constatado, através de uma pergunta com respostas abertas, que 41% dos formandos inquiridos consideram que o Ensino Profissional poderá ser uma boa alternativa ao ensino secundário ou ensino superior pela “integração no mercado de trabalho”, seguido da “componente prática que proporciona” (24%).

A procura de uma “especialização” numa determinada área também é referida por 17% dos formandos inquiridos e 7% afirma que a “componente prática e a integração no mercado de trabalho” são duas razões viáveis para optarem por esta via de ensino.

Os formandos que pretendem prosseguir os estudos a nível superior (2%), consideram que o Ensino Profissional lhes poderá proporcionar uma boa “preparação para o ensino superior”, assim como 1% dos formandos que pretendem conciliar os estudos no ensino superior com a integração no mercado de trabalho.

Figura 5.31 - Por que motivo escolheu a área do curso que se encontra a frequentar neste momento na ATEC.

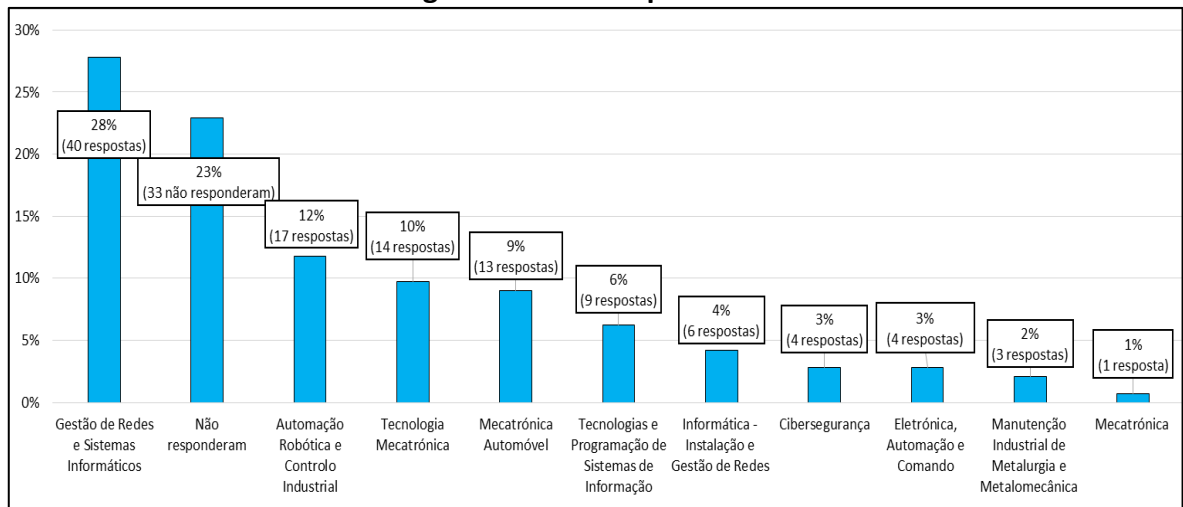


Por meio de respostas abertas, os formandos inquiridos deram a conhecer que escolheram a área do curso que se encontram a frequentar essencialmente pela “integração no mercado de trabalho” (49%), seguido do “interesse pessoal” que têm pela área (36%). O “ingresso no ensino superior” faz parte dos planos de 7% dos formandos inquiridos e por este motivo escolheram uma determinada área, uma vez que a ATEC tem parcerias com politécnicos e universidades na obtenção de equivalência a créditos.

A procura de uma “especialização” numa determinada área justifica a resposta de 5% dos formandos inquiridos, enquanto 2% referem a “polivalência” na conjugação de variados conhecimentos técnicos como fator determinante pela opção pelo Ensino Profissional.

De referir ainda que 2% dos formandos inquiridos procuram uma “equivalência escolar e profissional” (dupla certificação) na opção pelo Ensino Profissional (figura 5.31).

Figura 5.32 - Refira qual a área.



A figura 5.32, representa as áreas dos cursos que os formandos inquiridos frequentam, sendo que a área de “Gestão de Redes e Sistemas Informáticos” corresponde a 28% do total de respostas, seguida da área de “Automação, Robótica e Controlo Industrial” que representa 12% e da área de “Tecnologia Mecatrónica” que reflete 10% das respostas.

5.8. Estigma/preconceito em relação ao Ensino Profissional

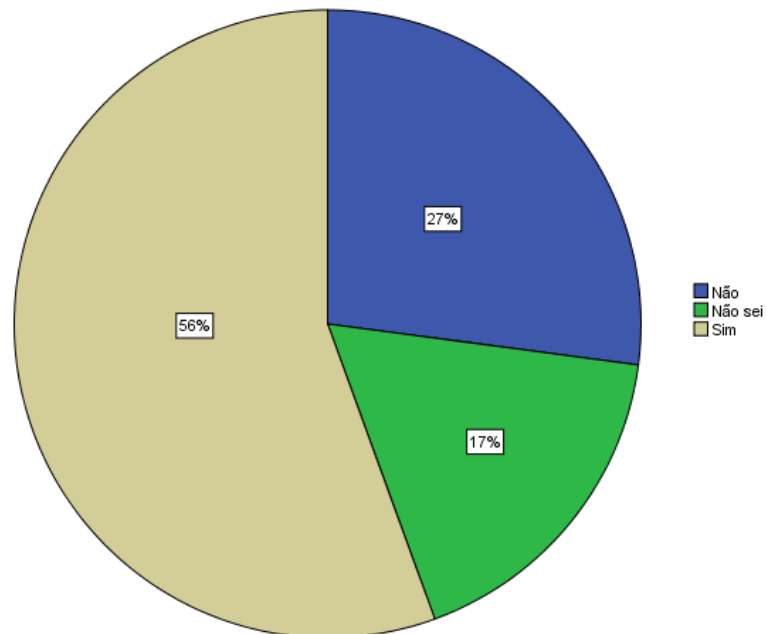
O preconceito social em torno do Ensino profissional tem sido evidente, sendo que o Ministério da Educação está empenhado em combater este estigma, na medida em que pode dar uma resposta eficaz aos problemas de insucesso e abandono escolar e à necessidade de profissionais especializados e técnicos em diversificadas áreas, conforme já referido anteriormente.

Como já exposto, a propósito deste tema, Marcelo Rebelo de Sousa (2017), Presidente da República, frisou que “O ensino profissional não pode ser visto como um ensino de segunda oportunidade, um ensino para os mais carenciados, um caminho a percorrer pelos alunos do insucesso escolar”.

Promover o Ensino Profissional, reconhecendo as suas vantagens, aumentando a oferta formativa dos cursos mais procurados pelos jovens e, conseqüentemente o número de vagas, serão algumas metas a alcançar pelo Ministério da Educação.

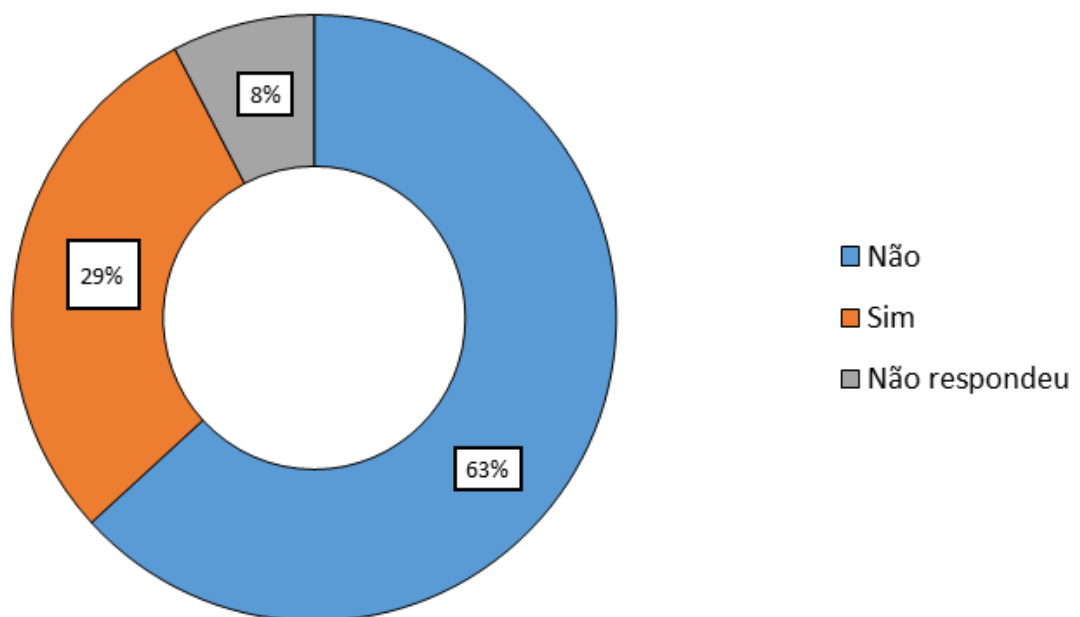
A figura 5.33 representa claramente a existência deste preconceito, considerada pelos formandos inquiridos, com uma resposta positiva de 56%.

Figura 5.33 – Considera que ainda existe estigma ou preconceito em relação ao Ensino Profissional?



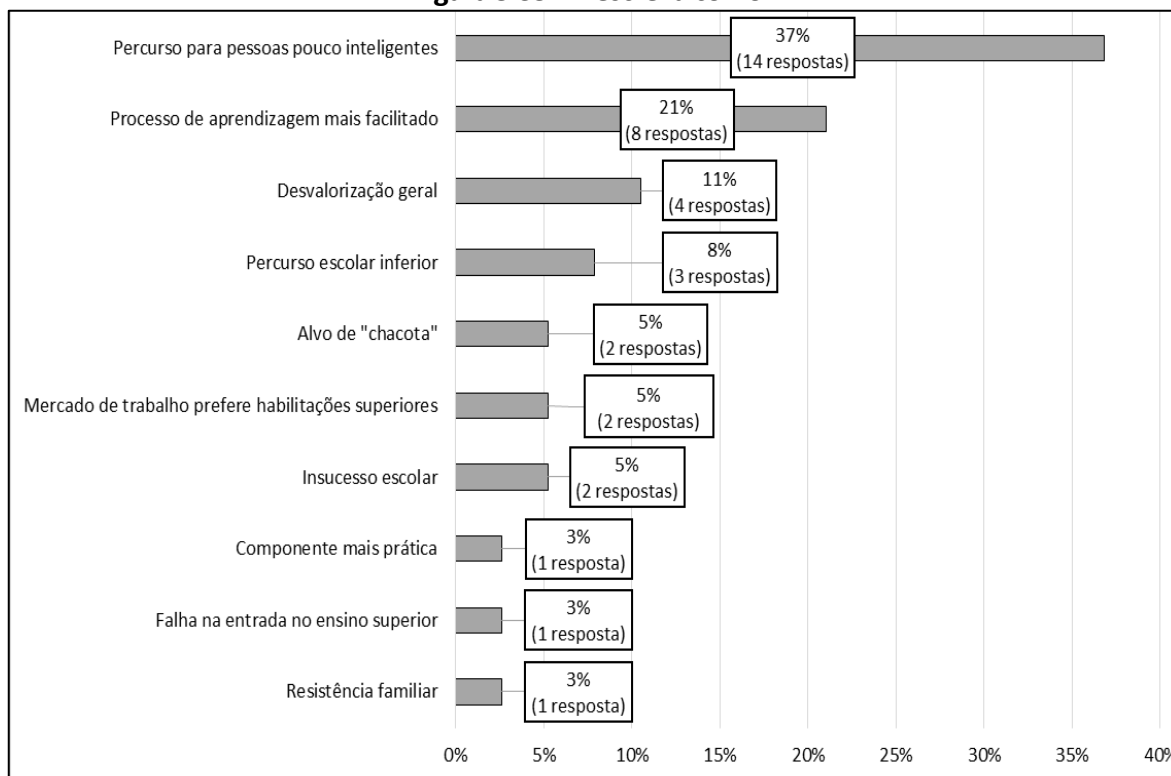
No entanto, os inquiridos, quando questionados sobre se alguma vez sentiram esse estigma ou preconceito, 63% dos formandos responderam não ter sentido, enquanto 29% afirmam ter sentido (representado na figura 5.34).

Figura 5.34- Já alguma vez sentiu esse estigma/preconceito?



Ao responderem à questão anterior, foi ainda solicitado aos formandos que responderam “sim” que descrevessem de que forma sentiram esse estigma/preconceito.

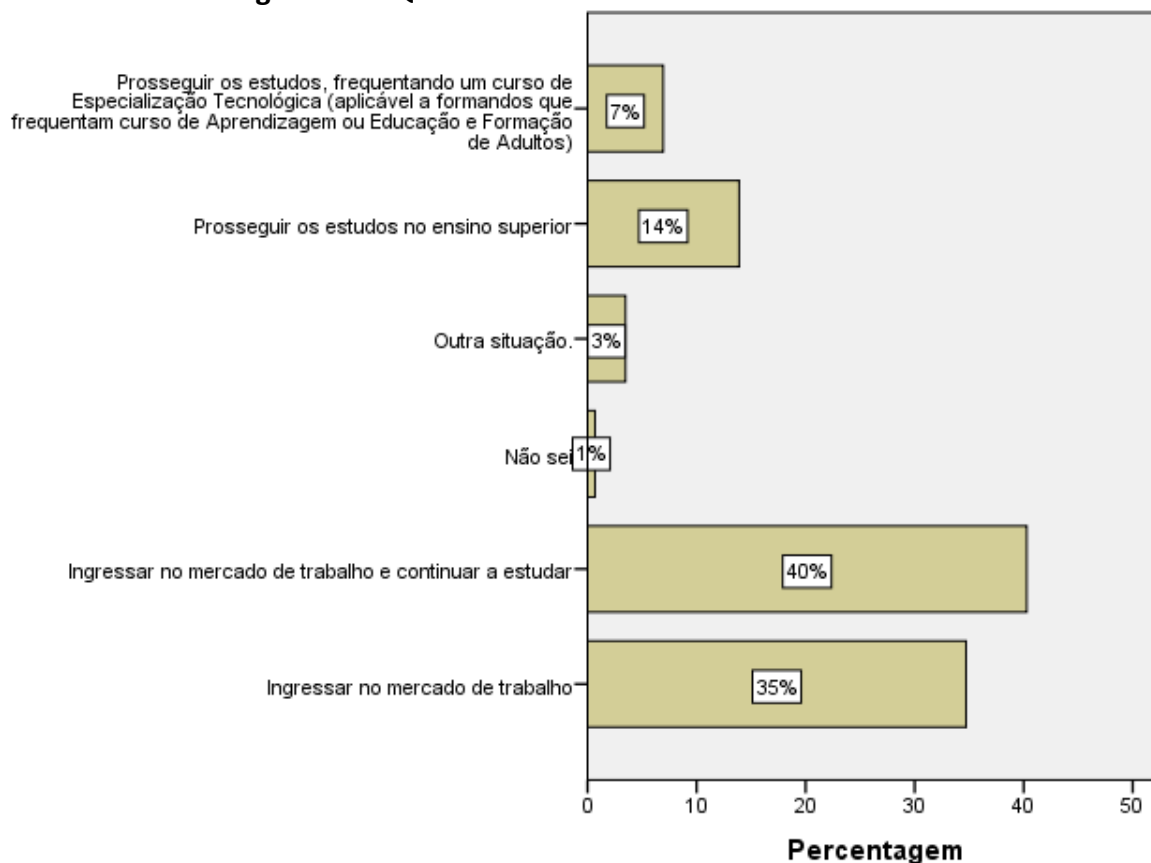
Figura 5.35 – Descreva como.



A forma como os formandos sentiram o estigma/preconceito foi manifestada através de diferentes tipos de respostas abertas, sendo que a opção por “Percurso para pessoas pouco inteligentes” se destaca com um maior peso (37%), seguida do “Processo de aprendizagem mais facilitado” com 21%. Outras respostas foram mencionadas como, “Desvalorização geral” (11%), “Percurso escolar inferior” (8%) e “Alvo de chacota” (5%), entre outras com percentagens inferiores (figura 5.35).

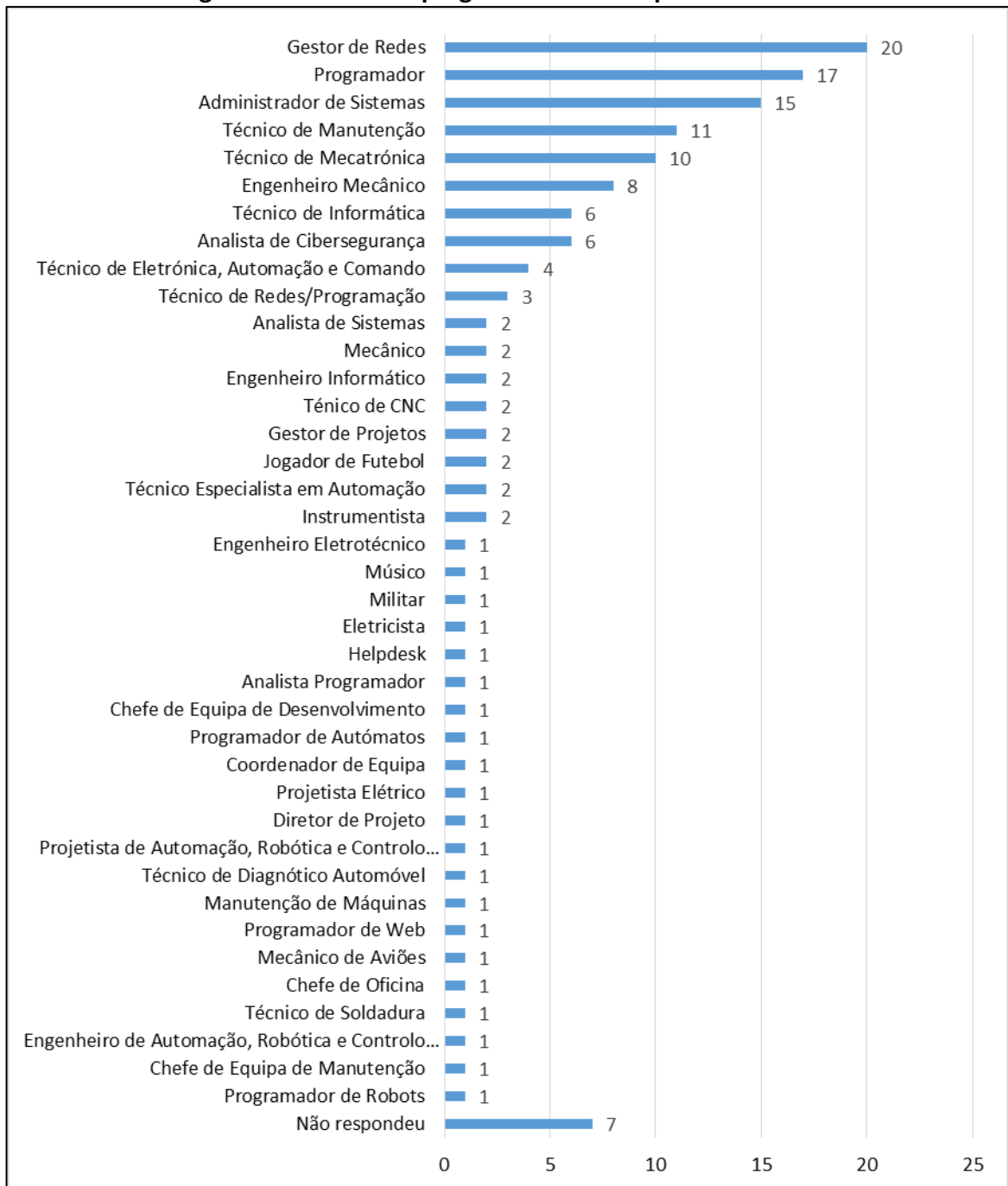
5.9. Projeto futuro

Figura 5.36– Quando terminar o curso na ATEC tenciona...



De acordo com a figura 5.36, os jovens e adultos que optaram por um curso na ATEC, procuram essencialmente “ingressar no mercado de trabalho e continuar a estudar” (40%). “Ingressar no mercado de trabalho” é o objetivo para 35% dos formandos inquiridos e “prosseguir os estudos no ensino superior” é a intenção de 14% dos formandos inquiridos, seguido de 7% dos formandos que frequentam os cursos de Aprendizagem e de Educação e Formação de Adultos (nível 4 de qualificação) que pretendem “prosseguir os estudos num curso de Especialização Tecnológica” (nível 5 de qualificação) na ATEC. Existe ainda uma pequena percentagem (1%) de formandos que não sabem o que tencionam fazer quando terminarem o curso e 3% que perspetivam “Outra situação” aquando do término do curso.

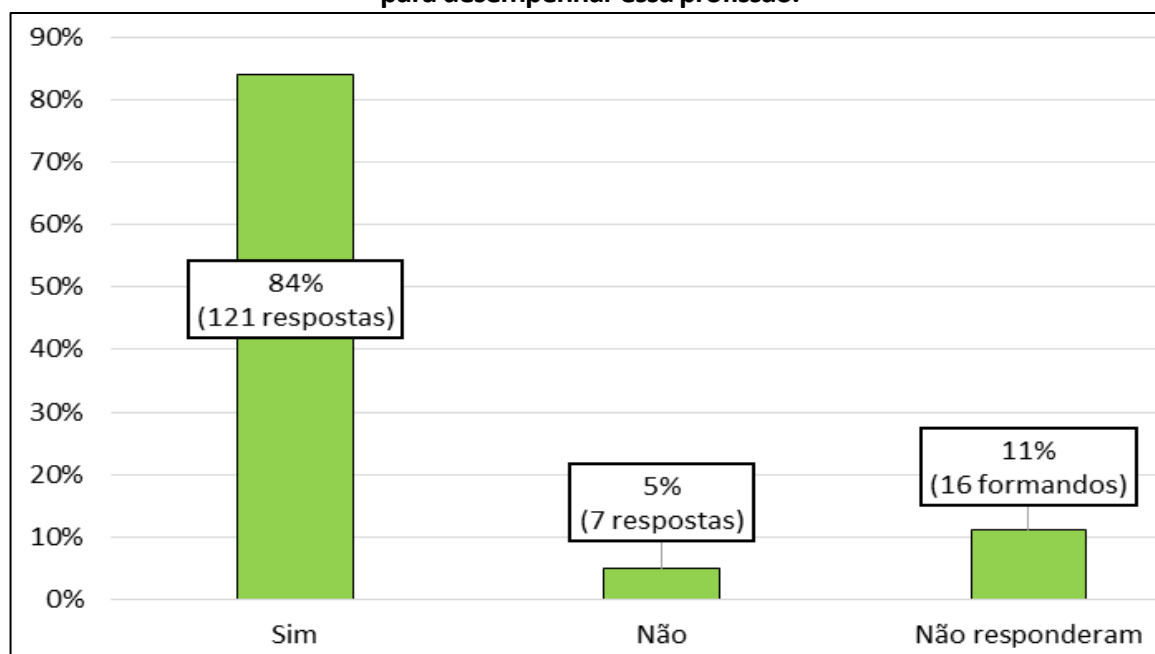
Figura 5.37- Profissão que gostaria de desempenhar no futuro



Sobre a profissão que gostariam de desempenhar no futuro, 20 formandos referem querer desempenhar a função de “Gestor de Redes”, 17 formandos pretendem ser “Programadores” e 15 “Administradores de Redes”. De entre estas profissões mais relacionadas com a área de Informática, são mencionadas outras, como “Técnico de Manutenção” (11 respostas), “Técnico de Mecatrónica” (10 respostas) e “Engenheiro

Mecânico” (8 respostas), mais relacionadas com as áreas Industriais. Ainda que a ATEC forme para as áreas industriais e tecnológicas, alguns formandos referem querer seguir outras profissões, após concluírem o curso, entre as quais são destacadas as profissões de “Jogador da bola” (2 respostas), “Músico” (1 resposta) e “Militar” (1 resposta) (figura 5.37).

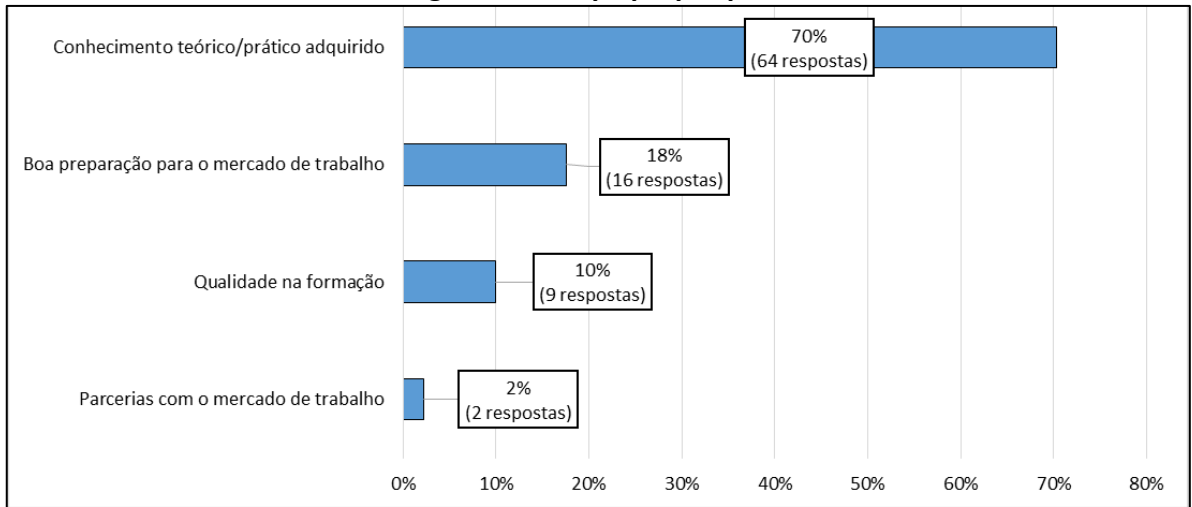
Figura 5.38 – Considera que o curso que está a frequentar na ATEC poderá ser uma mais-valia para desempenhar essa profissão.



Para finalizar, foi questionado aos formandos inquiridos se consideravam que o curso que estão a frequentar na ATEC poderia ser uma mais-valia para desempenharem a profissão que almejam alcançar, 84% dos formandos responderam que “Sim” e 5% dos formandos responderam que “Não” (figura 5.38).

Quando foi solicitado aos formandos que explicassem, através de uma pergunta com resposta aberta, por que motivo consideravam que poderia ser uma mais-valia, 70% dos formandos defenderam ser devido ao “Conhecimento teórico/prático” que a ATEC assegura, enquanto 18% afirmam ser pela “Boa preparação para o mercado de trabalho” e 10% dos formandos alegam ser por causa da “Qualidade na Formação” que a ATEC proporciona. As “Parcerias com o mercado de trabalho” que a ATEC dispõe, são igualmente descritas para alguns formandos (2%) (figura 5.39).

Figura 5.39– Explique porquê.



Capítulo VI – Conclusões do estudo e Considerações finais

6.1. Conclusões do estudo

Neste capítulo é apresentada uma síntese com as principais conclusões do estudo. Esta investigação teve como pressuposto determinar quais são as perspetivas dos formandos que optaram pelo Ensino Profissional, numa altura em que 45% dos alunos terminam o ensino secundário através desta via de ensino, apesar de ainda ser debatido nos dias de hoje o estigma que existe em torno do Ensino Profissional.

Como tal, tentámos obter respostas para os objetivos definidos neste estudo, entre os quais: a) Analisar o perfil de quem opta por esta via de ensino; b) Verificar quais os fatores mais relevantes na decisão do percurso educativo/formativo; c) Apurar se houve alguma interrupção no percurso escolar; d) Aferir as habilitações literárias dos Encarregados de Educação; e) Perceber se foi exercido algum tipo de influência na escolha pelo Ensino Profissional; f) Averiguar se os formandos realizaram provas de Orientação Vocacional; g) Aferir o grau de satisfação dos formandos em relação ao curso que frequentam; h) O Ensino Profissional como alternativa ao ensino secundário e superior; i) Analisar as perspetivas dos formandos em relação ao estigma do Ensino Profissional; j) Conferir o motivo pelo qual escolheram a área do curso que se encontram a frequentar; k) Conhecer, em termos gerais, as perspetivas futuras dos formandos após terminarem o curso profissional; l) Aferir as preferências dos formandos relativamente à atividade profissional que gostariam de desempenhar após terminarem o curso profissional; m) Avaliar a perceção dos formandos sobre a utilidade do curso profissional para o desempenho da profissão que anseiam.

6.1.1. Perfil dos formandos que optam pelo Ensino Profissional

Ao analisar o perfil dos jovens ou adultos respondentes que optam pelo Ensino Profissional na ATEC e tendo em conta que a amostra é representativa da população de formandos, é notório que na sua maioria predomina o sexo masculino (94,48%), conforme referido em estudos já mencionados, com idades compreendidas entre os 18 (23%) e os 53 anos (1%), sendo que alguns formandos provêm de países como Brasil (2%), Ucrânia (1%), Moçambique (1%), Bélgica (1%), Angola (1%) e África do Sul (1%).

Relativamente às habilitações literárias que os formandos apresentavam aquando da inscrição na ATEC, destacamos, 54% possuíam o Ensino Secundário, 22% o Ensino

Profissional, 10% o Ensino Básico, 10% uma Especialização Tecnológica, 3% uma Licenciatura e 1% uma Especialização/Pós-graduação e Licenciatura não terminada.

Entre as três Modalidades de Formação que a ATEC dispõe como oferta formativa, 78% dos formandos frequentam os cursos de Especialização Tecnológica, 14% os cursos de Aprendizagem e 8% os cursos de Educação e Formação de Adultos.

Quanto à via de ensino de conclusão do 9.º ou 12.º ano, 49% dos formandos procedem do Ensino Profissional, 39% do Ensino Secundário, 7% do Ensino Básico e 1% dos cursos Vocacionais.

6.1.2. Fatores mais relevantes na decisão do percurso educativo/formativo

Sobre a decisão pela frequência do Ensino Profissional, os formandos referem como fatores mais relevantes na tomada de decisão, o gosto pela área profissional do curso, a rápida integração no mercado de trabalho, como indicado em estudos anteriores, e pelo sistema de ensino DUAL que concilia a teoria com a prática em sala de aula com a formação prática em contexto de trabalho.

6.1.3. Interrupção no percurso escolar

Em termos de eventuais reprovações ou desistências, mais de metade dos formandos (54%) relatam um histórico de reprovações ou desistências no seu percurso escolar. Esta conclusão vai ao encontro dos estudos referenciados na revisão da literatura e com estudos semelhantes.

Estas interrupções acontecem essencialmente devido à falta de interesse e de aproveitamento, mudança de área, excesso de faltas e por motivos pessoais.

6.1.4. Habilitações literárias dos encarregados de educação

Relativamente às habilitações literárias dos Encarregados de Educação dos formandos, na sua maioria os Encarregados de Educação possuem o Ensino Secundário (12.º ano), seguido do Ensino Básico (9.º ano) e do Ensino Superior (Bacharelato/Licenciatura).

6.1.5. Influência na escolha pelo Ensino Profissional

Quanto à influência exercida por terceiros na decisão pelo Ensino Profissional, na sua maioria (54%), os formandos alegam não terem sido influenciados, no entanto, ainda que em pequena percentagem (15%), alguns formandos afirmam terem sido influenciados pelos Pais/Encarregados de Educação e por amigos que estudaram ou estudam na ATEC (13%).

6.1.6. Orientação vocacional

Sendo a Orientação Vocacional um processo de extrema importância na definição dos percursos escolares e profissionais dos jovens, foi constatado que apenas metade dos formandos receberam esta orientação. Para os formandos que realizaram este processo a área mais destacadas foram as áreas de Informática e de Ciências, seguidas de Artes e Desporto. Uma percentagem de formandos reconheceu que as áreas que resultaram da Orientação Vocacional foram ao encontro das suas preferências (68%) e 63% dos formandos afirmam ter seguido por essa via/área.

6.1.7. Grau de satisfação em relação ao curso que frequenta na ATEC – Academia de Formação

No que respeita ao grau de satisfação em relação ao curso que os formandos frequentam na ATEC, foram avaliados nove itens relativos à prática diária do processo de ensino e aprendizagem na ATEC, dos quais resultaram 94% dos formandos a afirmarem estar entre Satisfeitos a Completamente Satisfeitos com o curso que frequentam.

6.1.8. O Ensino Profissional como alternativa ao ensino secundário e superior

O Ensino Profissional como uma alternativa ao ensino secundário ou superior é encarado de uma forma positiva por 89% dos formandos que justificam a sua resposta pelo facto desta via de ensino possibilitar uma integração no mercado de trabalho (41%) e pela componente prática que proporciona (24%), seguida da obtenção de uma especialização numa determinada área profissional (17%).

6.1.9. O motivo pelo qual optaram pela área do curso que se encontram a frequentar

O motivo pelo qual os formandos escolheram a área do curso que se encontram a frequentar é igualmente fundamentada pela integração no mercado de trabalho (49%), seguida do interesse pessoal e do ingresso ao ensino superior. A área que ganha mais destaque entre os formandos inquiridos é a área de Gestão de Redes e Sistemas Informáticos, seguida da área de Automação, Robótica e Controlo Industrial e da área de Tecnologia Mecatrónica.

6.1.10. Estigma sobre o Ensino Profissional

A respeito do estigma sobre o Ensino Profissional, quando questionados se consideram que ainda existe esta ideia ou preconceito, 56% dos formandos responderam que sim, ainda que apenas 29% dos formandos o tenham sentido.

A existência de um estigma em torno do Ensino Profissional é assim reconhecida pela maioria dos formandos, resultado que vai de encontro às notícias emitidas pela comunicação social, mencionadas neste trabalho.

6.1.11. Projeto futuro

Para concluir, os formandos referem que quando concluírem o curso que frequentam tencionam ingressar no mercado de trabalho e continuar a estudar (40%), conciliando assim as duas atividades e 35% dos formandos pretendem apenas ingressar no mercado de trabalho.

Sobre a profissão que gostariam de desempenhar no futuro, de entre as respostas, predominam sobretudo o Gestor de Redes, seguido do Programador e do Administrador de Sistemas, áreas relacionadas com as Tecnologias.

Para exercerem as profissões que desejam seguir, os formandos consideram que o curso que se encontram a frequentar na ATEC poderá ser uma mais-valia para a prática dessa profissão (84%), devido ao conhecimento teórico/prático adquirido, pela boa preparação para o mercado de trabalho e pela qualidade na formação.

6.1.12. Considerações finais

Em síntese, os jovens e adultos que optam pelo Ensino Profissional na ATEC são do género masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos e na sua maioria provêm do Ensino Secundário. Procuram essencialmente esta via de ensino devido ao gosto pela área profissional do curso que frequentam e pela integração no mercado que o Ensino Profissional proporciona.

Mais de metade dos formandos apresenta um histórico de reprovações e desistências no seu percurso escolar, fundamentalmente, por motivos de falta de interesse e de aproveitamento.

Os seus Encarregados de Educação possuem na generalidade o Ensino Secundário e não têm, significativamente, influência na opção dos seus educandos pelo Ensino Profissional.

Apesar da Orientação Vocacional ser importante na definição de percursos escolares e profissionais, apenas metade dos formandos passaram por este processo. No entanto, para os formandos que tiveram esta oportunidade, apresentaram, na sua maioria, como áreas de interesse e preferência a Informática e as Ciências. Apenas 43% (33 formandos) que realizaram Orientação Vocacional consideram que os resultados do processo foram de encontro às suas preferências e acabaram por seguir essas vias/áreas.

Com respeito ao grau de satisfação em relação ao curso que frequentam na ATEC, 94% dos formandos estão, de uma forma geral, Satisfeitos a Completamente Satisfeitos com o processo de ensino e aprendizagem que esta entidade formativa proporciona.

Quanto às perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional, neste caso específico, na ATEC, procuram sobretudo esta via de ensino por possibilitar uma rápida integração no mercado de trabalho, pela componente prática que proporciona na preparação para o desempenho de uma profissão e encaram de um modo positivo esta via como uma alternativa ao ensino secundário e superior.

No que refere ao estigma do Ensino Profissional, os formandos, na sua maioria, consideram que existe este estigma, todavia, apenas 29% dos formandos confirmam tê-lo sentido.

Quanto ao projeto futuro, após a conclusão do curso que se encontram a frequentar, os formandos tencionam, fundamentalmente, ingressar no mercado de trabalho, conciliando esta atividade com os estudos. A área das Tecnologias predomina nas preferências da generalidade dos formandos, quando questionados sobre a profissão que gostariam de desempenhar no futuro, concluindo assim que o curso que frequentam na ATEC poderá ser uma mais-valia para alcançarem esses objetivos, devido ao conhecimento teórico/prático adquirido ao longo do curso e conseqüentemente na preparação que possibilita para a entrada no mercado de trabalho.

É assim entendido que o Ensino Profissional é realmente diferenciador, uma vez que se destaca pela oferta formativa que apresenta em diferentes áreas, desde as áreas técnicas às tecnológicas, adaptando-se às reais necessidades do mercado de trabalho. A conciliação do ensino teórico/prático, com a formação prática em contexto de trabalho possibilita a aquisição de um conjunto de conhecimentos e competências essenciais para o desempenho de uma profissão. Para além de ser diferenciador, devido a este conjunto de vantagens, o Ensino Profissional poderá ser a solução para a falta de mão-de-obra qualificada.

É por este motivo particularmente procurado por jovens e adultos que pretendem aprender uma profissão ou investir numa requalificação profissional, proporcionando em simultâneo uma qualificação escolar e profissional, de modo a se especializarem numa determinada área e por conseguinte poderem ser inseridos mais rapidamente no mercado de trabalho. A prova deste facto é a taxa de empregabilidade dos cursos ministrados na ATEC.

Portanto, é fundamental desmistificar a representação social que esta via de ensino apresenta atualmente, informando e dando a conhecer aos Pais e Encarregados de Educação as diferentes opções que as escolas profissionais oferecem e ir ao encontro dos interesses e preferências vocacionais dos jovens, para que possam ter sucesso no seu futuro profissional.

Prestar informação sobre o Ensino Profissional é essencial, pois na realidade o estigma é sustentado pela falta de informação. Muitos pais e encarregados de educação

desconhecem por completo as diferentes opções para os percursos escolares dos seus filhos e educandos.

Por forma a combater este estigma, na ATEC existem diversas iniciativas que têm como objetivo esclarecer sobre a oferta formativa, bem como dar a conhecer os objetivos, as principais atividades e saídas profissionais dos cursos profissionais.

Para tal são promovidas sessões de divulgação em entidades externas, como IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e em escolas, e proporcionados eventos nas instalações da ATEC, como a Feira das Profissões e o Encontro Tecnológico. Estes eventos têm como propósito despertar nos jovens e adultos o interesse pelas áreas mais técnicas e tecnológicas e mostrar as instalações onde decorre a formação, assim como os equipamentos utilizados em laboratório e oficina. Para além da visita, os interessados poderão ainda assistir a demonstrações de vários projetos realizados em sala de aula e ouvir as experiências dos formandos.

Não nos podemos esquecer da importância do papel dos formadores no sucesso dos formandos, pois são importantes agentes de mudança, dado que desenvolvem o processo de ensino e aprendizagem. Como tal, é fundamental potenciar uma cultura colaborativa que estimule a partilha e o trabalho em equipa entre os formadores para que aprendam uns com os outros, no sentido de ultrapassarem em conjunto os desafios que se colocam neste campo de atuação. Será de igual modo importante incentivar os formadores, valorizando e recompensando o seu trabalho diário.

Por fim e tendo em conta os resultados obtidos no estudo, podemos concluir que o Ensino Profissional poderá ser uma via de ensino eficaz para que alguns jovens e adultos possam concretizar as suas perspetivas escolares e profissionais.

Será no entanto, interessante apurar em investigações futuras alguns temas que possam fundamentar estas conclusões, como:

- a) Quais as perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional em outras escolas profissionais?

- b) Qual a taxa de empregabilidade após conclusão dos cursos?
- c) Os resultados da Orientação Vocacional coincidem com os interesses e preferências profissionais dos alunos?

Referências bibliográficas

“8 Motivos pelos quais você deve usar Minecraft na Educação” (2016). Bigbrain Education. Obtido de <http://bigbrain.education/8-motivos-para-usar-minecraft-na-educacao> [09 de novembro de 2018]

Ação-Piloto de Formação Profissional de Jovens (1980). Comissão de Controlo de Formação – Ministério da Educação e Ciência – Ministério do Trabalho.

Andrade, J. M., Meira, G. R., & Vasconcelos, Z. B. (2002). *O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: perspectivas e desafios*. Psicologia: Ciência e Profissão, pp. 46-53. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300008> [21 de dezembro de 2018]

A orientação Profissional no Ensino Básico (2009). Estudo Eurydice. GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Ministério da Educação. Obtido de [http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=orientacao_profissional_basico.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=orientacao_profissional_basico.pdf) [22 de dezembro de 2019]

ANQEP, Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP. Obtido de <http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&js=0&codigono=5785AAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA> [30 de setembro de 2018]

Arsénio, C. & Henriques, A. (2017). “Governo quer combater o “estigma” dos cursos profissionais” [Versão eletrónica]. TSF – Rádio Notícias. Obtido de <https://www.tsf.pt/sociedade/educacao/interior/governo-quer-combater-o-estigma-dos-cursosprofissionais-5767357.html> [07 de outubro de 2018]

Azevedo, J. (2018) “Ensino Profissional perde um terço dos alunos mais frágeis”. [Versão eletrónica]. Público. Relatórios e Estudos 2018. Observatório dos Recursos Educativos. Obtido de <https://ore.org.pt/noticias/relatorios-e-estudos-2018/> [15 de dezembro de 2018]

Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa, Gradiva.

Cardim, J. C. (1999) *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. CEDEFOP — Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional. Obtido de http://www.cedefop.europa.eu/files/7009_pt.pdf [02 de setembro de 2018]

“Como o Minecraft para a educação pode ajudar professores a transformar o ensino” [Versão eletrónica]. MSN. Obtido de <https://www.msn.com/pt-br/noticias/microsoft/como-o-minecraft-para-educa%C3%A7%C3%A3o-pode-ajudar-professores-a-transformar-o-ensino/ar-BBAZBSh?li=BBzNR9H> [10 de novembro de 2018]

Coutinho, et al. (2008). Inquérito por questionário. Métodos de investigação em Educação. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

“Curso de pastelaria é tão válido como o 12.º ano de línguas” (2017) [Versão eletrónica]. Jornal de Notícias. Obtido de <https://www.jn.pt/nacional/interior/curso-de-pastelaria-e-tao-valido-como-o-12o-ano-delinguas-diz-governo-5712900.html> [31 de agosto de 2018].

Design the Future. Obtido de <https://www.designthefuture.pt/> [22 de dezembro de 2018]

DGEEC, D.-G. d. (2016/2017). Alunos matriculados em cursos de dupla certificação nas ofertas de educação e formação orientadas para jovens, por orientação do currículo, no Continente (2000/01; 2008/09; 2016/17). Obtido de http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_4_5.asp [30 de setembro de 2018]

DGEEC, D.-G. d. (2016/2017). Alunos matriculados, por NUTS I e II, sexo e oferta de educação e formação (2016/2017). Ensino Secundário – Ensino Público Obtido de [http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=308&fileName=DGEEC_DSEE_2018_EE20162017_20180705.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=308&fileName=DGEEC_DSEE_2018_EE20162017_20180705.pdf) [30 de setembro de 2018]

DGEEC, D.-G. d. (2016/2017). Alunos matriculados, por NUTS I e II, sexo e oferta de educação e formação no Ensino Secundário – Ensino Privado Independente do Estado (2016/2017). Obtido de [http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=308&fileName=DGEEC_DSEE_2018_EE20162017_20180705.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=308&fileName=DGEEC_DSEE_2018_EE20162017_20180705.pdf) [30 de setembro de 2018]

DGEEC, D.-G. d. (2006/07 a 2016/17). Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas ofertas do ensino secundário orientadas para jovens, no Continente (2006/07 a 2016/17). Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Obtido de http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_4_4.asp [30 de setembro de 2018]

“É importante reforçar o combate ao desemprego” (2012) [Versão eletrónica]. Lusa. Obtido de <https://www.dn.pt/economia/interior/e-importante-reforcar-o-combate-ao-desemprego-2745074.html> [08 de outubro de 2018]

Engrácia, P. & Baptista, J. O. (2018). Situação após os 3 anos dos alunos que ingressam no Ensino Profissional. DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Obtido de [http://www.dgeec.mec.pt/np4/429/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=952&fileName=DGEEC_2018_SituacaoApos3AnosEnsinoProfis.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/429/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=952&fileName=DGEEC_2018_SituacaoApos3AnosEnsinoProfis.pdf) [30 de setembro de 2018]

Ensino profissional é uma “arma fundamental” para combater o desemprego (2013) [Versão eletrónica]. Lusa/SOL. Obtido de <https://sol.sapo.pt/artigo/88979/ensino-profissional-e-arma-fundamental-para-combaterdesemprego> [08 de outubro de 2018]

Feliciano, P. & Rocha, L. (2015). *Estudo de apoio à conceção de um referencial de competências e de formação para o professor/formador do ensino profissional*. Agência Nacional para a qualificação e ensino profissional. Obtido de <http://www.quatenaire.pt/Estudos-e-Projetos/Apoio-a-concecao-de-um-referencial-de->

competencias-e-formacao-para-o-professor-formador-do-ensino-profissional [13 de outubro de 2018]

Fernandes, A. C. (2014). *Práticas Pedagógicas no Ensino Profissional*. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local. Escola Superior de Educação de Coimbra. Obtido de http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/MESTRADOS_ESEC/ANA_FERNANDES.pdf [15 de dezembro de 2018]

Governo diz que é preciso acabar com o preconceito no ensino profissional (2017) [Versão eletrónica]. Lusa. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/03/08/sociedade/noticia/governo-diz-que-e-preciso-acabarcom-o-preconceito-no-ensino-profissional-1764485> [08 de outubro de 2018]

Governo quer apostar no ensino profissional em “áreas de forte crescimento”. (2017) [Versão eletrónica]. Lusa. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/04/04/sociedade/noticia/governo-quer-apostar-no-ensinoprofissional-em-areas-de-forte-crescimento-1767674> [08 de outubro de 2018]

IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional. Modalidades de Formação. Obtido de <https://www.iefp.pt/en/formacao-para-jovens> [29 de setembro de 2018]

Infoescolas. Obtido de <http://infoescolas.mec.pt/> [22 de dezembro de 2018]

Lourenço, T. M. (2015). *A importância da Formação Profissional enquanto investimento em Capital Humano*. Relatório de Estágio de Mestrado em Economia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29695/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20A%20Import%C3%A2ncia%20da%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20enquanto%20Investimento%20em%20Capital%20Humano%20-%202015.pdf> [21 de novembro de 2018]

Madeira, M. H. (2006). *Ensino Profissional de Jovens. Um Percorso Escolar Diferente para a (Re) Construção de Projectos de Vida*. Revista Lusófona de Educação, 7, 2006, pp. 121-141. Lisboa, Portugal. Obtido de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/802> [07 de outubro de 2018]

Mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade. Programa Nacional de Reformas (2016). Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/upload/ficheiros/i007132.pdf> [30 de setembro de 2018]

“Manpower Portugal promove um ciclo de conferências para discutir as dificuldades de contratação das empresas portuguesas” (2018). Obtido de <https://www.manpowergroup.pt/pt/novidade/109/manpower-portugal-promove-um->

ciclo-de-conferencias-para-discutir-as-dificuldades-de-contratacao-das-empresas-portuguesas/4 [22 de setembro de 2018]

Martins, G., Gomes, C. A., Brocardo, J. M., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L., Silva, L. M., ... Rodrigues, S. M. (2016). *Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*. Obtido de https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf [08 de dezembro de 2018]

Mateus, C. (2016). *O estigma que trava a empregabilidade* [Versão eletrónica]. Expressoemprego. Obtido de <http://expressoemprego.pt/noticias/o-estigma-que-trava-a-empregabilidade/4129> [07 de outubro de 2018]

Medeiros, A. P. (2017). *Evolução do ensino técnico-profissional*. Blogue sobre Educação & Formação. Obtido de <http://anapaulamedeirosblogue.blogspot.pt/2017/07/evolucao-do-ensino-tecnico-profissional.html> [01 de setembro de 2018]

Medeiros, A. P, Moreira, D. & Ramos, M. R. (2018). *Inovações no Ensino Profissional para responder às necessidades do mercado de trabalho*. Em G. Bastos, R. Sequeira e J. Fombona (Orgs) Employment and Inclusion. Formação e Inclusão. Educação de adultos e experiências para a empregabilidade. Atas de Conferência Internacional p. 14-23. ISBN:978-972-674-833-5. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.2/8123> [07 de maio de 2019]

Micro:bit. Obtido de <http://microbit.org>. [10 de novembro de 2018]

Microsoft Educação. Obtido de <https://www.microsoft.com/pt-pt/education> [10 de novembro de 2018]

Moran, J. (2000). *Ensino e Aprendizagem inovadores com Tecnologias*. Obtido de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/6474/3862> [10 de novembro de 2018]

Moran, J. M. (2007). *Como utilizar as tecnologias na escola*. Obtido de <http://files.educacao-tecnologica27.webnode.pt/200000043-90ba491b4e/comoutiliarastecnologiasnaescola.pdf> [10 de novembro de 2018]

Noronha, A. P. & Ambiel, R. A. (2006). *Orientação profissional e vocacional: análise da produção científica*. Psico-USF, v. 11, n. 1, p. 75-84. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v11n1/v11n1a09> [22 de dezembro de 2018]

Noronha, A. P. & Ottati, F. (2010). *Interesses profissionais de jovens e escolaridade dos pais*. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 11(1), 37-47. Obtido de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000100005&lng=pt&tlng=pt [22 de dezembro de 2018]

OECD (2018), *Skills Strategy Implementation Guidance for Portugal: Strengthening the Adult-Learning System*, OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris. Obtido de

<https://www.oecd.org/skills/nationalskillsstrategies/Action-Report-Portugal-Sumario-Executivo.pdf> [22 de setembro de 2018]

Para uma oferta relevante e certificada. Catálogo Nacional de Qualificações. Obtido de <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/boDocumentos/getDocumentos/136> [04 de novembro de 2018]

Pata, S. M. (2012). *Da formação inicial à inserção na profissão*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialidade Supervisão na Educação. Escola Superior de Educação de Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2395/1/Da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20inicial%20%C3%A0%20inser%C3%A7%C3%A3o%20na%20profiss%C3%A3o.pdf> [30 de março de 2019]

PORDATA (2018). Alunos matriculados no ensino secundário público: total e por modalidade de ensino entre 2016 e 2017. Obtido de <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+secund%C3%A1rio+p%C3%BAblico+total+e+por+modalidade+de+ensino-1015-8125> [30 de setembro de 2018]

Portal da oferta educativa e formativa. Obtido de <https://www.sigo.pt/Login.jsp#/home> [10 de dezembro de 2018]

Presidente da República defende “aposta reforçada no ensino profissional” (2017) [Versão eletrónica]. Lusa. Obtido de <https://www.dn.pt/lusa/interior/presidenteda-republica-defende-aposta-reforcada-no-ensino-profissional-8617366.html> [31 de agosto de 2018]

Presa, José (2016). *“Os alunos que concluem um curso profissional encontram emprego com facilidade”*. Obtido de <https://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=117303&langid=1> [31 de agosto de 2018]

Referencial de Competências e de Formação para o Professor/Formador do Ensino Profissional (2015). Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino profissional, IP. Obtido de <http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?back=1&f=1&lws=1&mcna=0&inc=6215AAAAA AAAAAAAAAAAAAAAAAA&codigono=6747AAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA> [13 de outubro de 2018]

Regulamento Específico dos Cursos de Aprendizagem (2018). IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional. Obtido de <https://www.iefp.pt/modalidades-de-formacao> [04 de novembro de 2018]

Rezende, F. (2002). *As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspetiva construtivista*. Revista Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/epec/v2n1/1983-2117-epec-2-01-00070.pdf> [09 de novembro de 2018]

Santos, M. L. (2016) *As vozes dos alunos de uma escola profissional sobre o ensino profissional – um estudo*. Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional. Universidade Aberta. Obtido de <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6373> [19 de Abril de 2019]

Seco, A. P. & Amaral, T. C. (s.d.) *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira*. Obtido de http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html [01 de setembro de 2018]

Silva, R. P. (2013). *Ensino Profissional: Vocação ou Recurso?* Tese de Mestrado em Administração e Organização Escolar. Universidade Católica Portuguesa-Centro Regional das Beiras. Obtido de https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13634/1/Tese_final_corrigida.pdf [02 de abril de 2019]

Silva, S. (2017). *Ensino profissional resolve insucesso no secundário? Governo e antecessores acham que sim* [Versão eletrónica]. Jornal Público. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/09/13/sociedade/noticia/ensino-profissional-resolve-insucessono-secundario-governo-e-antecessores-acham-que-sim-1785237> [18 de abril de 2019]

Solving the Talent Shortage (2018). Talent Shortage Survey. ManpowerGroup. Obtido de [https://go.manpowergroup.com/hubfs/TalentShortage%202018%20\(Global\)%20Assets/PDFs/MG_TalentShortage2018_lo%206_25_18_FINAL.pdf](https://go.manpowergroup.com/hubfs/TalentShortage%202018%20(Global)%20Assets/PDFs/MG_TalentShortage2018_lo%206_25_18_FINAL.pdf) [22 de setembro de 2018]

Tavares, V. L. (2009). *Orientação vocacional e profissional: um estudo sobre o funcionamento das estruturas da orientação nas escolas do distrito de Braga*. Tese de doutoramento. Universidade de Granada. Obtido de <https://hera.ugr.es/tesisugr/18605278.pdf> [21 de dezembro de 2018]

The BBC micro:bit. Make it Digital. Obtido de <http://www.bbc.co.uk/programmes/articles/4hVG2Br1W1LKCmw8nSm9WnQ/the-bbc-micro-bit> [09 de novembro de 2018]

Legislação

Alvará 19 de maio, de 1759

Lei nº. 46/86, de 14 de outubro

Decreto-Lei nº 14/2017, de 26 de janeiro

Decreto-Lei nº. 92/2014, de 20 de junho

Decreto-Lei nº. 26/89, de 21 de janeiro

Decreto-Lei nº. 74/2004, de 26 de março

Decreto-Lei nº. 88/2006, de 23 de maio

Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho

Decreto-Lei nº. 126C/2011, de 29 de dezembro

Decreto-Lei nº. 208/2002, de 17 de outubro

Decreto-Lei nº. 396/2007, de 31 de dezembro

Decreto-Regulamentar nº. 66/94

Despacho Conjunto de 21 de fevereiro de 1980, publicado na II Série do Diário da República, de 26 de março de 1980

Despacho nº. 6478/2017, de 26 de julho

Portaria nº. 135-A/2013, de 28 de março

Portaria nº. 208/2013, de 26 de junho

Portaria nº. 211/2011, de 26 de maio

Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio

Portaria n.º 230/2008, de 7 de março

Portaria nº. 256/2005, de 16 de março

Portaria nº. 283/2011, de 24 de outubro

Portaria nº. 550-C/2004, de 21 maio

Portaria nº. 781/2009, de 23 de julho

Portaria nº. 851/2010, de 6 de setembro

Portaria nº. 1100/2010, de 22 de outubro

Portaria nº. 1497/2008, de 19 de dezembro

Despacho Conjunto, de 21 de fevereiro de 1980

Despacho nº. 978/2011, de 12 janeiro

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, de 7 novembro

Anexos

Anexo I – Oferta formativa da ATEC – Academia de Formação

No que refere à oferta formativa, para a **Aprendizagem**, a ATEC dispõe dos seguintes cursos:

Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações

Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando

Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação

Técnico/a Curso de Fabrico e Manutenção de Cunhos e Cortantes,

Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica

Técnico/a de Mecatrónica

Técnico/a de Mecatrónica Automóvel

Técnico/a de Soldadura

Os requisitos de entrada são o 9º. ano de escolaridade e idade inferior a 25 anos. As componentes de Formação incidem na Sociocultural, Científica, Tecnológica e Prática em Contexto de Trabalho.

Para a **Educação e Formação de Adultos**, a ATEC dispõe dos seguintes cursos:

Técnico/a de Eletrónica - Automação e Comando

Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica

Técnico/a de Soldadura.

Os requisitos de entrada são o 9º. ano de escolaridade e idade superior a 23 anos. As componentes de Formação incidem na Base, Tecnológica e Formação Prática em Contexto de Trabalho.

Para a **Especialização Tecnológica**, a ATEC dispõe dos seguintes cursos:

Técnico/a Especialista em Automação Robótica e Controlo Industrial

Técnico/a Especialista em Cibersegurança

Técnico/a Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos

Técnico/a Especialista em Gestão e Controlo de Energia

Técnico/a Especialista em Mecatrónica Automóvel, Planeamento e Controlo de Processos

Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecatrónica

Técnico/a Especialista em Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação

Os requisitos de entrada são a conclusão do 10º e 11º. ano e frequência ou conclusão do 12º. ano. As componentes de Formação incidem na Geral e Científica, Tecnológica e a Formação Prática em Contexto de Trabalho.

Anexo II – Inquérito por questionário

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito por questionário é anónimo e integra-se num trabalho de investigação sobre “As perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional: um estudo na ATEC – Academia de Formação”, no âmbito do desenvolvimento da dissertação do Mestrado em Administração e Gestão Educacional, garantindo-se a confidencialidade nas respostas.

Responda a todas as questões. Nas questões de resposta fechada, assinale a sua escolha com um X, nas de resposta aberta, utilize o espaço para o efeito.

Obrigada pela disponibilidade. A sua participação é muito importante para o sucesso da investigação.

I. Caracterização individual

1. Género: Feminino Masculino
2. Idade: _____ anos
3. Naturalidade (Concelho ou país): _____
4. Residência (Concelho): _____

II. Habilitações Literárias

- 1. Ensino básico (9º. ano)
- 2. Ensino profissional
- 3. Ensino secundário
- 4. Especialização Tecnológica
- 5. Licenciatura
- 6. Curso de Pós-Graduação/Especialização
- 7. Mestrado
- 8. Outra. Qual? _____

III. Qual a modalidade de formação que está a frequentar na ATEC?

- 1. Aprendizagem
- 2. Especialização Tecnológica
- 3. Educação de Formação de Adultos

IV. Atendendo à sua resposta, assinale a via de ensino de conclusão do 9º. ou 12º. ano.

- 1. Ensino Básico
- 2. Cursos Vocacionais
- 3. Ensino Secundário
- 4. Ensino profissional
- 5. Outro. Qual? _____

V. Fatores relevantes na decisão para a frequência do ensino profissional na ATEC

Indique a principal razão pela qual optou por um curso profissional (assinale com uma cruz).

1. Gosto pela área profissional do curso	
2. Procura de uma dupla certificação (escolar e profissional)	
3. Pelo sistema de ensino DUAL que concilia a teoria com a prática em sala de aula com a formação prática em contexto de trabalho	
4. Porque já reprovei várias vezes e vejo esta possibilidade como uma segunda oportunidade	
5. Pela rápida integração no mercado de trabalho	
6. Para obter uma melhor preparação para ingressar no ensino superior	
7. Fui aconselhado pelo(a) orientador(a) vocacional ou professor(a)/diretor(a) de turma	
8. Tenho amigos/conhecidos que frequentam a ATEC e deram-me boas referências	
9. Outra situação. Qual?	

VI. Percurso escolar (reprovação/desistência)

Houve alguma reprovação/desistência no seu percurso escolar (assinale com uma cruz)?

Sim	Não

Se sim, indique os anos escolares e motivos.

Ano escolar	Motivo

VII. Quais as habilitações literárias do seu Encarregado de Educação (assinale com uma cruz)?

Habilitações	Pai	Mãe	Enc. Educação
1. Não frequentou a escola			
2. Sabe ler e escrever, mas não tem qualquer grau de ensino			
3. Frequentou a escola, mas não completou o 1º. Ciclo (antiga 4ª. classe)			
4. Ensino básico – 1º. Ciclo (antiga 4ª. classe)			
5. Ensino básico – 2º. Ciclo (6º. ano)			
6. Ensino básico – 3º. Ciclo (9º. ano)			
7. Ensino secundário – (12º. ano)			
8. Ensino Superior (Bacharelato/Licenciatura)			

9. Ensino (Mestrado/Doutoramento)	Superior			
--------------------------------------	----------	--	--	--

VIII. Quem teve influência na sua escolha pelo ensino profissional (assinale com uma cruz)?

Pais/Encarregados de Educação	
Familiares	
Professores	
Orientador vocacional	
Amigos que estudam na ATEC	
Não fui influenciado	
Outra. Especifique.	

Tendo em conta a resposta anterior, em que medida foi exercida essa influência?

IX. Realizou testes de orientação vocacional no 9º. ano (assinale com uma cruz)?

Sim	Não

Indique a área de aptidão e preferência que resultou dos testes.

O resultado coincidiu com as suas preferências?

Sim	Não

Seguiu por essa via?

Sim	Não

X. Qual o seu grau de satisfação em relação ao curso que frequenta na ATEC (assinale com uma cruz)?

Em geral estou:	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Completamente Satisfeito
Compreensão dos temas					
Possibilidade de adquirir novos conhecimentos					
Aplicabilidade dos conhecimentos teóricos ministrados à prática					
Adequação das metodologias pedagógicas utilizadas					
Relação com os colegas					

Relação com os formadores					
Infraestruturas – salas, equipamentos, meios-audiovisuais e manuais					
Expetativas – como corresponde o resultado às expetativas iniciais					
Duração total do curso					

XI. Considera que o ensino profissional pode ser uma boa alternativa ao ensino secundário ou ensino superior? Por que motivo?

XII. Por que motivo escolheu a área do curso que se encontra a frequentar neste momento na ATEC. Refira qual a área.

XIII. Considera que ainda existe estigma/preconceito em relação ao ensino profissional (assinale com uma cruz)?

Sim	Não	Não sei

Já alguma vez sentiu esse estigma/preconceito? Descreva como.

XIV. Projeto futuro

Quando terminar o curso na ATEC tenciona (assinalar com uma cruz):

1. Prosseguir os estudos, frequentando um curso de Especialização Tecnológica (aplicável a formandos que frequentam curso de Aprendizagem ou Educação e Formação de Adultos)	
2. Prosseguir os estudos no ensino superior	
3. Ingressar no mercado de trabalho	
4. Ingressar no mercado de trabalho e continuar a estudar	
5. Outra situação. Qual?	

XV. Qual a profissão que gostaria de desempenhar no futuro (indique até duas possibilidades)?

XVI. Considera que o curso que está a frequentar na ATEC poderá ser uma mais-valia para desempenhar essa(as) profissão(ões)? Explique porquê.

Muito Obrigada pela Sua colaboração!

Anexo III – Pedido de autorização para a realização do estudo na ATEC – Academia de Formação

Exmo. Sr. Diretor Geral da ATEC – Academia de Formação

Assunto: Pedido de Autorização para a realização de um estudo/investigação no âmbito da Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional

Eu, Ana Paula Almeida Lopes Medeiros, colaboradora nesta entidade e aluna do curso de Mestrado em Administração e Gestão Educacional da Universidade Aberta, venho por este meio solicitar a V.ª Ex.ª. autorização/colaboração para a realização de um estudo na ATEC – Academia de Formação, no âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado, sob o tema: As perspetivas dos formandos que frequentam o Ensino Profissional: um caso na ATEC – Academia de Formação, aprovado pelo Conselho Científico da Universidade Aberta de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Darlinda Moreira e Professora Doutora Maria do Rosário Ramos.

No âmbito deste estudo, se este pedido for deferido, serão aplicados questionários a uma amostra representativa dos formandos que frequentam os cursos profissionais da V. entidade, sendo que os encarregados de educação deverão igualmente autorizar a realização dos questionários aos seus educandos.

Com os melhores Cumprimentos

A investigadora



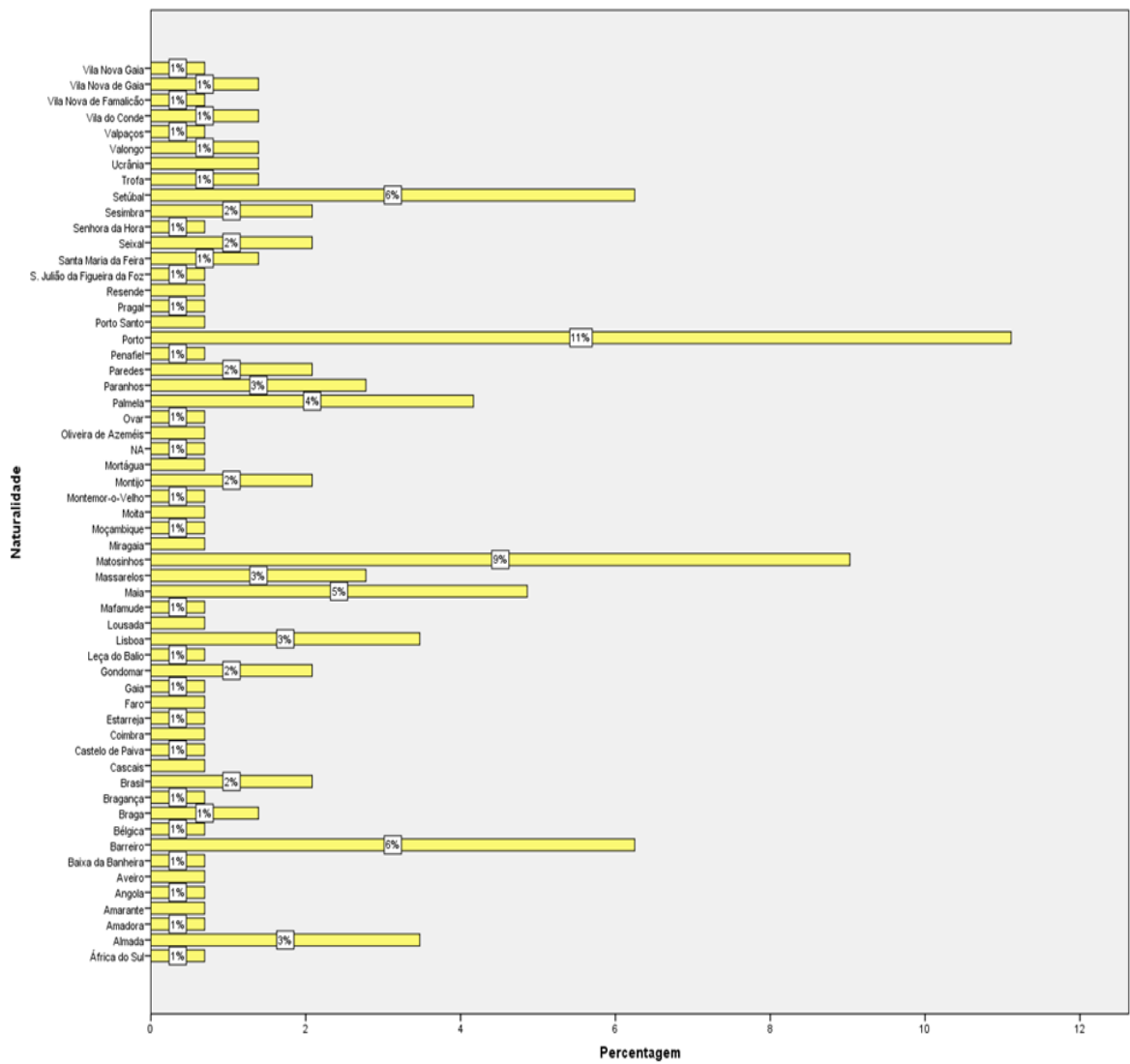
(Ana Paula Almeida Lopes Medeiros)

Diretor-Geral da ATEC

 _____

Palmela, 08 de Outubro de 2018

Anexo IV – Naturalidade dos formandos inquiridos



Anexo V – Residência dos formandos inquiridos

